

Liderança e Cidadania

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Direito e Acesso à Justiça

MAPPA

**Material de Apoio ao Planejamento
e Práticas do Aprofundamento**

Unidade Curricular 3

Programa de Enfrentamento à Violência contra Meninas e Mulheres da Rede Estadual de São Paulo

NÃO SE ESQUEÇA!

Buscamos uma escola cada vez mais acolhedora para todas as pessoas. Caso você vivencie ou tenha conhecimento sobre um caso de violência, denuncie.

Onde denunciar?

- Você pode denunciar, sem sair de casa, fazendo um Boletim de Ocorrência na internet, no site: <https://www.delegaciaeletronica.policiaivil.sp.gov.br>.
- Busque uma Delegacia de Polícia comum ou uma Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Encontre a DDM mais próxima de você no site <http://www.ssp.sp.gov.br/servicos/mapaTelefones.aspx>.
- Ligue 180: você pode ligar nesse número - é gratuito e anônimo - para denunciar um caso de violência contra mulher e pedir orientações sobre onde buscar ajuda.
- Acesse o site do SOS Mulher pelo endereço <https://www.sosmulher.sp.gov.br/> e baixe o aplicativo.
- Ligue 190: esse é o número da Polícia Militar. Caso você ou alguém esteja em perigo, ligue imediatamente para esse número e informe o endereço onde a vítima se encontra.
- Disque 100: nesse número você pode denunciar e pedir ajuda em casos de violência contra crianças e adolescentes, é gratuito, funciona 24 horas por dia e a denúncia pode ser anônima.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Educação

Liderança e Cidadania

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Direito e Acesso à Justiça

MAPPA

**Material de Apoio ao Planejamento
e Práticas do Aprofundamento**

Unidade Curricular 3



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Governador

Rodrigo Garcia

Secretário da Educação

Hubert Alquéres

Secretária Executiva

Ghisleine Trigo Silveira

Chefe de Gabinete

Fabiano Albuquerque de Moraes

Coordenadora da Coordenadoria Pedagógica

Viviane Pedroso Domingues Cardoso

Presidente da Fundação para o Desenvolvimento da Educação

Nourival Pantano Júnior



SUMÁRIO

Apresentação do MAPPA	5
Apresentação da Unidade Curricular	7
Percurso integrador	9
Quadro Integrador	11
Componente 1	
Entre o Direito e a Justiça	13
Atividade 1	15
Atividade 2	19
Atividade 3	23
Atividade 4	27
Atividade 5	31
Componente 2	
Desbravando a Constituição	35
Atividade 1	37
Atividade 2	41
Atividade 3	44
Atividade 4	47
Atividade 5	50

Componente 3

Conhecendo os meus Direitos	55
Atividade 1	57
Atividade 2	61
Atividade 3	65
Atividade 4	68
Atividade 5	71

Componente 4

Acesso à justiça	75
Atividade 1	77
Atividade 2	81
Atividade 3	84
Atividade 4	87
Atividade 5	90

Componente 5

Direitos em pauta	93
Atividade 1	95
Atividade 2	98
Atividade 3	101
Atividade 4	104
Atividade 5	107



APRESENTAÇÃO DO MAPPA

Professor, o conteúdo que você tem em mãos é o Material de Apoio ao Planejamento e Práticas do Aprofundamento (MAPPA), ou em outras palavras, o seu guia para a implementação da parte flexível do Currículo do Novo Ensino Médio do Estado de São Paulo: os Aprofundamentos Curriculares.

Nas páginas a seguir, você encontrará informações e orientações para o desenvolvimento das Unidades Curriculares que compõem este aprofundamento. Cada Unidade Curricular é composta por componentes inéditos, os quais foram idealizados pensando nos professores da(s) área(s) de conhecimento deste aprofundamento. Por isso, para apoiar seu trabalho no componente que você escolheu, além das orientações gerais, você contará também com sequências de atividades. Cada uma dessas atividades tem duração média prevista de quatro semanas, tendo como objetivo principal oferecer aprendizagens contextualizadas que favorecem o aprofundamento das competências e das habilidades da Formação Geral Básica e o desenvolvimento das habilidades dos eixos estruturantes (investigação científica, processos criativos, mediação e intervenção sociocultural e empreendedorismo). Além disso, por meio dessas práticas, que têm como finalidade o apoio à formação integral dos estudantes, estes terão a oportunidade de desenvolver aprendizagens que contribuam com os seus interesses e suas necessidades particulares, articulando, ainda, seus estudos com os Temas Contemporâneos Transversais, os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, seus respectivos Projetos de Vida, as possibilidades mediante o mundo do trabalho e as suas perspectivas para com o ingresso Ensino Superior.

Sendo assim, com o intuito de melhor apoiá-lo na organização do seu cronograma, projetos e planejamento das aulas, bem como o de assegurar o percurso e a integração prevista para os componentes de cada Unidade Curricular, você encontrará neste material propostas e sugestões de atividades, com suas respectivas orientações, para o desenvolvimento de suas aulas. É importante lembrar que você, juntamente com toda sua equipe escolar, tem liberdade para selecionar as atividades e materiais que melhor se adequam à sua realidade local, levando em conta também adaptações inclusivas para melhor atender os estudantes elegíveis aos serviços da Educação Especial. Ademais, você e sua equipe escolar podem planejar e organizar o tempo de cada percurso e integrações possíveis entre os componentes, tendo em vista os objetivos, as competências, as habilidades e os objetos de conhecimento propostos.

No início das orientações de cada um dos componentes, você encontrará uma breve introdução do que será desenvolvido, os objetos de conhecimento, as competências e habilidades em foco e o(s) eixo(s) estruturantes que estão no centro do percurso. Ainda para apoiá-lo nesse processo, você encontrará atividades exemplo, com sugestões de sequências de práticas, materiais de apoio, dicas para momentos de integração com os demais componentes e momentos de diferentes tipos de avaliação e autoavaliação. Muitas dessas informações aparecerão em boxes chamados “Saiba Mais”, “De olho na integração” e “Avaliação”, que serão sinalizados nos textos com o intuito de apresentar conteúdos complementares, que podem ser úteis durante as suas aulas. Você pode seguir, adaptar, ampliar ou usar essas atividades como inspiração para o seu planejamento. Lembre-se sempre: o seu protagonismo, seus conhecimentos e experiências, assim como os de seus colegas, são fundamentais para o êxito de todos ao longo deste percurso.



APRESENTAÇÃO DA UNIDADE CURRICULAR

Na Unidade Curricular Direito e Acesso à Justiça as discussões apresentadas buscam fortalecer na sala de aula a compreensão entre o Direito e a Justiça. O principal objetivo é refletir sobre os critérios morais e éticos do Direito, assim como observar a construção de uma sociedade democrática, justa e inclusiva. Nesse sentido, a Unidade Curricular considera o contexto histórico da conquista dos nossos direitos, como também, evidencia a necessidade de se estabelecer uma cultura de respeito à Constituição e à Democracia.

Enquanto cidadãos e cidadãs, todos nós temos responsabilidades, direitos e deveres. Eles são importantes para organizar as relações humanas, fazer cumprir as normas no campo da lei e da justiça, como também resolver conflitos e propor intervenções que busquem solucionar os problemas complexos da sociedade brasileira. Sabemos, no entanto, que os direitos aos quais temos acesso hoje em dia, nem sempre foram e são garantidos a todos. As conquistas de direitos acontecem por meio de um longo processo histórico que acompanha as transformações experimentadas pelas sociedades. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, um novo começo para um regime democrático no Brasil foi instaurado. Nesse sentido, tivemos uma mudança de horizonte nas formas como lidamos com os direitos das pessoas. Esse horizonte representa uma expansão dos direitos civis, sociais e políticos a todos cidadãos e cidadãs.

Para que haja democracia, o acesso à Justiça deve se efetivar no dia a dia, isso significa que todas as pessoas estarão subordinadas à lei, ao conjunto de regras de maneira igual, para que a ordem social seja mantida em diferentes espaços da vida em sociedade. É através do acesso à Justiça que encontramos mecanismos para reivindicar e fazer valer os nossos direitos. Assim, todos os cidadãos e cidadãs podem exigir a garantia dos seus direitos, e é dever do Estado, por meio do poder judiciário buscar soluções para tais conflitos. Por isso, é necessário que todos os cidadãos e cidadãs conheçam e compreendam os seus direitos e deveres, conseqüentemente, desta maneira será possível que todos os sujeitos participem da vida pública com ética e responsabilidade. A Unidade Curricular é composta por cinco componentes curriculares: **1) Entre o Direito e a Justiça; 2) Desbravando a Constituição; 3) Conhecendo os meus direitos; 4) Acesso à Justiça; 5) Direitos em pauta.**



PERCURSO INTEGRADOR

Professor, o conjunto de habilidades e objetos de conhecimento destacados para o desenvolvimento deste Aprofundamento é um recorte elaborado pelos redatores da Equipe de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas a partir do contexto já estudado na Formação Geral Básica. Vale lembrar que a condição do desenvolvimento das referidas habilidades pelos estudantes deve ser considerada a partir dos conhecimentos prévios construídos em vivências cotidianas, visto que, segundo Philippe Perrenoud, em “A teoria das competências”, os diversos conhecimentos humanos são provenientes de outras vias e não somente daquelas adquiridas na escola.

Um fato importante sobre o trabalho pedagógico para o desenvolvimento de competências e habilidades é estabelecermos a diferenciação entre ambos, visto que, a competência está diretamente ligada à ideia do saber fazer, enquanto a habilidade está para ação concreta do saber realizar o trabalho propriamente dito, e não podemos perder de vista a necessidade da contextualização de tudo aquilo que se pretende ensinar com a vivência do educando e do grupo.

A avaliação assegura mediação entre o processo de ensino-aprendizagem dos educandos e o próprio objeto de conhecimento, a partir de critérios que regulamentam as aprendizagens fundamentais e as competências básicas. Os critérios da avaliação deverão ser estipulados com base em competências e habilidades da Formação Geral Básica, algumas das quais em aprofundamento neste MAPPA, e habilidades dos eixos estruturantes.

Como forma de romper com o tradicional modelo de avaliação, destacamos o desenvolvimento das atividades sugeridas como produto final por intermédio das metodologias ativas que estimulam maior engajamento dos estudantes no desenvolvimento das propostas e possibilitam ao docente ter e dar feedbacks necessários à viabilização das soluções frente às divergências entre a teoria e a prática. Por consequência, a educação formal, isto é, tradicional, deixa de se restringir somente à sala de aula e se aplica aos diversos espaços do cotidiano, que incluem os digitais. Sendo assim, destacamos alguns exemplos de metodologias ativas que poderão ser utilizados como uma forma de sistematizar o processo de avaliação, tais como: Ensino Híbrido (“rotação por estações”, “laboratório rotacional”, “rotação individual” e “sala de aula invertida”), Aprendizagem baseada em resolução problemas (ABP), Gamificação, entre outras.

O processo de avaliação deve identificar como se estabeleceu a relação dos estudantes com os resultados obtidos na aprendizagem, de forma quantitativa e qualitativa. Tendo em vista a mensuração de quanto os estudantes desenvolveram as habilidades propostas nas unidades e como desenvolveram as reflexões e apresentaram propostas de soluções, utilizando o conhecimento científico, o posicionamento crítico e a criatividade.

Entende-se, ainda, que o processo de autoavaliação é uma ferramenta importante para possibilitar ao estudante que faça um acompanhamento crítico do seu processo de aprendizagem, sendo o principal agente de sua formação.

QUADRO INTEGRADOR

Professor, nas Atividades desta Unidade Curricular os estudantes...

ENTRE O DIREITO E A JUSTIÇA	DESBRAVANDO A CONSTITUIÇÃO	CONHECENDO OS MEUS DIREITOS	ACESSO À JUSTIÇA	DIREITOS EM PAUTA
<p>Analisam os conceitos de ética e moral, visando compreender como eles se manifestam na prática, influenciam e moldam muitas das decisões do convívio social.</p>	<p>Compreendem a Formação dos Estados Nacionais . Discutem ideias de pensadores sobre as teorias de organização do Estado. Além disso, relacionam os pressupostos teóricos com as questões contemporâneas da sociedade brasileira.</p>	<p>Atividade 1</p> <p>Compreendem a noção de cidadania e sua relação intrínseca com o estabelecimento de direitos e deveres de todos os cidadãos em um sistema democrático.</p>	<p>Reconhecem o conceito de alternativas judiciais.</p>	<p>Identificam as principais causas humanitárias e ambientais que levam a acordos internacionais.</p>
<p>Compreendem o papel do contrato social ante o estado de natureza. Realizam experimentos a partir dos estudos dos filósofos da era moderna, conhecidos como filósofos contratualistas.</p>	<p>Analisam a evolução do Estado de Direito para o Estado Democrático de Direito. Pesquisam diferentes conceitos do Estado Democrático de Direito, discutidos por cientistas políticos e juristas.</p>	<p>Atividade 2</p> <p>Se debruçam sobre a ideia de direito compreendendo seu caráter diverso e se aprofundando especificamente nos direitos do consumidor.</p>	<p>Compreendem a aplicabilidade das alternativas judiciais em situações de conflito.</p>	<p>Explicam a atuação da ONU dentro da garantia dos direitos humanos e da mediação de acordos ambientais.</p>
<p>Entendem o direito a partir da ótica do jusnaturalismo e do positivismo jurídico. Analisam as interpretações do direito pelo jusnaturalismo e pelo positivismo a diferentes formas de se interpretar e aplicar a norma ao caso concreto.</p>	<p>Compreendem o desenvolvimento constitucional do Brasil. Realizam um resgate histórico para analisarem como foi decretada a Constituição Brasileira de 1988.</p>	<p>Atividade 3</p> <p>Desenvolvem pesquisa em documentos de referência e outros e entendem o conceito de Direito da Família de forma articulada à realidade cotidiana.</p>	<p>Reconhecem e explicam o que são audiências de custódia, prisão preventiva, prisão provisória e prisão em segunda instância.</p>	<p>Demonstram ações, resultados e consequências de projetos internacionais dentro de diferentes espacialidades.</p>
<p>Realizam debates e leituras sobre a importância da democracia no combate à corrupção e a valorização da participação popular na fiscalização do campo público e político.</p>	<p>Refletem e discutem sobre os contextos históricos e as mudanças ocorridas na participação dos indivíduos na vida pública, por meio do voto, no Brasil</p>	<p>Atividade 4</p> <p>Investigam e analisam situações problemáticas sob a ótica dos Direitos Humanos e de diferentes correntes de pensamento.</p>	<p>Relacionam casos específicos ao conceito de acesso à justiça, identificando desequilíbrios em determinadas situações.</p>	<p>Comparam a atuação povos da floresta (indígenas, seringueiros, entre outros) junto ao combate ao crime ambiental.</p>
<p>Desenvolvem debates sobre os conhecimentos obtidos durante as aulas. Produzem um podcast e planejam a divulgação para a comunidade escolar.</p>	<p>Discutem sobre a importância da participação de todos para a efetivação da cidadania na sociedade. Elaboram um projeto interdisciplinar - uma “Campanha de Sensibilização” - encorajando outros estudantes a conhecerem os seus direitos e deveres enquanto cidadãos.</p>	<p>Atividade 5</p> <p>Reconhecem o Estatuto da Criança e do Adolescente enquanto fruto de uma luta histórica pelos direitos de crianças e adolescentes brasileiras e desenvolvem projeto articulando o entendimento de direito entre seus pares.</p>	<p>Elaboram um perfil na rede social para divulgação dos objetos de conhecimento estudados ao longo do componente, a fim de democratizar o acesso às temáticas que envolvem o acesso à justiça.</p>	<p>Elaboram propostas de mitigação e acompanhamento de alternativas que visem a execução efetiva dos acordos frente às mudanças climáticas.</p>

ENTRE O DIREITO E A JUSTIÇA

DURAÇÃO: 30 horas

AULAS SEMANAIS: 2

QUAIS PROFESSORES PODEM MINISTRAR ESTE COMPONENTE: Filosofia ou Sociologia ou História.

INFORMAÇÕES GERAIS

Destacamos que este material tem o objetivo de apoiá-lo no planejamento de atividades que serão realizadas durante os percursos de aprendizagem do componente “Entre o Direito e a Justiça”. O componente curricular tem como finalidade propor reflexões sobre a relação entre o Direito e a Justiça, a partir de análises teóricas e práticas acerca dos conceitos de moral, ética, leis e do que é ou não justo, incentivando os estudantes a exercerem a empatia e desenvolverem processos de autocrítica a respeito das próprias ações e como elas reverberam na coletividade, para que possam participar da vida em sociedade de uma forma mais consciente e crítica.

O componente possibilita a investigação sobre a relação de fatores externos com as tomadas de decisão e estruturação dos espaços de poder, visando compreender a organização social como fator que permeia as decisões e os processos de formação de opinião e julgamento. Ainda, procura propiciar situações para que o estudante desenvolva competências e habilidades fundamentais para o diálogo e a convivência.

Objetos de conhecimento: Moral, ética, leis e justiça; concepções do direito; conquista dos direitos e sua relação com a ideia de justiça e equidade; discussão crítica do “Jeitinho brasileiro”, cultura de conformidade ou não às leis; direito administrativo, os princípios da administração pública e a corrupção.

Competências e Habilidades da Formação Geral Básica a serem aprofundadas: Competências 1 e 5.

EM13CHS101	Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.
EM13CHS501	Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

Eixos Estruturantes e suas Competências e Habilidades: Investigação Científica, Processos Criativos e Mediação e Intervenção Sociocultural.

EMIFCHS01	Investigar e analisar situações problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.
EMIFCHS06	Propor e testar soluções éticas, estéticas, criativas e inovadoras para problemas reais relacionados a temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global.
EMIFCHS07	Identificar e explicar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, com base em fenômenos relacionados.

Os Eixos estruturantes de cada etapa das atividades são indicados pelos seguintes ícones:

	Investigação Científica		Empreendedorismo
	Processos Criativos		Mediação e Intervenção Sociocultural



ATIVIDADE 1

INTRODUÇÃO

Semana 1: 2 aulas

Professor, a atividade 1, assim como as demais da Unidade Curricular, está dividida em três partes, a saber: 1ª) Introdução (sensibilização e contextualização para a temática proposta; 2ª) Desenvolvimento (a proposta e o conteúdo da atividade); e a 3ª) Sistematização e fechamento da discussão abordada em sala de aula.

Sugerimos que leve em consideração uns minutos iniciais, pré-introdução, para que você se apresente para a turma e explique a organização do material, ou seja, o aprofundamento, a sua divisão e os principais objetivos da Unidade Curricular, assim como, o do componente curricular que será estudado: Entre o Direito e a justiça.

Aproveite esta primeira oportunidade de contato com os estudantes para instigá-los a trazer as primeiras percepções sobre a temática. Para que isto aconteça, recomendamos a sensibilização com a seguinte questão para a turma: **O que vocês compreendem por ética e moral?**

É importante que a pergunta motive os estudantes a apresentarem respostas que proponham reflexões sobre acontecimentos da sua vida real. A finalidade da sensibilização é atrair a atenção dos estudantes e engajar a discussão oral. Um outro exemplo de questão que pode ser apresentada: **Quando uma pessoa passa à frente em uma fila, sua postura fere a ética ou a moral?** Propomos que registre na lousa tanto as perguntas, quanto as respostas apresentadas pela turma. Este é o momento de fazer um diagnóstico das aprendizagens dos estudantes, de maneira a aprofundar os conhecimentos trabalhados na Formação Geral Básica, considerando a sua perspectiva sobre o assunto.

Após a discussão iniciada, faz-se necessário realizar a contextualização do que é ética e moral, junto aos estudantes. É relevante trazer as definições das duas formas de representação de hábitos e costumes da sociedade. Utilize materiais de apoio que possam chamar a atenção dos estudantes, como por exemplo: cartazes, textos e figuras impressas, ou também vídeos. Outra indicação é fomentar uma aprendizagem baseada em problemas. O objetivo principal da prática educativa é que os estudantes colaborem na investigação pelas definições, peça para que pesquisem sobre o conceito de ética e moral. Em seguida, convide-os a ampliarem as definições a partir de suas experiências e conhecimentos, indicamos a produção de um mapa mental como uma maneira de produzir ideias, conceitos e contextos para a temática apresentada, além de favorecer a linguagem escrita.

Professor, o mapa mental, é uma opção metodológica, por isso, fique à vontade para adaptar a atividade de acordo com a sua turma. Em sala, levando em consideração as habilidades do eixo



estruturante Processos Criativos, explique aos estudantes que a prática compreende elaborar um diagrama e sistematizar as informações e o conhecimento sobre a ética e a moral no contexto filosófico, conforme as investigações e discussões realizadas. O mapa pode ser produzido à mão ou em ferramentas digitais, como foi sugerido no Saiba Mais.

SAIBA MAIS

DANELON, Márcio; GALLO, Silvío; CORNELLI, Gabriele (orgs.). **Ensino de filosofia:** teoria e prática. Ijuí: Unijuí, 2004.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica.** São Paulo: n-1 edições, 2018.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral.** Trad. Paulo César de Sousa. São Paulo.: Companhia das letras, 1998.

PIZZI, Jovino, PIRES, Cecília (Orgs.) **Desafios éticos e políticos da cidadania:** ensaios de ética e filosofia política II. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2006.

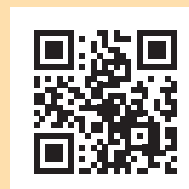
SANDEL, Michael J. **Justiça: o que é fazer a coisa certa?** [trad. de Heloísa Matias e Maria Alice Máximo]. 6ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação.** Tradução de Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.



Como fazer um mapa mental. **Toda matéria.** Disponível em: <https://cutt.ly/IGYgYF9>. Acesso em: 29 abr. 2022.

Mapa Mental. Disponível em: <https://cutt.ly/mGD5r7Y>. Acesso em: 02 mai. 2022.



DESENVOLVIMENTO

Semanas 2 e 3: 4 aulas

Professor, destacamos que nesta parte da atividade o objetivo é aprofundar a reflexão sobre ética e a moral por meio de questões sociais presentes no mundo contemporâneo. Para realizar esta atividade, o world café é uma proposta metodológica, mas essa é apenas uma entre as muitas possibilidades de metodologias ativas de aprendizagem, fique à vontade para adequar a atividade conforme a realidade da sua turma. Em sala, explique aos estudantes que a dinâmica consiste em criar um circuito no espaço da sala de aula para que pequenos grupos de estudantes façam um rodízio entre pontos específicos, refletindo sobre questões distintas em cada estação.



Professor, divida os estudantes em quatro estações e oriente que eles deleguem, entre si, as seguintes funções: o mediador - encarregado por mediar a conversa e estimular que todos participem e que estejam compreendendo os comandos da atividade; o relator - responsável pelo registro das respostas; o orador - apresenta a produção do grupo para o restante da turma; o cuco- controla o tempo da atividade; e o harmonizador - que garante que todos estejam participando ativamente da discussão e de maneira confortável. Em seguida distribua as seguintes notícias para que os estudantes possam realizar a leitura e construir debates sobre a temática apresentada: *Desigualdade e a fome*. Propomos que leve para a turma os seguintes materiais:

ESTAÇÃO 1: Campos Maíra. **Fortuna dos bilionários acabaria com a fome no mundo, e ainda sobraría.** 13 out. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/pGTfXrH>. Acesso em: 29 abr. 2022.

ESTAÇÃO 2: G1. **Fila para conseguir doação de ossos é flagrante da luta de famílias brasileiras contra a fome.** 25 jul. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/MGTPhIL>. Acesso em: 29 abr. 2022.

ESTAÇÃO 3: Nações Unidas. Onu News. **Fome no mundo atinge novo pico e PMA prevê uma catástrofe.** 08 nov. 2021. Disponível em: <https://cutt.ly/dGTI8g5>. Acesso em: 29 abr. 2022.

ESTAÇÃO 4: CNN. **Fortuna de bilionários cresceu 60% durante pandemia.** 17 jan. 2022. Disponível em: <https://cutt.ly/SGTAsw6>. Acesso em: 29 abr. 2022.

Nesse processo, recomendamos que ocorram rodadas de transição onde o relator sairá de seu grupo e irá para outro apresentar o que foi discutido e receber sugestões do grupo novo em que se encontra. Ao rotacionar, o relator deve apresentar de modo sucinto os principais pontos debatidos na rodada anterior. Assim, espera-se que ocorra a conexão de ideias entre os participantes, em que estes podem ser motivados a questionarem e proporem soluções para o problema apresentado nos textos indicados. A duração de cada rodada dos grupos será de 10 minutos.

Professor, ao final da atividade, informe aos estudantes que eles terão 10 minutos para analisarem as informações debatidas e responderem às seguintes questões: **As informações disponíveis nas notícias evidenciam algum tipo de desigualdade? Na sua concepção, quais são os motivos para que exista esse tipo de desigualdade? A fome pode ser considerada um desafio ético universal?** Sugerimos um momento de compartilhamento em que todos os estudantes são convidados a relatarem as suas impressões.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, para potencializar a discussão, você pode propor que os estudantes apresentem o que está sendo vivenciado nos outros componentes curriculares: “Desbravando a Constituição”; “Conhecendo os meus Direitos”, “Acesso à Justiça” e “Direitos em Pauta”. Nesse sentido, promovendo discussões e análises interdisciplinares, será possível trazer mais temáticas que contribuam para o fortalecimento das responsabilidades cidadãs, especialmente os comportamentos que precisam ser adotados para que assegure os direitos na sociedade.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 4: 2 aulas

Como forma de sistematizar os conhecimentos trabalhados, solicite que os estudantes, individualmente, retome o que foi visto e discutido nesta atividade. Professor, é importante levar em consideração o sentido da reflexão e questionamento ético acerca dos valores compartilhados socialmente, a partir das fontes trabalhadas nas estações. Fundamentado nessa retomada, solicite aos estudantes a elaboração de um diálogo ou uma história em quadrinhos com um tema que insira a reflexão ética acerca da questão da desigualdade.



AVALIAÇÃO

Professor, sugerimos que ao final de cada atividade proposta verifique se os estudantes atenderam ao que foi solicitado, se buscaram novas informações ou dados para enriquecer suas reflexões para compor de forma autônoma conhecimento sobre o assunto, se exercitaram a capacidade de escuta e argumentação com cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito aos outros colegas. É possível avaliar a conexão de ideias entre os estudantes no world café, como também, considerar as contribuições dos estudantes a partir dos registros produzidos nos momentos de discussões e proposição de soluções para o problema apresentado nos textos indicados.



ATIVIDADE 2

INTRODUÇÃO

Semana 5: 2 aulas

Professor, nesta atividade será abordado o papel do contrato social ante o estado de natureza. As leituras para serem aprofundadas podem ser a partir das teorias de Hobbes, Locke e Rousseau. Observe que as produções desta atividade são passíveis de avaliação, uma vez que os estudantes as produzirão um contrato social, relacionando com os conhecimentos adquiridos em sala de aula. Para iniciar a aula, comece a sensibilização com essa indagação: **Por que viver em sociedade? Você já imaginou como seria uma sociedade sem leis e regras? Por que submeter-se a leis? O que significa a “lei do mais forte”.**

Sugerimos um tempo para que os estudantes reflitam e registrem no caderno um parágrafo sobre como eles consideram que se daria a organização social, o trato entre os indivíduos e como cada pessoa viveria e desempenharia suas funções. Em seguida, propomos que apresente duas notícias para os estudantes, professor, fique à vontade para selecionar trechos e pontos que considere importantes, ou também para inserir outras matérias e bibliografias que contribuam para ampliar a discussão

Notícia 1: . G1. **Homem que aplica golpes em bares e restaurantes pelo país tem prisão decretada pela Justiça de Alagoas.** Disponível em: <https://cutt.ly/VJGQ9np>. Acesso em: 08 jun. 2022.

Notícia 2: Correio Braziliense. **STJ manda soltar mãe presa por furto de R\$ 21,69 em alimentos.** Disponível em: <https://cutt.ly/6JGOODV>. Acesso em: 08 jun. 2022.

O objetivo da proposta é que, com base nas notícias destacadas, os estudantes reflitam e façam uma produção textual sobre o uso da lei, considerando as semelhanças, como também o que difere os dois tipos de violações das regras sociais. É importante refletir, conjuntamente com os estudantes, como a sociedade está organizada, o uso das forças políticas, econômicas, sociais e culturais. Além disso, nesse momento da aula é possível complementar com os debates propostos na Atividade 1 deste componente curricular, em que foram apresentadas discussões sobre a desigualdade social. Pode ser um momento oportuno para potencializar e realizar uma verificação da aprendizagem construída até o momento. Recomendamos que reserve um tempo para 3 a 5 estudantes compartilhem suas reflexões com o restante da turma.

DESENVOLVIMENTO

Semanas 6 e 7: 4 aulas

A recomendação é uma atividade em que os estudantes possam realizar experimentos a partir dos estudos de três pensadores da era moderna, conhecidos como os filósofos contratualistas - Hobbes, Locke e Rousseau. Esta é uma maneira de aprofundar os conhecimentos trabalhados na Formação Geral Básica e considerar as habilidades de investigação científica. O propósito é discutir as teorias dos contratualistas, assim como considerar de que forma seus estudos impactaram na observação da convivência dos seres humanos em sociedade.

Para isso, considere o conceito de “estado de natureza”, definição hipotética que tem como seu objetivo explicar uma condição humana pré-sociedade, isto é, quando a organização social baseava-se apenas nas leis da natureza, antes da constituição da sociedade civil e, portanto, sem nenhuma regulação do Estado. Sugerimos que os estudantes registrem em seus cadernos quais são as características que eles acreditam que nós possuímos desde que nascemos. Comece a sensibilização com essa indagação: **Todos nós nascemos... Livres? Independentes? Iguais? Bem-intencionados?**

Na concepção dos pensadores contratualistas, o contrato social estabelece a passagem do “estado de natureza” para o pacto com um Estado, sustentado por uma estrutura própria em seu conjunto institucional que regula a sociedade. Apontamos que cada filósofo possui a sua corrente teórica, no Saiba Mais destacamos algumas referências para consulta e aprofundamento no conteúdo.

Professor, para a análise a respeito dos autores pioneiros do contratualismo e as teorias distintas, propomos as leituras no “Saiba Mais”, que contribuem para ampliar o debate em sala de aula.

SAIBA MAIS

BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª ed., São Paulo: Malheiros, 2000.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 27ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

BOBBIO, Norberto; BOVERO Michelangelo. **Sociedade e Estado na Filosofia Política Moderna**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.



RIBEIRO, Josuel Stenio da Paixão. Os Contratualistas em questão: Hobbes, Locke e Rousseau. **Prisma Jurídico**, vol. 16, núm. 1, 2017, pp. 3-24. Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://cutt.ly/HGjxS6d>. Acesso em: 03 mai. 2022.

Para esta atividade, por meio de uma aula expositiva dialogada, é importante você, professor, mediar as discussões e análises a respeito dos autores pioneiros da teoria política e filosófica sobre o contratualismo. É importante contextualizar, junto aos estudantes, o conhecimento. Por fim, apontado os conceitos elaborados pelos pensadores contratualistas, indicamos um momento para discutir com os estudantes o legado contratualista na sociedade contemporânea. Professor, o objetivo é que os estudantes possam trazer os seus conhecimentos sobre a temática para a sala

de aula, que dialoguem a partir de suas experiências pessoais. Sabemos o quão complexo é o entendimento da organização do poder político, movida por pessoas com interesses próprios em diferentes tempos. As reflexões de Hobbes foram fundamentais para se pensar o Estado Absolutista, as análises de Locke instigaram o liberalismo burguês e, por fim, Rousseau, assim como os outros dois, ainda é relevante para observações de cunhos sociais e democráticos na política.

Atualmente, professor, o cenário político tem variado muito: são diversos atores sociais que atuam politicamente, mas não necessariamente com relação ao governo de seu país. Fato é que existem demandas específicas e novas maneiras de a sociedade civil colocar soluções em prática. Com o objetivo de considerar a realidade local dos estudantes, além de dar oportunidades para participarem ativamente das discussões, propomos que os estudantes, tendo como base as habilidades do eixo estruturante de Investigação Científica, pesquisem os estudos de Rousseau que se ocuparam da “vontade geral” para embasar a redação de um texto dissertativo sobre as formas de participação ativa e efetiva dos cidadãos na vida pública.

O objetivo da atividade é que os estudantes compreendam a democracia participativa: as questões políticas locais e nacionais, plebiscitos, iniciativas populares, audiências públicas, conselhos municipais, orçamento participativo, consulta e portais de transparência. Nesse sentido, será possível os estudantes aprofundarem os conhecimentos criando um canal de discussões dentro da sala de aula, além de refletir sobre questões políticas locais, intrinsecamente ligadas ao exercício da cidadania. Procure estimular os estudantes a fazer resgates, conexões e correlações com a temática abordada. É o momento de fazer um diagnóstico das aprendizagens dos estudantes, de forma que o ensino, a partir de então, vá ao encontro de suas necessidades.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, entre em contato com o professor do Componente Curricular “Desbravando a Constituição”. Na Atividade 1, o componente abordará a formação do Estado, em seguida, na Atividade 2, será feita a análise do desenvolvimento do Estado de Direito para o Estado Democrático de Direito. Aproveite a oportunidade para fomentar discussões sobre a temática e para ampliar as aprendizagens dos estudantes em sala de aula.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 8: 2 aulas

Com base na compreensão da importância de um contrato social para regular as relações e manter uma convivência harmônica, agora é o momento dos estudantes sistematizarem os conhecimentos. Professor, sugerimos que retome o que foi trabalhado no momento inicial da atividade, tornando a aprendizagem mais significativa. A partir do que foi indicado, propomos que os estudantes retomem as questões apresentadas no momento de sensibilização e, por meio de uma roda de conversa, discutam, a partir dos posicionamentos dos contratualistas, “por que viver em sociedade?”, “por que submeter-se a leis?”, “o que significa a ‘lei do mais forte’?”. Os estudantes devem registrar os consensos e dissensos, a partir da conversa e disponibilizar os registros em mural.



AVALIAÇÃO

Professor, é importante levar em consideração se os estudantes participam ativamente das discussões e expõem seus pontos de vista de maneira alinhada com a temática desenvolvida em sala de aula. Além disso, verifique se demonstram a capacidade de trabalhar de maneira harmônica em grupo, exercitando a escuta ativa e se posicionando de maneira coerente e fundamentada.



ATIVIDADE 3

INTRODUÇÃO

Semana 9: 2 aulas

Professor, para darmos continuidade no desenvolvimento do componente curricular, nesta atividade, vamos dar destaque na compreensão do direito a partir da ótica do jusnaturalismo e do positivismo jurídico. Nesse contexto, o objetivo será relacionar as interpretações do direito pelo jusnaturalismo e pelo positivismo a diferentes formas de se interpretar e aplicar a norma ao caso concreto.

Inicie a aula com a seguinte sensibilização: **Vocês concordam com a afirmação de que algumas regras/normas existem desde sempre e em todo lugar? Contem por que concordam ou discordam.** Para garantir o engajamento e a participação da turma, recomendamos que forme grupos com quatro pessoas para conversarem e debaterem sobre o assunto. É importante que a coleta de informações, as discussões, impressões e soluções sejam registradas no caderno de cada um do grupo. Caso seja necessário, sugerimos que destine um tempo para que possam compartilhar as respostas anotadas com o restante da turma.

SAIBA MAIS

NADER, Paulo. **Introdução ao Estudo do Direito**. 35 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. Cap. 37, 38 e 39; p. 373 - 389.

REALE, Miguel. **Filosofia do Direito**, 7ª ed., São Paulo: Saraiva, 1975.



SILVA, Enio Moraes da. O Estado Democrático de Direito. Brasília: **Senado Federal**, a. 42, nº 167, jul./set. 2005. Disponível em: <https://cutt.ly/dHretXI>. Acesso em: 10 mai. 2022.

Teorias do Direito. **Jusnaturalismo e Positivismo**. Disponível: <https://cutt.ly/OG69Pwb>. Acesso em: 09 mai. 2022.



DESENVOLVIMENTO

Semanas 10 e 11: 4 aulas

Professor, propomos que estimule os estudantes a fazerem uma busca ativa sobre as teorias do direito em portais e em referências bibliográficas. A proposta é ampliar o conhecimento e a compreensão sobre o ordenamento jurídico e as diferentes formas de verificar as normas.

Aproveite as ideias apresentadas pelos estudantes para fazer uma breve exposição dialogada a respeito das correntes do **jusnaturalismo** e do **juspositivismo**. Em um aula expositiva dialogada, você poderá esclarecer que a primeira corrente está diretamente ligada às teorias contratualistas vistas na atividade anterior, já que parte do princípio de que existe um direito natural, que é inteiramente justo, imutável, universal, até mesmo transcendental e imposto pela natureza de forma igualitária a todos os seres. E que, segundo essa concepção, foi a partir de transformações sociais e econômicas que os seres humanos passaram a compreender o estado como uma instituição criada por meio de um contrato social, necessária para assegurar a paz e a segurança. Para essa corrente do direito, aquilo que é injusto não pode nem mesmo ser considerado como um fenômeno jurídico.

Já o juspositivismo é uma corrente que considera apenas aquilo que está previsto na lei, imposta pelo Estado e aplicada pelas autoridades competentes, ou seja, autorizadas a exercerem esse papel. A justiça, segundo essa ótica, advém das normas formais, escritas e impostas à sociedade, tendo caráter racional e mutável - considerando que a sociedade está constantemente se transformando. A aplicabilidade das normas, nesse caso, deve ser literal e afastada de juízos de valor que passem pela análise moral e ética. Use o espaço também para fortalecer as discussões que dialoguem com o que o estudante já explorou na Formação Geral Básica, especialmente na área de Filosofia.

Em seguida, professor, com o objetivo de aprofundar as discussões apresentadas na atividade, inicie um debate sobre como as injustiças sociais afetam o cenário social como um todo e que, portanto, há necessidade de intervenção do direito para que cenários mais justos sejam alcançados. Alguns direitos que hoje são sedimentados (como direitos trabalhistas e direitos civis às mulheres), nem sempre foram garantidos a todos e que isso afeta todo o arranjo social, em vários aspectos. Disponha os estudantes sentados em roda e inicie uma breve discussão, norteadas pelas seguintes questões: **Os direitos são iguais para todas as pessoas? Nós somos todos iguais? O direito a trabalhar e administrar o próprio dinheiro sempre foi garantido a todas as pessoas?**

Sugerimos que apresente os dados sobre a participação das mulheres na política¹ (Disponível em: <https://cutt.ly/eZC3Ujh>. Acesso em: 8 ago 2022). Uma proposta é levar para a discussão o fato de que, quando se fala sobre o direito das mulheres ao trabalho em cargos políticos, outras desigualdades como raça, renda e escolaridade devem ser levadas em consideração. Dependendo

¹ CARRAZA, Bruna. 5 dados sobre a participação das mulheres na política brasileira. **Politize!**



do contexto em que a mulher está, o acesso ao meio político pode ser mais oportunizado ou não. Para finalizar, solicite que os estudantes criem um artigo de opinião com as contribuições apresentadas na aula, com enfoque especial na ideia que diversos direitos foram criados para corrigir desigualdades e garantir que todos os indivíduos recebam o mesmo tratamento na sociedade. Traga uma reflexão profunda sobre os processos de desigualdades no país, que apresentam o cotidiano de violência e preconceito e infligem, sobretudo, a população periférica e com menor renda, desrespeitando o artigo 5º da Constituição Federal, o qual dispõe diversos direitos e garantias aos indivíduos, sem qualquer tipo de distinção:

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Artigo 5º**. Disponível em: <https://cutt.ly/7GZUfxn>. Acesso em: 08 ago. 2022.

Professor, é com base nesse contraponto que os estudantes devem refletir que a ideia de igualdade pode se manifestar de maneiras divergentes na prática e na teoria, gerando a reflexão se a afirmação que “todos são iguais” realmente é possível de ser aferida na realidade. Para o momento de produção textual, instigue os estudantes a pensarem sobre o questionamento central, a partir de perguntas norteadoras como: **“Ser igual ao outro é poder fazer as mesmas coisas?”**, **“Todas as pessoas têm acesso aos mesmos direitos e oportunidades?”**, **“A realidade retratada no trecho do artigo 5º é comum no dia a dia?”** e **“Vocês sentem que tem todos aqueles direitos descritos no artigo 5º?”**. No final da elaboração, solicite que os estudantes compartilhem suas reflexões com o restante da turma.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, o componente “Desbravando a Constituição” propõe na Atividade 1 discussões sobre a formação do Estado, sua organização política e social. Assim, é interessante que você dialogue com o professor responsável, possibilitando construir conversas e debates que possibilitem reflexões sobre a temática com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 12: 2 aulas

Apresente as seguintes perguntas na lousa: **“Qual das duas correntes do direito você acredita que é mais aplicada no nosso dia-a-dia? Por quê? Em que situações a adoção dessa corrente pode trazer conflitos e ameaças a diferentes grupos sociais ou à diversidade de modos de vida e a diferentes identidades culturais?”** Uma sugestão é solicitar que um estudante se voluntarie para responder as perguntas na lousa. Após o registro da resposta na lousa, pergunte à turma o que pensaram de diferente do que foi respondido pelo colega e o porquê disso. Oriente-os então, a registrarem, de forma resumida, as reflexões que foram levantadas a respeito da pergunta presente no quadro, de modo que essas anotações apoiem a construção da Atividade 5

do componente - um *podcast*. Reforce que essa anotação será muito importante para os ajudar na produção final do componente curricular “Entre o Direito e a Justiça”.



AVALIAÇÃO

Professor, é importante observar se os estudantes atenderam aos comandos iniciais, ficaram atentos e se concentraram na discussão proposta. Além disso, é importante observar se os estudantes fazem contribuições para a resolução da atividade, respeitando o turno de fala de cada um dos integrantes do grupo, demonstrando disponibilidade para a escuta atenta e para o sucesso do grupo.



ATIVIDADE 4

INTRODUÇÃO

Semana 13: 2 aulas

Professor, neste momento questionaremos os estudantes sobre o “jeitinho brasileiro”, fortemente marcado no imaginário social do nosso país. Para tratar do tema, sugerimos que comece a aula com uma sensibilização feita por meio de algumas indagações: **“O que quer dizer a expressão ‘jeitinho brasileiro’?”**, **“É possível atribuir interpretações, ações e características positivas à ideia de ‘jeitinho brasileiro’?”**. Tratando-se de uma ideia muito presente no imaginário social brasileiro, as indagações podem se desdobrar em muitas contribuições por parte dos estudantes. No Saiba Mais você encontra materiais a respeito do tema que também podem contribuir para a discussão.

Aproveite para construir um ambiente de troca confortável e seguro para os estudantes, colha algumas respostas a partir de suas experiências e conhecimentos prévios sobre o assunto. Procure estimular os estudantes a fazer conexões, correlações, resgates. É o momento de fazer um diagnóstico das aprendizagens, de forma que o ensino, a partir de então, vá ao encontro de suas necessidades. Sugerimos a partir desse momento que os estudantes reflitam sobre o “jeitinho brasileiro” e se ele pode ser sempre associado à corrupção. Ainda, em que situações essa condição pode ser identificada. O quadro pode ser utilizado para registrar as respostas dadas pelos estudantes.

A dinâmica da atividade pode ser seguida com mais uma indagação voltada para os estudantes: **“Quem concorda com a associação, sempre, do “jeitinho brasileiro” com a corrupção? E quem não concorda?”**. É interessante que seja feito novamente o movimento de compartilhamento de opiniões, de modo que ao menos um estudante que concorda compartilhe as razões pelas quais ele acredita na associação em questão, e que ao menos um estudante que não concorda possa fazer o mesmo.

Após a discussão coletiva entre a turma, é hora dos estudantes se prepararem para coletar informações. O objetivo é que os estudantes obtenham respostas em entrevistas sobre o tema, coletando a opinião de outros agentes da escola e também da comunidade onde a escola está inserida. Uma questão disparadora para o momento pode ser a seguinte indagação: **“Quais situações do cotidiano são resolvidas pelo “jeitinho brasileiro?”** Para isso, sugerimos que seja conduzida uma discussão com a turma para levantar as perguntas que podem atender aos objetivos da entrevista, isto é, as perguntas pertinentes à temática tratada que podem levar os estudantes a coletarem informações sobre a opinião da comunidade escolar e da comunidade ao redor. A ideia é que ao final da atividade se tenha construído um roteiro semi-estruturado de entrevista.

+ SAIBA MAIS

BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro - a arte de ser mais igual que os outros**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

FILHO, Clóvis. **Corrupção: Parceria degenerativa**/Clóvis de Barros Filho, Sérgio Praça.- Campinas, SP: Papyrus 7 Mares, 2014.

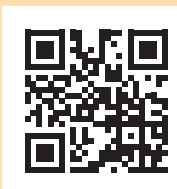
BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10ª ed., São Paulo: Malheiros, 2000.

LEAL, Rogério Gesta. **Estado, democracia e corrupção: equações complexas**. Revista de Investigações Constitucionais, Curitiba, vol. 6, n. 1, p. 91-106, jan./abr. 2019.



MUGNATTO, Gabriel C. **Jeitinho brasileiro: da criatividade à corrupção**. Politize. Disponível em: <https://cutt.ly/xXqc2Lh>. Acesso em: 10 ago. 2022.

DIAS, Valéria. Os sentidos do “jeitinho brasileiro” em nossa cultura - Músicas, crônicas e fatos históricos desvendam os vários significados positivos e negativos da expressão. Agência USP de notícias. Disponível em: <https://cutt.ly/NZ8cc9z>. Acesso em: 10 ago. 2022.



DESENVOLVIMENTO

Semanas 14 e 15: 4 aulas

Professor, para iniciar a etapa de desenvolvimento sugerimos que você divida a turma em duplas ou em trios e oriente que cada uma dessas duplas ou trios registre em uma folha destacada o roteiro semi-estruturado de entrevista construído na atividade. Além disso, cada dupla ou trio deve se dirigir para fora da sala de aula, ocupando outros espaços da escola em busca de outro professor ou funcionário que possa responder as perguntas desenvolvidas. O objetivo é reunir um número maior de informações, de modo a facilitar a construção da ideia de “jeitinho brasileiro” no imaginário social do país, coletando informações de agentes da escola e, se viável, também da comunidade ao redor.

Sugerimos que, após a realização das entrevistas, seja feito o compartilhamento entre a turma dos pontos que foram levantados, as opiniões que foram compartilhadas entre os colegas, e as que foram coletadas com professores e funcionários da escola. Este momento é uma oportunidade dos estudantes se posicionarem, refutando ou corroborando as hipóteses levantadas. Indique que a turma se aprofundará na temática e que, para isso, divida a turma em grupos.

A proposta é a de que seja feito um modelo de dinâmica inspirado na metodologia ativa conhecida como *World Café*, um processo participativo pautado na troca em grupos e que visa evidenciar a inteligência coletiva. Para tanto, disponha as mesas da sala de aula de modo a formar espaços de conversas, uma para cada grupo. Existe também a possibilidade de realizar esta etapa da atividade



em espaços externos à sala de aula. Professor, é interessante disponibilizar para os grupos materiais como cartolinas, canetas e post-its, para que possam ser usados no desenvolvimento da atividade.

Após os estudantes se acomodarem nas mesas, informe que eles precisam escolher um *anfitrião*, que permanecerá fixo na mesa, enquanto os outros entrarão no esquema de rodízio de mesas, denominados como “*viajantes*”. O anfitrião é responsável por viabilizar o debate na mesa e atualizar os novos viajantes que chegam sobre quais foram os pontos abordados anteriormente. Cabe, assim, ao anfitrião conectar as ideias apresentadas pelos grupos anteriores com as discussões suscitadas pelo grupo presente.

Para o desenvolvimento da dinâmica, sugerimos três temas: **1) O lado positivo do jeitinho brasileiro; 2) Democracia e percepção sobre a corrupção; e 3) Mecanismos de acompanhamento da atuação dos agentes públicos.** Professor, é necessário que para cada um dos temas seja selecionado previamente ao menos um texto científico e/ou jornalístico que dialogue com a temática. Como inspiração, sugerimos links para cada um dos temas que levam a materiais de onde podem ser retirados os referidos textos.

- **TEMA 1:** Pereira, G., Pinheiro, C., & Kunz, M. **CRIATIVIDADE À BRASILEIRA: O JEITINHO PARA DRIBLAR CRISES.** Revista Pensamento & Realidade, 12. Disponível em: <https://cutt.ly/hJAN5PP>. Acesso em 8 jun 2022.
- **TEMA 2:** Manoel Galdino, Carol Oliveira e Renata Galf. **Como a democracia fortaleceu o combate à corrupção.** Disponível em: <https://cutt.ly/WJAMjdV>. Acesso em: 8 jun 2022.
- **TEMA 3:** NETO, Eduardo. **Controle Social: o que você tem a ver com isso?.** Politize! Disponível em: <https://cutt.ly/zJAMvCT>. Acesso em: 8 jun 2022.

Professor, para cada rodada devem ser reservados os minutos iniciais para a reflexão de uma pergunta disparadora por grupo: **1) Existe um lado positivo no jeitinho brasileiro?; 2) Qual o papel do Estado e dos agentes políticos para diminuir a corrupção no país?; 3) Como podemos acompanhar a atuação dos agentes públicos?** Na sequência, os estudantes terão acesso ao texto da mesa com a leitura indicada. Após todos os viajantes lerem as informações disponibilizadas, o anfitrião retomará a pergunta disparadora para que os estudantes discutam as principais informações do texto e como ele se relaciona com a pergunta disparadora.

Encoraje os estudantes a registrarem suas reflexões, ideias e insights na cartolina ou demais materiais disponibilizados, por meio de frases, tópicos e até desenhos. Pois, um registro da construção coletiva do grupo, serve para que tanto o grupo quanto o anfitrião façam conexões com ideias de viajantes anteriores.

Para viabilizar a troca e o debate dos principais pontos da dinâmica desenvolvida, reserve ao menos o tempo de uma aula completa e organize a sala em círculo ou em meia lua (modelo U), formas de organização de espaço que facilitam a discussão entre os estudantes.

Solicite que os estudantes designados como anfitriões contem quais foram os principais pontos levantados durante as discussões, bem como se houve algum padrão entre as respostas e reflexões apresentadas pelos grupos. Encoraje os viajantes a contarem como foi a experiência e quais foram os principais aprendizados.





DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, para ampliar os conhecimentos relacionados à democracia e a participação popular, elementos que, conforme trabalhado nesta atividade, são fundamentais no combate à corrupção, é possível integrar os conteúdos trabalhados nesta atividade com os mobilizados na Atividade 1 do Componente 3, de modo a relacionar os deveres dos cidadãos, seus direitos sociais, políticos e civis, às diversas possibilidades de exercício da cidadania por meio da participação popular, aplicáveis na forma de combate à corrupção.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 16: 2 aulas

Professor, sugerimos que a sistematização da atividade seja iniciada pela retomada dos questionamentos apresentados aos estudantes na introdução da atividade. Indicamos a metodologia ativa de roda de conversa para que seja realizada uma discussão que abarque o que foi desenvolvido na etapa de introdução e na etapa de desenvolvimento, de modo a verificar em que medida os questionamentos foram respondidos a partir das entrevistas e das reflexões feitas.

Oriente os estudantes a registrarem no caderno pelo menos dois aprendizados que tiveram ao longo das últimas aulas e que considerem mais importantes. Reforce que os registros feitos durante cada aula da atividade poderão ser utilizados como apoio para a construção da proposta final do componente curricular. Peça que três estudantes se voluntariem para socializar os registros que fizeram em seus cadernos, e incentive o restante da turma a fazer o mesmo. O ideal é que todos os estudantes apresentem os principais aprendizados da atividade para que possa ser promovida uma conversa final mobilizando os conceitos de democracia, corrupção, jeitinho brasileiro e participação social. Nesta conversa, busque acionar elementos do cotidiano dos estudantes, tanto na escola quanto fora dela.



AVALIAÇÃO

Professor, na avaliação da atividade, considere o poder de síntese apresentado por cada estudante na proposta feita na etapa de sistematização. Além da síntese, analise a articulação dos conceitos desenvolvidos ao longo da atividade. O envolvimento dos estudantes ao longo da pesquisa de campo realizada com agentes da escola, bem como o envolvimento com as leituras e debates propostos também deve ser considerados.



ATIVIDADE 5

INTRODUÇÃO

Semana 17: 2 aulas

Professor, inicie a atividade anunciando aos estudantes que, com base nos conhecimentos trabalhados ao longo das atividades do Componente Curricular: Entre o Direito e Justiça, eles deverão se debruçar sobre a construção de um *podcast*. A produção de *podcast* propicia o desenvolvimento de elaboração e de aplicação de propostas que enfrentem situações-problema relacionadas a processos sociais e históricos de maneira ética e criativa. Desse modo, indicamos que os estudantes possam mobilizar os aprendizados desenvolvidos ao longo da Formação Geral Básica e exercer seu protagonismo, estabelecendo juntos, em uma roda de conversa, as diretrizes e estratégias para a realização da atividade.

Sugerimos a divisão da turma em grupos, de modo que cada grupo fique responsável pela produção de um episódio de *podcast*, e que as temáticas das atividades desenvolvidas anteriormente sejam contempladas. Feita a divisão dos grupos e a distribuição dos temas, os estudantes podem ser direcionados a retomar uma pesquisa a respeito do tema que irão trabalhar, para, a partir de então, elaborarem um primeiro rascunho do roteiro do *podcast* que será revisado e finalizado.

É importante esclarecer que o gênero *podcast* pode ter diferentes formatos e estilos. Assim, um *podcast* pode ter um tom de um bate-papo sobre determinado assunto, pode conter entrevistas ou pode ser a construção mais firmemente pré-estabelecida de uma reflexão aprofundada sobre a temática abordada. O roteiro deve conter:

1. A definição de qual será o público-alvo;
2. Lista de tópicos que irão abordar;
3. Planejamento da maneira como irão abordar os assuntos (se no *podcast* haverá trechos de entrevistas, se será um bate-papo, se apenas uma ou mais pessoas apresentarão reflexões, se irão construir uma história para tratar do assunto etc.);
4. Passo a passo para a produção.

Para apoiá-los na escolha dos assuntos a serem trabalhados, distribua, entre os grupos, um cartão com a descrição dos temas distribuídos a cada grupo. Além disso, oriente-os a retomar as anotações que fizeram no caderno, ao longo das atividades do componente curricular. Para a realização desta atividade final, o *podcast*, busque articulação e integralização com os professores dos outros componentes da Unidade Curricular. Converse com os docentes dos demais componentes para incluir nos temas as pesquisas e propostas de atividades que foram discutidas e trabalhadas em suas aulas.

Professor, passe pelos grupos para verificar como está o andamento do trabalho, bem como as dificuldades que os estudantes estão encontrando. É muito importante a sua mediação no processo de aprendizagem e desenvolvimento da estrutura do roteiro para a produção do *podcast*.

SAIBA MAIS

FREIRE, Eugênio Paccelli Aguiar. **Podcast na educação brasileira: natureza, potencialidades e implicações de uma tecnologia da comunicação**. 2013. 338 f. - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

DESENVOLVIMENTO

Semanas 18 e 19: 4 aulas

Professor, a produção de um *podcast* demanda itens tecnológicos básicos, sendo necessário contar com um celular ou computador e um microfone, o qual pode ser externo ou embutido no celular ou nos fones de ouvido. Além disso, é necessário um *software* ou aplicativo de edição de áudio, mas esse ponto será trabalhado no tópico seguinte.

É importante que a gravação ocorra em espaços com poucos ruídos e interferências externas, então, caso seja possível, possibilite que os grupos se organizem em distintos espaços da escola ou estabeleça turnos de gravação para cada grupo na sala de aula, sendo que, neste momento, os demais estudantes não podem fazer barulhos ou deverão se retirar da sala. Uma dica é fechar as portas e as janelas para diminuir os sons externos.

Sugerimos que cada episódio do *podcast* tenha 15 minutos de duração. Porém, fique à vontade para adaptar a atividade de acordo com a sua turma. De toda forma, considerando que o produto passará por edição, os estudantes podem gravar áudios mais longos, desde que seja viável o corte de partes, mas com a manutenção do sentido dos elementos dialogados.

No momento da gravação, indicamos que acompanhe-os para verificar a entonação, dicção, a forma e os usos de expressão, a fim de garantir que mantenham uma linguagem clara e adequada para o público-alvo.

Uma sugestão é padronizar a vinheta de abertura para todos os episódios, o que corrobora para a construção de uma identidade única para esta atividade. Alinhe com os estudantes uma forma interessante para iniciar cada episódio, seja com uma música, uma chamada oral, um jingle, dentre outras possibilidades.

Professor, propomos também que reserve ao menos o tempo de uma aula para a edição dos episódios. Existem diversos aplicativos e *softwares* de uso gratuito e que podem funcionar como instrumentos de gravação e edição dos episódios do *podcast*, oriente os estudantes a fazerem buscas na rede mundial de computadores ou em lojas de aplicativos no celular.



Na fase de edição, é necessário ter como principal foco minimizar os ruídos e aumentar o som da gravação. Ou seja, é importante que eventuais ruídos e inadequações das falas das pessoas sejam tratados, bem como é importante garantir que o volume da fala das pessoas esteja compatível. Além disso, será por meio da edição que os estudantes terão a possibilidade de cortar partes dos áudios, adicionar vinheta, trilha sonora, diminuir os ruídos e adequar a produção ao tempo indicado para cada episódio.

DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, recomendamos que a realização desta atividade esteja articulada aos conhecimentos desenvolvidos na Atividade 3 do Componente 4, de modo a refletir a ideia de “liberdade de expressão”, aplicando-a aos processos criativos de construção dos episódios dos *podcast*, com o objetivo de que a produção seja um espaço de livre expressão para os estudantes, além de um ambiente em que seja garantido o respeito às diversidades e às diferentes formas de expressão. Recomendamos, ainda, o exercício de mapeamento das temáticas desenvolvidas nos demais componentes da unidade, de modo a identificar discussões que possam fazer parte do *podcast*, de forma a dialogar com os conteúdos trabalhados no neste componente.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 20: 2 aulas

A sistematização da atividade deve ser feita no desenvolvimento de um plano de divulgação das produções elaboradas. Sugerimos a organização de um evento para divulgar os episódios do *podcast* junto à comunidade escolar. Para o evento, o espaço da sala de aula pode ser organizado por ilhas temáticas, ou seja, de modo que cada grupo fique responsável por uma parte do espaço da sala de aula, em que deverá apresentar seu episódio.

Professor, encoraje os estudantes a produzirem cartazes, infográficos, mapas conceituais e outras formas de comunicação, para ilustrar a produção realizada no componente curricular. É importante aproveitar o momento de divulgação, conjuntamente com os estudantes, para explicar aos presentes qual foi o conteúdo trabalhado, apresentar os detalhes do processo de construção do episódio do *podcast*, realizar indicações de fontes de aprofundamento, dentre outros pontos que poderão ser abordados no encontro. Não deixe de incentivar os estudantes a divulgarem o trabalho em suas redes sociais, utilizando *#CurriculoEmAcaoCHS*.

AVALIAÇÃO

Professor, para a avaliação final, sugerimos a consideração de dois elementos centrais: o primeiro deles se relaciona à participação dos estudantes ao longo de todo o processo criativo e coletivo que envolve a criação de um *podcast*. É importante observar se houve trabalho em equipe e se houve engajamento. O segundo elemento que recomendamos ser utilizado na avaliação, é a articulação dos conhecimentos mobilizados nas atividades anteriores no conteúdo dos episódios de *podcast*. Não se deve perder de vista que o objetivo do *podcast* é o de informar à comunidade a respeito das temáticas trabalhadas na Unidade Curricular.

DESBRAVANDO A CONSTITUIÇÃO

DURAÇÃO: 30 horas

AULAS SEMANAIS: 2

QUAIS PROFESSORES PODEM MINISTRAR ESTE COMPONENTE: História ou Sociologia ou Filosofia

INFORMAÇÕES GERAIS

Destacamos que este material tem o objetivo de orientá-lo para a elaboração de atividades que serão realizadas durante o percurso ao longo das aprendizagens sugeridas por esse componente “Desbravando a Constituição”. O Componente Curricular tem como objetivo principal propor reflexões sobre a relação entre o contexto histórico na conquista de direitos humanos e fundamentais à condição humana, a fim de possibilitar uma cultura de respeito à Constituição e à Democracia, demonstrando como os indivíduos fazem parte de um tecido social complexo e interligado, em que suas ações estão vinculadas à normas morais e/ou jurídicas.

Os conteúdos presentes no componente oportunizam a compreensão da estrutura do Estado e a sua maneira de atuação, bem como ressalta a necessidade da Constituição Federal para a manutenção do Estado Democrático de Direito. Além disso, propicia momentos de aprendizagem e reflexão para que o estudante seja capaz de reconhecer os processos de conquista e efetivação de direitos para a construção de uma sociedade justa, solidária e igualitária, fortalecendo o exercício da cidadania ativa nos espaços de convivência que circulam.

Objetos de conhecimento: Organização do Estado de Direito; Constituições brasileiras e o contexto histórico; formação do Estado e formas de participação; os três poderes (abordar as atribuições do Executivo, Judiciário e Legislativo); laicidade do Estado; a relação entre Lei e Jurisprudência na prática; lei x costumes; acordos internacionais, Direitos Humanos e Direitos Fundamentais; teorias dos freios e contrapesos; a efetivação dos direitos previstos no artigo 5º da Constituição Federal.

Competências e Habilidades da Formação Geral Básica a serem aprofundadas: Competências 1, 5 e 6

EM13CHS101	Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais
EM13CHS502	Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.

EM13CHS606	Analisar as características socioeconômicas da sociedade brasileira – com base na análise de documentos (dados, tabelas, mapas etc.) de diferentes fontes – e propor medidas para enfrentar os problemas identificados e construir uma sociedade mais próspera, justa e inclusiva, que valorize o protagonismo de seus cidadãos e promova o autoconhecimento, a autoestima, a autoconfiança e a empatia.
------------	--

Eixos Estruturantes e suas Competências e Habilidades: Investigação Científica, Processos Criativos, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

EMIFCHS01	Investigar e analisar situações problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.
EMIFCHS05	Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados a temas e processo de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.
EMIFCHS07	Identificar e explicar situações em que ocorram conflitos, desequilíbrios e ameaças a grupos sociais, à diversidade de modos de vida, às diferentes identidades culturais e ao meio ambiente, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, com base em fenômenos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
EMIFCHS09	Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para resolver problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas
EMIFCHS12	Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.

Os Eixos estruturantes de cada etapa das atividades são indicados pelos seguintes ícones:

	Investigação Científica		Empreendedorismo
	Processos Criativos		Mediação e Intervenção Sociocultural



ATIVIDADE 1

INTRODUÇÃO

Semana 1: 2 aulas

Professor, a atividade 1, assim como as demais da Unidade Curricular, está dividida em três partes, a saber: 1ª) Introdução (sensibilização e contextualização para a temática proposta; 2ª) Desenvolvimento (a proposta e o conteúdo da atividade); e a 3ª) Sistematização e fechamento da discussão abordada em sala de aula.

Sugerimos que leve em consideração uns minutos iniciais, pré-introdução, para que você se apresente para a turma e explique a organização do material, ou seja, o aprofundamento, a sua divisão e os principais objetivos da Unidade Curricular, assim como, o do Componente Curricular que será estudado: Desbravando a Constituição.

Antes de dar início à primeira atividade do componente, propomos que seja feita uma relação com o componente curricular da Formação Geral Básica, História e os demais componentes. Aproveite a oportunidade para ouvir da turma sobre as seguintes temáticas: Absolutismo Monárquico, Iluminismo, Revolução Francesa e conceito de Estado moderno. No século XVII e XVIII, em uma sociedade estamental, pensadores como Thomas Hobbes e John Locke, foram fundamentais para promover ideias de racionalidade humana em contraposição à razão divina. Nesse sentido, contestaram o poder divino dos reis, possibilitando as ações dos indivíduos sobre a política, além de apresentarem explicações institucionais e jurídicas para o governo, como também a laicidade do Estado. Sem dúvida, este foi um movimento importante do pensamento iluminista para considerar um governo que fosse responsável por regular a liberdade por meio de direitos e deveres, buscando o bem comum para todos os indivíduos e os governantes, a base do liberalismo político.

Professor, você pode inserir outros assuntos que considere importantes para potencializar a discussão, sobretudo no que diz respeito ao contexto nacional. Em uma roda de conversa, ajude os estudantes a trilharem os caminhos apontados com o auxílio de perguntas sensibilizadoras, tais como: *Qual o grau de participação do povo em um regime monárquico e republicano? Considerando o nosso processo de independência, a abolição da escravidão tardia, o último país das Américas a abolir a escravidão, a proclamação da república e as ditaduras militares, de que forma o nosso contexto histórico afetou a consolidação da cidadania e dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil?* Faça uma avaliação diagnóstica e levante os conhecimentos prévios no que diz respeito aos conteúdos, habilidades e competências que os estudantes possuem maior desenvoltura e fortaleça o protagonismo dos estudantes acerca da própria aprendizagem.

+ SAIBA MAIS

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

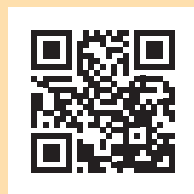
HOBBS, Thomas. **Leviatã.** São Paulo: Ícone, 2000.

LOCKE, John. **Dois Tratados Sobre o Governo.** São Paulo: Martin Fontes, 1988.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social.** São Paulo: Cultrix, 1985.

MONTESQUIEU, C.S. **O Espírito das Leis.** São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe.** São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



Politize. **Contrato social:** Existe um acordo entre Estado e sociedade. Disponível em: <https://cutt.ly/fLi3g2S>. Acesso em: 10 mai. 2022.

DESENVOLVIMENTO

Semanas 2 e 3: 4 aulas

Professor, para dar sequência à proposta da Atividade 1, propomos que realize uma retomada dos conhecimentos da Formação Geral Básica, discutidas anteriormente na introdução. Em seguida, comece a sensibilização com essa indagação: *Vocês sabem quando ocorreu a formação dos Estados Nacionais?*

DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, converse com o seu colega do Componente Curricular “**Entre o Direito e a Justiça**”. Na atividade 2, será abordado o papel do contrato social ante o estado de natureza, com base no pensamento dos filósofos contratualistas da era moderna - Hobbes, Locke e Rousseau. Isso pode auxiliá-los a enfatizar diferentes formas de organização política e social que o Estado adota.

Por não existir uma definição e conceitos únicos sobre o surgimento do Estado, tendo como baliza as habilidade do Eixo Estruturante de Investigação Científica, professor, recomendamos que em conjunto com os estudantes, busquem definições e informações em fontes confiáveis, tais como: bibliografias sobre o tema, livros didáticos, sites e outros recursos que podem ser utilizados para ampliar a discussões sobre o assunto abordado. No caso do Estado Brasileiro, a sua formação pode ser considerada com a vinda da família Real no ano de 1808. Entretanto, como a historio-

grafia demonstrou, não houve uma transição que realmente significasse mudanças efetivas na sociedade, principalmente pelo poder se basear mais em valores de Antigo Regime, isto é, mantiveram a figura do rei como representante da ordem social e união das províncias, em detrimento da complexidade da população que se formava nos territórios.

Assim, por meio de uma aula expositiva dialogada, discuta sobre quando surgem os Estados Nacionais. Apresente que a formação de um Estado consiste na conjugação de um **território**, de uma **população** e um **governo**. Professor, é importante destacar que já houveram diferentes formas de organização política e social, considerando a Antiguidade (*Polis Grega* e das *Civitas Romana*), a Idade Média e outras formas de estruturação no período moderno. Em relação ao período moderno, os modelos experimentados na Europa de direitos civis, políticos e sociais para constituição do Estado, entre o século XVIII e XIX, começaram a ser incorporados no Brasil na primeira metade do século XIX, especialmente com a promulgação da primeira Constituição no ano de 1824.

Professor, para dar continuidade nesta etapa, indicamos que combine com os estudantes a organização de grupos, para que discutam e elaborem argumentos para a nossa herança colonial e o exercício da cidadania civil no Brasil. Nesse momento, é possível retomar as perguntas sensibilizadoras e realizar uma constatação das aprendizagens. Para finalizar esta atividade, com o objetivo de aumentar o engajamento dos estudantes, sugerimos a construção de debates em torno da temática: El País. **Invisíveis no Brasil, sem documento e dignidade: “Eu nem no mundo existo”**. Disponível em: <https://cutt.ly/jJKJw7P>. Acesso em: 08 mai. 2022.

Algumas perguntas podem nortear a construção desta discussão e mobilizar a reflexão: **Quais são as relações entre a nossa herança colonial e a efetividade da cidadania no Brasil? As questões estruturais como o racismo, o patriarcado e a desigualdade social interferem na nossa realidade contemporânea? O que implica a falta de registro civil?**. Após a contextualização, torna-se fundamental ouvir a percepção dos estudantes, as suas considerações e conhecimentos sobre o assunto. Este passo é fundamental para a atividade sugerida.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 4: 2 aulas

Para sistematizar o conhecimento, reserve um tempo para que os estudantes registrem no caderno as suas observações históricas sobre a atividade apresentada. Professor, com a sua mediação, é possível gerar discussões que fortaleçam as ideias debatidas anteriormente, no que se refere às teorias de organização do Estado, além das questões contemporâneas da sociedade brasileira. Ao final, desafie os grupos a pensar em projetos de empreendedorismo social sobre os aspectos da exclusão documental, um direito básico que, ainda, não é garantido a toda a população. Como resultado, reflete diretamente nas condições de acesso à saúde, educação, moradia, família, entre tantos outros direitos à cidadania, ampliando a desigualdade social no país.



AVALIAÇÃO

Professor, fique atento aos conhecimentos prévios dos estudantes, eles são uma poderosa fonte de conhecimento que lhe permitirá saber por onde começar a discutir os objetos de conhecimentos e o desenvolvimento das habilidades previstas para esse aprofundamento. A ênfase sobre os conhecimentos prévios ajuda os estudantes a reorganizar ou reelaborar conceitos já definidos ou ainda a elaborar novos.

Conhecimento prévio. Disponível em: <https://cutt.ly/XOzZrMG>. Acesso em: 31 de jan.2022.

Conhecimentos prévios dos discentes: contribuições para o processo de ensino-aprendizagem baseado em projetos. Disponível em: <https://cutt.ly/POzJcbl>. Acesso em: 31 de jan.2022.

Uma maneira significativa de avaliar refere-se ao fato da elaboração de rubricas para auxiliar nas aprendizagens dos estudantes bem como o saber fazer em ensinar, logo ela está diretamente ligada ao processo de ensino aprendizagem de maneira intrínseca, uma vez que, permite que docentes e discentes avaliam o trabalho realizado uns dos outros. Para conhecer mais, acesse: Domingos Fernandes. Rubricas de Avaliação. ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa | Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) <https://cutt.ly/LOW3ly3>.



ATIVIDADE 2

INTRODUÇÃO

Semana 5: 2 aulas

Professor, na atividade anterior foi indicado às discussões sobre as teorias de formação dos Estados. Como foi indicado, na história da humanidade, desde sempre houveram várias maneiras de organização para administração dos territórios, considerando diferentes povos. Para o período moderno, a Revolução Francesa foi um marco na história, sobretudo por dar origem a regimes mais democráticos, com o fim do Antigo Regime e o absolutismo, passou a entrar em vigor o que foi denominado o Estado de Direito.

Com base nas habilidades do Eixo Estruturante de Investigação Científica, peça para que os estudantes pesquem sobre o liberalismo político e a crise dos regimes absolutistas, no final do século XVII e durante o século XIX. É importante destacar que, esse fato histórico, se deve a mobilização dos sujeitos e intelectuais do período, o liberalismo político fomentado por diferentes filósofos que, mesmo atendendo a uma burguesia, foi fundamental para o reconhecimento de todos os cidadãos perante a legislação. Se hoje vivemos sob um regime democrático, muito se deve ao campo das discussões filosóficas desenvolvidas no período para romper com o regime monárquico absolutista. Montesquieu, por exemplo, foi um dos primeiros pensadores a refletir sobre a divisão dos três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Inicie a sensibilização com essa indagação: **Quais as diferenças entre Estado Absolutista e o Estado de Direito?** Professor, a ideia será retomar os conhecimentos da atividade anterior, assim como os temas trabalhados na Formação Geral Básica e na Atividade 2 do Componente Curricular “Entre o Direito e a Justiça”. Sugerimos que peça para que os estudantes registrem a resposta em seus cadernos. No final, reserve um tempo para que os estudantes possam compartilhar a sua resposta com a turma. Após a discussão, apresente para a turma que o objetivo desta atividade será analisar o desenvolvimento do Estado de Direito para o Estado Democrático de Direito. Professor, para auxiliar na mediação do debate, indicamos o texto: **Qual a importância da democracia?** Disponível em: <https://cutt.ly/wjLollf>. Acesso em: 10 mai. 2022. A referência irá apoiá-lo no sentido de apresentar questões históricas e teóricas sobre a democracia, buscando a apreensão da importância da sua estrutura, das instituições e a participação política da população para fortalecer a cultura democrática.

+ SAIBA MAIS

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade**. Para uma teoria geral da política. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Paz e Terra. 2011.

LOCKE, John. **Dois Tratados Sobre o Governo**. São Paulo: Martin Fontes, 1988.



BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em: <https://cutt.ly/iHrQXXS>. Acesso em: 10 mai. 2022.

SILVA, Enio Moraes da. O Estado Democrático de Direito. Brasília: **Senado Federal**, a. 42, nº 167, jul./set. 2005. Disponível em: <https://cutt.ly/dHretXI>. Acesso em: 10 mai. 2022.



DESENVOLVIMENTO

Semanas 6 e 7: 4 aulas

A elaboração da atividade pode ser realizada com a metodologia ativa *sala de aula invertida*, favorecendo a participação ativa dos estudantes, mobilizando metodologias de pesquisa e investigações. Nesse sentido, professor, sugerimos que crie a oportunidade para que os estudantes analisem diferentes conceitos do Estado Democrático de Direito, discutidos por cientistas políticos e juristas. Propomos a divisão de grupos, entre quatro a cinco estudantes, e que eles partam das seguintes questões: *Quais as características Estado Democrático de Direito? Por que é importante a participação da população nas decisões públicas? Qual a função da Constituição Federal? Quais são as atribuições do poder Executivo, Legislativo e Judiciário na sociedade?*

Para responder às perguntas os estudantes devem fazer uma pesquisa bibliográfica. Em seguida, professor, você pode propor um espaço para que os estudantes possam trocar as suas considerações sobre os assuntos pesquisados. Um formato que pode ser utilizado é um roda de conversa, peça aos grupos de estudantes para que exponham os resultados de suas pesquisas, enquanto o restante da turma registra as informações em seus cadernos.

Em aula expositiva dialogada, evidencie o que é Estado de Direito e a sua importância no período de transição política no período moderno. Medie as discussões com os estudantes, ouça os seus argumentos e, em seguida, apresente que em um Estado de Direito, o governante não tem o poder sobre tudo e todos, assim como era nos governos absolutistas na Europa do século XVI ao século XVIII. Sendo assim, o que passa a regular a organização social são as leis. Porém, tendo em



vista o contexto histórico da época, ainda que fosse uma mudança significativa na vida cotidiana, na prática, o modelo político privilegiava as classes mais altas, ou seja, excluía grande parte da população das decisões da vida pública. Já o Estado Democrático de Direito, a sua compreensão está interligada a noção de soberania popular e participação dos sujeitos na vida pública, marcada pela separação dos poderes estatais, a fim de que o legislativo, executivo e judiciário não se divirjam e comprometam a democracia.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, entre em contato com o docente responsável pelo Componente Curricular “**Conhecendo os meus Direitos**”, no qual abordou na Atividade 1, o conceito de cidadania e democracia. Isso pode auxiliá-los a aprofundar discussões sobre a ação humana e a vida em comum na comunidade ou sociedade.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 8: 2 aulas

Com o objetivo de sistematizar o conhecimento proposto pela atividade, sugerimos a apreciação do Artigo 1º da Constituição Federal (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988. Disponível em: <https://cutt.ly/iHrQXXS>. Acesso em: 10 mai. 2022). E como produto para essa atividade, professor, indicamos a elaboração de um *artigo de opinião* sobre a importância da Constituição Federal na sociedade brasileira para garantir o fortalecimento do Estado Democrático de Direito e os direitos dos cidadãos, que irá auxiliar no aprofundamento dos conhecimentos debatidos em sala de aula, como também, auxiliará para compor a próxima atividade e a prática final desse componente curricular.



AVALIAÇÃO

Professor, sugerimos que verifique se os estudantes conseguiram acompanhar a discussão apresentada, se mantiveram interessados e procuraram por fontes bibliográficas para ampliar as discussões sobre a temática. Além disso, é possível avaliar se compreenderam a evolução do Estado de Direito para o Estado Democrático de Direito, assim como associaram a importância da Constituição Federal para garantir o fortalecimento da cultura democrática na sociedade brasileira. Por fim, professor fique atento às produções dos artigos de opinião dos estudantes ao que se refere: a explicitação da questão problematizadora, a tese defendida no momento da elaboração, quais os argumentos diversos que sustentam a tese elaborada e quais são os conectivos e as expressões que garantem a coesão textual além das marcas de autoria.

ATIVIDADE 3

INTRODUÇÃO

Semana 9: 2 aulas

Professor, comece a atividade 3 com essa indagação: *Vocês sabem qual é a importância da Constituição Federal na sociedade brasileira? Vocês sabiam que o Brasil, entre o período monárquico e republicano, aderiu a sete Constituições?*

Professor, nesse momento inicial é importante fomentar discussões que dialoguem com o que o estudante já estudou na Formação Geral Básica. Fique atento a cada resposta, valorizando o conhecimento prévio trazido pela turma. Registre as referências anunciadas por eles. Sugerimos que anote tanto a pergunta quanto as respostas na lousa para que todos possam visualizar o que está sendo debatido. Este é o momento de fazer um diagnóstico das aprendizagens dos estudantes, de forma que no processo de ensino, seja considerado a sua perspectiva sobre o assunto.



SAIBA MAIS

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. **História da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.



Politize. **Entendendo as estruturas da lei**. Disponível: <https://cutt.ly/eLi2zfe>. Acesso em 02 mai. 2022.

Como fazer um mapa mental. Toda matéria. Disponível em: <https://cutt.ly/IGYgYF9>. Acesso em: 29 abr. 2022.



Mapa Mental. Disponível em: <https://cutt.ly/mGD5r7Y>. Acesso em: 02 mai. 2022.

DESENVOLVIMENTO

Semanas 10 e 11: 4 aulas

Para realizar esta atividade, o *mapa mental* é uma sugestão metodológica, mas essa é apenas uma entre as muitas possibilidades de metodologias ativas de aprendizagem, fique à vontade para adequar a atividade conforme a realidade da sua turma. Em sala de aula, levando em consideração as habilidades do Eixo Estruturante Processos Criativos apresente aos estudantes que a dinâmica consiste em criar um diagrama e sistematizar as informações e o conhecimento sobre as Constituições do Brasil. O mapa pode ser produzido à mão ou em ferramentas digitais, como foi sugerido no Saiba Mais.

O tema principal para a elaboração do mapa mental é: *O contexto histórico das constituições brasileiras*. O desenvolvimento da atividade pode ser realizado com a metodologia ativa *sala de aula invertida*, favorecendo a participação ativa dos estudantes, mobilizando metodologias de pesquisa e o protagonismo frente às suas investigações, criando a oportunidade de, no momento de socialização dos conhecimentos adquiridos, interagir de maneira protagonista, colaborando com o professor tanto no processo de ensino aprendizagem, como no ato de avaliar.

Aproveite este momento para propor que os estudantes registrem os principais marcos que consideram importantes, levando em consideração o conhecimento pesquisado por eles sobre a temática, como também, indicamos que incentive e acompanhe na realização de pesquisas e análises sobre as Constituições do Brasil, provocando assim o aprofundamento sobre a temática, a retomada de conceitos debatidos na Formação Geral Básica, tais como: Poder Moderador, Estruturação da República, Estado Novo, Populismo, Ditaduras, Redemocratização do Brasil e a Constituição Cidadã.

Recomendamos que informe aos estudantes que utilizem símbolos, cores, setas para proporem conexões entre as Constituições Federais, as continuidades e rupturas alinhadas ao contexto político, social e econômico em que foi decretada. Após sistematizado o conhecimento, para dar continuidade na tarefa, propomos a roda de conversa.

Professor, com o seu auxílio em sala de aula, apresente novamente a questão inicial proposta como sensibilização da turma: **Qual a importância da Constituição Federal para a sociedade brasileira?**. Em seguida, apresente outra questão: **Se comparada com as outras cartas magnas, o que a Constituição de 1988 representou para o Estado brasileiro?** Neste momento, é possível avaliar o que os estudantes assimilaram da pesquisa, análises bibliográficas e, também, por meio do Mapa Mental que realizaram sobre o assunto. O importante, nesta estratégia, é que cada estudante exercite sua capacidade de escuta e argumentação, considerando as respostas dos outros colegas.

Se ainda for necessário, realize intervenções para sanar qualquer dúvida sobre o tema. Portanto, é muito importante a condução das respostas e hipóteses dos estudantes.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, aproveite a oportunidade para dialogar com os colegas responsáveis pelos outros Componentes Curriculares: **“Entre o Direito e a Justiça”**; **“Conhecendo os meus Direitos”**; **“Acesso à Justiça”** e **“Direitos em Pauta”**. É um momento apropriado para aprofundar nas discussões sobre a Constituição Cidadã de 1988. Sugerimos que solicite para que os estudantes compartilhem as discussões elaboradas nos outros componentes, abrindo espaço para debates que contemplem a luta pela conquista de direitos pelos cidadãos.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 12: 2 aulas

Após a realização da última atividade, para sistematizar o conteúdo abordado, indicamos o compartilhamento das reflexões realizadas, incluindo as habilidades dos eixos processos criativos e mediação e intervenção sociocultural. Uma sugestão é pedir que os estudantes construam, coletivamente, por meio de uma exposição em um mural: *a Constituição de 1988, um marco da democracia brasileira*. A finalidade é que os estudantes utilizem as soluções criadas na sistematização dos conhecimentos, a exposição dos direitos estabelecidos pela Constituição Cidadã de 1988, para despertar e promover transformações positivas na comunidade escolar. Para que a tarefa se realize, divida a turma em quatro grupos e solicite a confecção de cartazes que contenham informações, tendo como base as discussões realizadas em sala aula, pode incluir imagens, justificativas e os pontos de vistas. Esta é uma forma dos estudantes se conectarem com a comunidade escolar, ampliando o alcance de conhecimentos sobre as Constituições brasileiras, principalmente a de 1998, que foi um marco aos direitos dos cidadãos, por garantir liberdades civis e os deveres do Estado.



AValiação

Professor, sugerimos que ao final de cada atividade proposta verifique se os estudantes atenderam ao que foi solicitado, se buscaram novas informações ou dados para enriquecer suas reflexões para compor de forma autônoma conhecimento sobre a temática.



ATIVIDADE 4

INTRODUÇÃO

Semana 13: 2 aulas

Professor, para dar início à proposta da Atividade 4, propomos que realize uma retomada do que significou a promulgação da Constituição Cidadã em 5 de outubro de 1988. Assim, por meio de uma *aula expositiva dialogada*, discuta sobre a importância da análise da carta magna simbolizar o processo de redemocratização nacional, após 21 anos de regime militar. No Saiba Mais, indicamos um compilado de informações para o período, como notícias, fotografias e vídeos disponibilizadas pelo Senado Federal em comemoração dos 30 anos da Constituição no ano de 2018, que podem ser complementados com os conhecimentos já trabalhados na Formação Geral Básica.

SAIBA MAIS

SAES, Décio Azevedo Marques. **A questão da evolução da cidadania política no Brasil**. São Paulo: Estudos Avançados, n. 15, v. 42, 2001.



BRASIL, Senado Federal, **30 anos da Constituição da Cidadania**. Disponível em: <https://cutt.ly/iGZE1kD>. Acesso em: 04 mai. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <https://cutt.ly/7GZUfxn>. Acesso em: 04 mai. 2022.



DESENVOLVIMENTO

Semanas 14 e 15: 4 aulas

Para realizar esta atividade, a metodologia ativa *rotação por estações* é uma sugestão metodológica, que incentiva o debate e reflexões em conjunto entre os estudantes. Em sala, explique que a dinâmica consiste em refletir e discutir sobre a participação dos indivíduos na vida pública. Inicie esta atividade apresentando que é um momento importante para criarem laços e debaterem coletivamente.

Professor, indicamos que os estudantes sejam divididos em cinco grupos para realizar análises e reflexões sobre as mudanças ocorridas na participação dos indivíduos, por meio do voto, no Brasil. Uma indicação é sensibilizar os estudantes sobre a mobilização que ocorreu nas redes sociais, a Semana do Jovem Eleitor, entre os dias 14 a 18 de março de 2022 (Fonte: TSE. Disponível em: <https://cutt.ly/6GBinnq>. Acesso em: 05 mai. 2022) , que teve como objetivo principal mobilizar jovens à solicitarem o título de eleitor, uma vez que o país tinha o menor número de eleitores desde o ano de 2004. Após a campanha de mobilização, a justiça eleitoral superou todos os seus recordes de atendimento registrados para fazer qualquer solicitação referente ao título de eleitor para votar nas Eleições de 2022. O maior destaque foi o aumento no alistamento de jovens eleitoras e eleitores no país: 47,2% em relação ao mesmo período em 2018 e de 57,4% em relação aos quatro primeiros meses do ano em 2014 (Fonte: TSE. Disponível em: <https://cutt.ly/GGN7gF4>. Acesso em: 06 mai. 2022)

Em seguida, com objetivo de dar continuidade na temática, escreva na lousa os temas abaixo. Posteriormente, distribua os textos na íntegra, ou um resumo por Estação de rotação, contendo as principais informações sobre a matéria:

ESTAÇÃO 1: Analfabetos eram impedidos de votar até o ano de 1985. Fonte: Brasil, Senado Federal. Disponível em: <https://cutt.ly/eGZLdGh>. Acesso em: 04 mai. 2022.

ESTAÇÃO 2: O voto feminino foi reconhecido em 1932 e inserido à Constituição de 1934, sendo facultativo. Fonte: Brasil, Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://cutt.ly/iGZZCfB>. Acesso em: 04 mai. 2022.

ESTAÇÃO 3: A Ditadura de 1964 impediu o voto direto para presidente da República. <https://cutt.ly/7GZXVZP>. Brasil, Câmara dos Deputados. Acesso em: 04 mai. 2022.

ESTAÇÃO 4: Diretas já: movimento por eleições diretas para Presidente da República. Fonte: <https://cutt.ly/3GZ16DL>. Brasil, Câmara dos Deputados. Acesso em: 04 mai. 2022.

ESTAÇÃO 5: A Constituição de 1988 restaurou os direitos políticos dos brasileiros: voto direto, secreto e com valor igual para todos. Fonte: Brasil, Governo do Brasil. <https://cutt.ly/MGZ1bko>. Acesso em: 04 mai. 2022.

Aqui, professor, é possível desenvolver estratégias de aprendizagem ativa e colaborativa. Os estudantes, divididos em cinco grupos, devem realizar a leitura, debaterem entre si o conteúdo das matérias e rotacionarem para a estação seguinte, assim passando pelas cinco estações. Finalizado, os grupos terão dez minutos para responder no caderno as seguintes perguntas: **“Vocês conseguiram identificar algumas das transformações que marcam a participação social dos indivíduos, por meio do voto, no Brasil?”**. **“Quais vocês identificaram?”**. **“Qual modelo após a Constituição de 1988?”**. **“Qual o dever do eleitor-cidadão?”**

Solicite para que cada grupo compartilhe suas impressões sobre o assunto com toda a turma. Uma sugestão é realizar uma exposição oral, a partir do que responderam. É importante, nesta estratégia, que cada estudante exercite sua capacidade de escuta ativa e argumentação, considerando as respostas de todos os seus colegas, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro.



SISTEMATIZAÇÃO

Semana 16: 2 aulas

Para sistematizar o conhecimento desta atividade, uma proposta é realizar confecção de um mural com fotografias e frases sobre a temática: *Direito ao voto e participação da população*. Após a análise dos contextos histórico e político já estudados, desafie os estudantes a contextualizarem a realidade vivenciada por eles ou por outros, identificando e refletindo sobre as mudanças ocorridas na participação dos indivíduos, por meio do voto, no Brasil.



AVALIAÇÃO

A avaliação deverá ser processual e privilegiar o interesse dos estudantes pelos assuntos, o seu envolvimento nas discussões, como também, o respeito à pluralidade de ideias nos grupos e entre a turma. É importante observar o engajamento dos estudantes nas aprendizagens, a sua capacidade de investigar e analisar situações problemas e, também, criar soluções e tomar decisões, sendo proativo e argumentando com base em fatos e dados.

ATIVIDADE 5

INTRODUÇÃO

Semana 17: 2 aulas

Professor, na atividade anterior foram discutidos os contextos históricos e as mudanças ocorridas na participação dos indivíduos na vida pública, por meio do voto, no Brasil. O principal objetivo desta última atividade será apresentar outras formas de exercer a cidadania, destacando a importância da participação de todos para a sua efetivação no dia a dia. Além disso, os estudantes poderão elaborar um projeto interdisciplinar - uma **“Campanha de Sensibilização”** - encorajando outros estudantes a conhecerem os seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

É importante reforçar as ideias propostas em todas as atividades anteriores. Procure dialogar com os professores dos outros componentes curriculares, assim será possível construir uma produção coletiva entre professores e estudantes, reforçando os conteúdos e compartilhando as aprendizagens sobre as temáticas abordadas na Unidade Curricular, como também, a dos componentes curriculares da Formação Geral Básica.

Comece a sensibilização com essa indagação: **Como podemos efetivar a nossa cidadania no nosso dia a dia? Vocês consideram que todos os cidadãos possuem acesso aos mesmos direitos, referentes à educação, alimentação, saúde, trabalho e moradia?** Apresente a pergunta na lousa e peça que os estudantes registrem as reflexões em seus cadernos. Em seguida, solicite aos estudantes para compartilharem os seus apontamentos com o restante da turma. Por fim, mostre o trecho do **Artigo 5º da Constituição Federal**.

“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Artigo 5º**. Disponível em: <https://cutt.ly/7GZUfxn>. Acesso em: 04 mai. 2022.

Em 05 de outubro de 2022, a Constituição Cidadã de 1988 completou 34 anos. O conjunto de normas foi um símbolo na redemocratização do Brasil, ainda permitiu o desenvolvimento do país em direção à cidadania e aos direitos fundamentais. Nesse processo, é importante evidenciar que a Carta Magna apresentou inúmeros avanços para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Entretanto, ainda existem muitos desafios para alcançarmos a efetividade da cidadania no cotidiano do brasileiro. No Saiba Mais, indicamos bibliografias que são significativas para subsidiar as discussões em sala de aula, assim como dados da pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (Disponível em: <https://cutt.ly/kHqgleF>. Acesso em: 13 mai. 2022), que evidencia o agravamento da privação de direitos no Brasil, sobretudo após a pandemia da COVID-19.



Para isso, sugerimos um momento para reflexão, a partir de algumas perguntas norteadoras, na qual as respostas poderão ser compartilhadas por meio de uma roda de conversa: **Por que a pandemia agravou os problemas sociais no Brasil e no mundo? Qual a importância de se resguardar os direitos sociais conquistados? Como tratados internacionais podem contribuir para alcançar e buscar soluções para temas globais, como a pandemia?** É um momento oportuno para obter conhecimentos a respeito dos saberes prévios dos estudantes; como também pode ser reservado um tempo para que realizem pesquisas sobre os assuntos, atente-se para registrar as percepções deles para a retomada no decorrer da aula.

SAIBA MAIS

BOTELHO, Augusto de Arruda. **Iguais perante a Lei: um guia prático para você garantir seus direitos.** São Paulo: Editora Planeta, 2021

PINSKY, Jaime. **Práticas de cidadania.** São Paulo: Editora Contexto, 2004.

MUYLAERT, Eduardo. **Direito no cotidiano: Guia de sobrevivência na selva das leis.** São Paulo: Editora Contexto, 2020



SANTOS, Luiz Antonio. **Reflexão Crítica sobre os direitos sociais seminário frente a crise relacionada ao Covid 19 no Brasil. I Seminário de Discentes em Direito do Distrito Federal**, v.1, nº 2, 2002. Disponível em: <https://cutt.ly/1JLRtK8>. Acesso em: 08 mai. 2022.

Polítize!. **O que são tratados internacionais?** Disponível em: <https://cutt.ly/aLiORNb>. Acesso em 11 maio de 2022.



DESENVOLVIMENTO

Semanas 18 e 19: 4 aulas

Professor, para esta atividade, a partir dos exemplos e respostas que os estudantes trouxeram na sensibilização, divida a turma em dois grupos. O primeiro grupo deverá ficar responsável por elencar e promover reflexões sobre os direitos, já o segundo será encarregado pelos deveres dos cidadãos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Em seguida promova um debate em sala de aula, o objetivo é construir um espaço de diálogo e de escuta que permita os estudantes elaborarem uma **“Campanha de Sensibilização”** destacando a importância dos cidadãos conhecerem os seus direitos e deveres para efetivação da cidadania no cotidiano.

O primeiro passo consiste em realizar um levantamento diagnóstico, ou seja, para esta tarefa é muito importante mobilizar os conhecimentos das atividades anteriores, com o intuito de enriquecer a discussão, oportunizar a análise crítica, com o objetivo de formular e resolver problemas, como a mobilização coletiva para garantir direitos e condições dignas de vida ao cidadão

de forma justa e igualitária. O segundo passo para criação da campanha tem como propósito definir o objetivo e os resultados esperados, quais são problemas identificados e qual a justificativa para que o projeto seja colocado em prática. Por fim, o último passo se refere ao público-alvo: a comunidade escolar, estudantes, professores, ou os moradores na circunvizinhança da escola. Após definido o público alvo, indicamos os meios que serão utilizados para divulgação dos conteúdos da “Campanha de Sensibilização”, para isso é necessário um planejamento das equipes para organizar a criação dos materiais e a comunicação, pode ser realizada: folders, panfletos, cartazes, ou mídias sociais e plataformas digitais de áudio e vídeo que forneçam subsídios para transmissão do trabalho elaborado pela turma.

Professor, sugerimos seguir essas etapas; porém, todas elas poderão ser adaptadas à sua realidade e ao tempo disponível para realização da atividade.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, peça para que os estudantes resgatem a pesquisa da Atividade 1 do Componente Curricular, **“Conhecendo os meus Direitos”**, em que realizarão um estudo para conhecer quais são os direitos e deveres que configuram os indivíduos enquanto cidadãos. É importante dialogar com os outros quatro componentes curriculares também, com o objetivo de aprofundar a discussão e oportunizar reflexões sobre o processo histórico, político, social e cultural de conquista popular pelo direito à cidadania. Nesse sentido, criar um espaço para pensar a cidadania como um processo gradual e presente em diferentes esferas, como abordado ao longo desta Unidade, proporcionará uma análise específica das condições que garantem os direitos básicos na sociedade. Portanto, sugerimos que os estudantes possam trazer discussões, anotações e conhecimentos propiciados pela Unidade Curricular, a fim de fortalecer a discussão sobre a temática sobre os direitos e deveres dos cidadãos.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 20: 2 aulas

Para sistematizar o conhecimento, comunique os estudantes que os resultados obtidos pela “Campanha de Sensibilização” pode ser divulgada por meio de um relatório, para que alcance mais professores e estudantes. Outra sugestão é agendar um seminário para a comunidade escolar e apresentar os materiais elaborados no percurso do Componente Curricular: **Desbravando a Constituição**. Esta também é uma forma de integrar todos os outros componentes da Unidade Curricular, promovendo o aprofundamento das discussões e garantindo a efetividade da cidadania, enquanto estudante, na sua comunidade escolar.





AVALIAÇÃO

Professor, propomos que observe atentamente a participação dos estudantes. É importante considerar o interesse com as questões apresentadas, assim como o envolvimento na elaboração do projeto final do componente curricular como parte do processo de avaliação das aprendizagens. Verifique se os estudantes se engajaram, se mantiveram concentrados nas demandas solicitadas, desde o processo de mobilização dos conhecimentos até a atividade final. Assim, será possível avaliar o que mudou em suas concepções pessoais acerca do significado do contexto histórico na conquista de direitos fundamentais à condição humana, a fim de possibilitar uma cultura de respeito à Constituição e à Democracia.

CONHECENDO OS MEUS DIREITOS

DURAÇÃO: 30 horas

AULAS SEMANAIS: 2

QUAIS PROFESSORES PODEM MINISTRAR ESTE COMPONENTE: Sociologia ou Filosofia ou História ou Geografia.

INFORMAÇÕES GERAIS

O Componente Curricular 3 – *Conhecendo os meus direitos* tem como objetivo principal fortalecer a compreensão dos direitos que constituem a cidadania. Ao trabalhar com diferentes documentos e realidades que se referem à vigência dos direitos, professores e estudantes darão significado aos fenômenos sociais mais cotidianos nos quais ocorrem violação desses direitos. Os conteúdos presentes no componente viabilizam a compreensão dos diversos tipos de direitos, o que permitirá construir ideias mais amplas e, assim, estimular reflexões e propor soluções para problemas sociais complexos. Além disso, este Componente Curricular desenvolve habilidades com o intuito de investigar e construir discussões acerca dos processos que cerceiam a cidadania, assim como as formas de engajamento e ações de intervenção e defesa dos direitos. O Componente Curricular está estruturado, principalmente, no eixo de Investigação Científica, embora também contemple determinadas habilidades do eixo de Processos Criativos e Mediação e Intervenção Sociocultural.

Objetos de conhecimento: Direito Social; Direito da Família; Direito Penal; Direito Civil (abordando o conceito de "capacidade"); Direito do Consumidor (abordar os direitos que influenciam na vida cotidiana do estudante); Estatuto da Criança e do Adolescente.

Competências e Habilidades da Formação Geral Básica a serem aprofundadas: Competências 1,5 e 6

EM13CHS102	Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos
EM13CHS106	Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais, incluindo as escolares, para se comunicar, acessar e difundir informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

EM13CHS502	Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.
EM13CHS603	Analisar a formação de diferentes países, povos e nações e de suas experiências políticas e de exercício da cidadania, aplicando conceitos políticos básicos (Estado, poder, formas, sistemas e regimes de governo, soberania etc.).
EM13CHS605	Analisar os princípios da declaração dos Direitos Humanos, recorrendo às noções de justiça, igualdade e fraternidade, identificar os progressos e entraves à concretização desses direitos nas diversas sociedades contemporâneas e promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e de cada indivíduo.

Eixos Estruturantes e suas Competências e Habilidades: Eixos: Investigação Científica, Processos Criativos e Mediação e Intervenção Sociocultural.

EMIFCHS01	Investigar e analisar situações problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.
EMIFCHS08	Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, baseadas no respeito às diferenças, na escuta, na empatia e na responsabilidade socioambiental.
EMIFCHS05	Selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados a temas e processo de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global.

Os Eixos estruturantes de cada etapa das atividades são indicados pelos seguintes ícones:

	Investigação Científica		Empreendedorismo
	Processos Criativos		Mediação e Intervenção Sociocultural



ATIVIDADE 1

INTRODUÇÃO

Semana 1: 2 aulas

Professor, a Atividade 1, assim como as demais deste Componente Curricular, está dividida em três partes, a saber: 1ª) Introdução (sensibilização e contextualização para a temática proposta; 2ª) Desenvolvimento (a proposta e o conteúdo da atividade); e a 3ª) Sistematização e fechamento da discussão abordada em sala de aula.

A proposta da atividade é que os estudantes possam identificar os direitos e deveres dos cidadãos, além de pesquisar, discutir e avaliar criticamente seus significados. Professor, sugere-se que a aula seja iniciada anunciando para os estudantes que o tema tratado será cidadania. Em seguida, mobilize os conhecimentos trazidos por eles da Formação Geral Básica indagando: **“Para vocês, o que é cidadania?”** e **“O que é necessário para ser um cidadão?”**. Trata-se de um momento inicial voltado para a sensibilização para o tema. Anote as respostas no quadro à medida que os estudantes se expressarem e, quando todos que pediram a palavra tiverem concluído, comente as respostas. Professor, é muito comum que o exercício da cidadania seja relacionado ao voto nas eleições. Caso isso ocorra, é válido que você destaque que o voto é um importante meio de exercício da cidadania, mas que existem muitos outros tão importantes quanto.

Professor, se você quiser ampliar a discussão, fique à vontade para levar para a sala de aula uma reflexão sobre a noção de "democracia". Para isso, revise o conceito lembrando que a democracia é um dos princípios do Estado brasileiro, previsto na Constituição Federal de 1988. Pode ser salientada a relevância do documento que versa sobre o funcionamento de todo o país, apresentando os deveres e os direitos dos cidadãos, além das funções atribuídas ao poder público e que, por garantir tais direitos, é também conhecido como Constituição Cidadã.

Vale a pena destacar que, para além disso, a Constituição de 1988, a chamada "Constituição Cidadã", é um marco para a nossa democracia, já que garantiu direitos bastante relevantes, liberdades civis e deveres do Estado.

Para conhecer mais sobre a ideia de democracia e de cidadania, pode ser compartilhado com os estudantes o primeiro artigo do documento:

“Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

- I - a soberania;
- II - a cidadania;
- III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;
V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.”

É fundamental que os estudantes percebam que os dois conceitos estão diretamente relacionados de modo que o poder na nossa democracia é emanado de todos os cidadãos e que estes, por sua vez, possuem três tipos de direitos previstos na Constituição Federal: **os direitos civis, os direitos políticos e os direitos sociais**. Professor, a obra *Cidadania no Brasil: o longo caminho*, de José Murilo de Carvalho, é uma obra importante para a discussão, apresentando o processo de desenvolvimento da cidadania no país em diferentes períodos históricos. Para conhecer mais sobre a obra, procure lê-la e conhecer o artigo de Renato Rodrigues Lima (Disponível em: <https://cutt.ly/MCjhlp>. Acesso em: 04 set 2022).

SAIBA MAIS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.



Politize!. **Qual a importância da democracia?** Disponível em: <https://cutt.ly/mGYGW84>. Acesso em: 29 abril 2022.

Politize!. **Quais são os direitos e deveres dos cidadãos?** Disponível em: <https://cutt.ly/mGYGKAQ>. Acesso em: 29 abril 2022.



Tribunal Superior Eleitoral. **Cidadania: um caminho em construção**. Disponível em: <https://cutt.ly/9HuoK6H>. Acesso em: 11 maio 2022.

Politize!. **Afinal, você sabe o que é democracia?** Disponível em: <https://cutt.ly/WHua6eC>. Acesso em: 11 maio 2022.



DESENVOLVIMENTO

Semanas 2 e 3: 4 aulas

Professor, feita a exposição sobre a democracia prevista na nossa Constituição Federal de 1988, retome os elementos apresentados pelos próprios estudantes durante o momento de sensibilização e articule-os em uma explicação mais aprofundada sobre a cidadania. Busque tornar o ambiente o mais confortável possível para que todos possam contribuir com suas ideias, se assim o desejarem. Em sua explicação, lembre que existem três tipos diferentes de direitos.

Na sequência, os estudantes devem colocar a "mão na massa" e buscar conhecer **quais são os direitos e deveres que configuram os sujeitos enquanto cidadãos**. Para tal, divida a turma em grupos e distribua entre eles as seguintes temáticas: 1) Deveres dos cidadãos; 2) Direitos sociais; 3) Direitos políticos; 4) Direitos civis. Sugerimos que a distribuição seja feita de modo que cada temática seja trabalhada por pelo menos dois grupos. Professor, tendo como base o Eixo de Investigação Científica, a ideia é que aqui os estudantes possam realizar uma pesquisa em torno da temática recebida pelo grupo, sendo responsáveis ainda por selecionarem três direitos ou deveres, a depender do tema recebido pelo grupo, que deverão ser apresentados para toda a turma em um momento posterior.

Sugerimos que os estudantes se dirijam para a sala de leitura, sendo uma oportunidade de realizar a pesquisa em livros e materiais impressos, mas fique à vontade para conduzir a dinâmica da forma que melhor atender as suas necessidades e a realidade da sua turma. Existe, por exemplo, a opção da pesquisa ser feita em computadores de um laboratório de informática. Oriente os estudantes a terem em mãos papel e caneta para que eles possam registrar as informações mais importantes para a socialização com a turma.

Finalizadas as pesquisas em grupos, organize a turma em uma grande roda de conversa na qual pelo menos um integrante de cada grupo deve contribuir com as discussões. Para engajar a roda, levante as seguintes questões: **"O que são os direitos sociais/políticos/civis?"**, **"Quais são os deveres dos cidadãos?"**, **"Quais são os exemplos de cada tipo de direito?"**, **"O que a pesquisa trouxe de novidade?"**. Além disso, sugere-se que os estudantes sejam convidados a avaliar criticamente a efetivação dos direitos dos cidadãos, trazendo à tona diferentes narrativas de grupos sociais do cotidiano deles.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, a Atividade 1 do Componente Curricular 2 - *Desbravando a Constituição* é uma excelente oportunidade de ampliação dos conhecimentos relacionados à estrutura do Estado e da democracia brasileira a partir das Constituições Federais vigentes ao longo da história do nosso país. Dessa forma, recomendamos que seja estabelecido um diálogo juntamente com o professor do Componente Curricular 2 de modo a identificar a melhor forma de integração entre as atividades.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 4: 2 aulas

Para a organização e sistematização do conhecimento mobilizado, solicite que, a partir da pesquisa e da roda de conversa, cada estudante registre em seu caderno as definições de direitos sociais, políticos e civis, além de exemplos de direitos e deveres de cada cidadão. Neste momento, circule pelo espaço da sala de aula de maneira atenta para tirar dúvidas que possam surgir. Reforce que o estabelecimento de tais direitos e deveres a partir da Constituição de 1988 é o que constitui a ideia de cidadania, sendo esta última fundamental para que possamos viver em uma democracia.



AVALIAÇÃO

Sugere-se que a avaliação da Atividade seja feita a partir da observância da participação e engajamento dos estudantes nas etapas propostas. Além disso, devem ser observados os aspectos cognitivos envolvidos na atividade, de modo que a identificação e leitura crítica dos diferentes direitos e deveres dos cidadãos sejam avaliadas, bem como o aprofundamento dos conceitos a partir do desenvolvimento da prática de investigação científica.



ATIVIDADE 2

INTRODUÇÃO

Semana 5: 2 aulas

Professor, na Atividade anterior, os estudantes tiveram contato com a Constituição Federal de 1988 e com as noções de "democracia" e "cidadania" para então compreenderem parte dos direitos fundamentais previstos e conferidos a todos os cidadãos na nossa Carta Magna. Para o desenvolvimento da Atividade 2, recomendamos que a primeira aula seja iniciada com um rápido apanhado dos aprendizados da Atividade 1, assim os estudantes perceberão a oportunidade de aprofundar seus conhecimentos acerca dos seus direitos enquanto cidadãos.

A temática dos direitos do consumidor reforça o importante papel da Constituição Federal de 1988 na garantia dos direitos fundamentais dos brasileiros, uma vez que ela ampara a promulgação do Código de Defesa do Consumidor ocorrida em 1990, sendo a referência do consumidor acerca dos seus direitos e deveres.

Professor, esta Atividade deve oferecer aos estudantes o contato com seus direitos de consumidor assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor, favorecendo a análise de situações problema envolvendo temas e processos de natureza social considerando dados e informações do Código de Defesa do Consumidor, documento disponível na internet.

Para isso, o ideal é que sejam canalizados esforços para que os conteúdos abordados na Atividade possam se relacionar com as experiências dos estudantes, de modo a dialogar com a realidade vivida por eles. Dessa forma, busque mobilizar conhecimentos das aulas de Sociologia e demais Componentes Curriculares da Formação Geral Básica, que podem estabelecer um link entre a expansão do sistema capitalista, o processo de globalização e a temática do consumo. Mobilize também a experiência de consumo dos próprios estudantes fora dos muros da escola.

A Atividade pode ser iniciada com as seguintes indagações: **“Vocês já ouviram falar do Código de Defesa do Consumidor?”** e **“Vocês sabiam que é obrigatório que o Código de Defesa do Consumidor esteja disponível para consulta em todos os estabelecimentos comerciais do país?”**. Em seguida, apresente o documento enquanto importante instrumento para que os cidadãos possam fazer valer seus direitos junto às instituições, garantindo que haja justiça nas relações de consumo.

Para gerar uma primeira aproximação com o objeto de estudo da atividade, apresente aos estudantes o Artigo 4º da Lei nº 8.078 de 1990, que institui o Código de Defesa do Consumidor:

“Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo;
II - ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor:

- a) por iniciativa direta;
- b) por incentivos à criação e desenvolvimento de associações representativas;
- c) pela presença do Estado no mercado de consumo;
- d) pela garantia dos produtos e serviços com padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho.”

SAIBA MAIS



BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990**. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: <https://cutt.ly/5HsuFb1>. Acesso em: 12 maio 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**: A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BAUDRILLARD, Jean. **A sociedade de consumo**. Rio de Janeiro: Elfos Editora, 1995.

Politize!. **Código de Defesa do Consumidor: você conhece seus direitos?**. Disponível em <https://cutt.ly/0Hsotnd>. Acesso em: 12 maio 2022.



DESENVOLVIMENTO

Semanas 6 e 7: 4 aulas

Professor, para favorecer a identificação de direitos de consumo dos estudantes a partir de suas próprias experiências no mundo do consumo, sugerimos aqui a metodologia da aprendizagem baseada em problemas. Para tal, anuncie que a turma deve se dividir em grupos e que cada grupo receberá por escrito a descrição de uma situação problema. A distribuição deve ser feita de modo que cada situação problema seja trabalhada por dois grupos. Os estudantes devem fazer a leitura do texto recebido e, coletivamente, identificar onde se encontra a violação de direitos do consumidor presente naquele texto. Para o desenvolvimento da atividade de maneira alinhada ao eixo de Investigação Científica, cada grupo deve ter à disposição o Código de Defesa do Consumidor para consulta, seja o material físico ou o disponibilizado gratuitamente na internet pelo site do projeto *PCD Legal* em biblioteca virtual com conteúdo acessível a todas as pessoas



(Disponível em <https://cutt.ly/VHstC0D>. Acesso em: 11 mai. 2022.), sendo livre também a pesquisa em outras fontes de conhecimento científico.

Após a leitura da situação problema recebida pelo grupo, todos deverão buscar responder a seguinte pergunta: **“Onde se encontra a violação de direitos do consumidor presente na situação recebida?”**. Os estudantes devem, além de apontar a violação identificada pelo grupo, embasar tal apontamento no Código de Defesa do Consumidor. Oriente os estudantes a se prepararem para, ao final da atividade, apresentarem diante da turma a situação problema estudada pelo grupo e o que o Código de Defesa do Consumidor versa sobre o assunto.

Distribua entre os grupos as seguintes situações:

Situação 1: Dona Maria foi ao supermercado comprar um pacote de arroz que faltava em sua despensa. Chegando lá, ela escolheu o pacote de arroz da marca desejada e se dirigiu ao caixa do estabelecimento. Já no caixa, o atendente a informou de que o arroz da marca escolhida pela Dona Maria só é vendido quando comprado junto com um pacote de feijão, da mesma marca. Dessa forma, restava a Dona Maria comprar também um pacote de feijão, o que não faltava na sua despensa, ou deixar de comprar o pacote de arroz da marca desejada por ela.

Situação 2: Certo dia, Angélica recebeu em sua casa um cartão de crédito enviado pelo seu banco. Angélica não entendeu o porquê de ter recebido aquele cartão, uma vez que havia acabado de entrar no seu primeiro emprego e nunca realizou nenhuma solicitação de cartão de crédito. Buscando esclarecimentos, Angélica entrou em contato com o banco, que explicou que para o cartão ser usado, ele deveria ser desbloqueado por ela, que o faria apenas se decidisse fazer uso do cartão.

Situação 3: Pedro assistiu na televisão uma propaganda da marca de roupas que ele mais gosta de usar. A propaganda anunciava um modelo de camisa lançado a pouco tempo sendo vendida a um preço promocional em uma rede de lojas que contava com uma unidade no centro da cidade. Animado, Pedro foi até a loja e, chegando lá, foi informado de que a promoção só estava disponível na unidade da loja localizada na cidade vizinha.

Situação 4: Marcos resolveu comprar para seu filho um tênis novo. Foi até uma loja de calçados, escolheu o modelo, realizou o pagamento e levou o tênis para casa. Chegando lá, Marcos presenteou o filho, que ao calçar o tênis, notou que o mesmo ficou um pouco justo nos seus pés. No dia seguinte, Marcos retornou na loja e solicitou a troca do tênis por uma numeração maior. Entretanto, foi informado de que a loja não estava realizando trocas daquele modelo de tênis específico.

Após a distribuição dos textos, a leitura, discussão e pesquisa tendo como referência o Código de Defesa do Consumidor, conduza a turma para a apresentação do que foi desenvolvido no interior de cada grupo. É importante que seja apresentada a violação de direito identificada e seu embasamento no referido documento, de modo que todos acessem as discussões sobre as quatro situações problema. Professor, recomendamos que seja reservado para o desenvolvimento o tempo de uma aula completa.

DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, esta Atividade apresenta a possibilidade de integração com a Atividade 3 do Componente Curricular 2 - *Desbravando a Constituição*, no qual os estudantes se debruçam sobre o desenvolvimento constitucional do Brasil. A articulação entre as duas atividades pode favorecer o entendimento do processo que culminou na promulgação da Constituição Brasileira de 1988, sendo este o documento disparador para a criação do Código de Defesa do Consumidor.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 8: 2 aulas

Para que os conhecimentos mobilizados nesta Atividade possam ser sistematizados, indicamos que os estudantes registrem em seus cadernos algumas informações sobre o estudo desenvolvido. Seguem as perguntas norteadoras do registro:

1. Qual foi a violação de direito presente na situação problema recebida pelo seu grupo?
2. Você já passou ou conhece quem tenha passado por situação parecida? Caso tenha passado, como procedeu?
3. O que orienta o Código de Defesa do Consumidor sobre casos como o estudado pelo seu grupo?

Professor, é possível ainda ampliar o alcance das perguntas, solicitando que sejam consideradas também as situações problema trabalhadas e apresentadas pelos demais grupos da turma.

AVALIAÇÃO

Professor, para a avaliação da Atividade 3, sugerimos que observe o envolvimento dos estudantes nas discussões feitas em grupo acerca dos materiais indicados, bem como nas apresentações feitas para toda a turma. A etapa da sistematização também pode ser importante para a avaliação da Atividade, sendo uma oportunidade de perceber a apropriação dos conhecimentos propostos. Além disso, indica-se que a avaliação considere se os estudantes desenvolveram a habilidade de identificar direitos do consumidor e formas de violação desses direitos.



ATIVIDADE 3

INTRODUÇÃO

Semana 9: 2 aulas

Professor, nesta Atividade, os estudantes conhecerão mais uma face dos direitos dos cidadãos, garantida a partir do que prevê a nossa Constituição Federal de 1988: o direito da família. Em seu Artigo 226, a carta magna que versa sobre os direitos e deveres dos brasileiros coloca a família como a base da sociedade e sob a proteção do Estado. É importante que sejam mobilizados os conteúdos trabalhados pelos estudantes no âmbito da Formação Geral Básica que possibilitam o entendimento da família enquanto parte fundamental da primeira etapa do processo de socialização dos indivíduos e também enquanto uma instituição social, bem como o Estado a reger seus direitos.

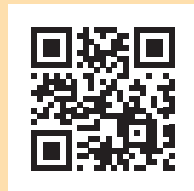
Pretende-se, nesta atividade, abordar o conceito de família a partir das garantias previstas pela Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos das famílias e a partir de referências bibliográficas do campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. A Atividade 3 do Componente Curricular 3 é ainda uma oportunidade de apresentar aos estudantes o Ministério das Mulheres, Família e Direitos Humanos, parte que compõe a estrutura governamental do nosso país para tratar de políticas públicas voltadas ao atendimento dessa população. Além disso, os estudantes poderão utilizar diferentes gêneros textuais de forma crítica, significativa, reflexiva e ética para difundir informações sobre a temática. Trata-se ainda da oportunidade de selecionar e mobilizar intencionalmente recursos criativos para resolver problemas reais relacionados a temas e processos de natureza social em âmbito local.

Sugerimos que, para iniciar a Atividade, seja compartilhado com os estudantes os artigos do Capítulo VII, que trata "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso" (disponível em: <https://cutt.ly/tXezTFv>. Acesso em: 06 jan. 2023). É recomendado que, a partir de uma leitura coletiva, os estudantes sejam indagados pelas seguintes questões: "**Como você percebe o direito da família na sua comunidade?**", "**Você percebe garantias?**", "**Você percebe violações?**" e "**Qual é a importância do direito da família para a sociedade?**"

Na sequência, para elucidar a ideia de "direitos da família", indicamos que os estudantes sejam convidados a refletir sobre esses direitos no contexto da pandemia de Covid-19. Isto é, como a pandemia afetou as relações familiares dos brasileiros? Objetiva-se que a discussão propicie uma análise, por parte dos estudantes, da garantia dos direitos da família no cenário proposto. Professor, neste momento você pode dividir a turma em grupos menores de discussão e disponibilizar para cada um deles o material disponível no link <https://cutt.ly/bXecQLL> (Politize!, 2021. Acesso em: 14 set. 2022).

+ SAIBA MAIS

SOUSA, Mônica; WAQUIN, Bruna. Do direito de família ao direito das famílias: a repersonalização das relações familiares no Brasil. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, Ano 52 Número 205 jan./mar. 2015.



Polítize!. **Direito da família: o que mudou com a COVID-19?** Disponível em: <https://cutt.ly/WjjZELv>. Acesso em: 1 jun 2022.

COSTA, Livia Fialho. Notas sobre formas contemporâneas de vida familiar e seus impactos na educação dos filhos. In: NASCIMENTO, Antonio Dias; HETKOWSKI, Tânia Maria. (Org.) **Educação e contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://cutt.ly/hXevWjv>. Acesso em: 11 ago 2022.



SILVA, Anderson Vicente da. O que é família? In: BODART, Cristiano das Neves. **Conceitos e categorias do Ensino de Sociologia**, vol.1. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021. pp. 89-94

BARRETO, Luciano. **Evolução Histórica e Legislativa da Família**. 10 anos do Código Civil: aplicação, acertos, desacertos e novos rumos. Rio de Janeiro: EMERJ, 2013.

DESENVOLVIMENTO

Semanas 10 e 11: 4 aulas

Professor, para o desenvolvimento da Atividade, indicamos a metodologia da sala de aula invertida. Para isso, deve ser solicitado aos estudantes uma pesquisa anterior sobre a temática. Recomendamos que os estudantes sejam orientados a:

1. Buscar na internet ou em livros, fontes confiáveis que tratem da temática da família no campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (professor, no *Saiba Mais* você encontra sugestões de fontes de pesquisa);
2. Realizar a leitura dos materiais;
3. Buscar conhecer as múltiplas configurações da instituição família;
4. Registrar no caderno as informações que forem novas.

Dessa forma, conduza a aula perguntando-lhes sobre as principais informações obtidas durante a pesquisa. Professor, você pode fomentar esse momento inicial com as seguintes perguntas sensibilizadoras: "**Na opinião de vocês, porque existem os direitos da família?**", "**Quais foram os diferentes tipos de famílias encontrados nas pesquisas?**"

A partir das questões apresentadas pelos próprios estudantes, conduza a discussão de modo a evidenciar o papel central do Artigo 226 da Constituição de 1988 (Disponível em: <https://cutt.ly/7GZUfxn>).



Acesso em: 04 mai. 2022) enquanto marco histórico que garante os direitos das famílias brasileiras. Na mesma dinâmica, de dar lugar às considerações feitas pelos estudantes, busque mobilizar as suas experiências cotidianas considerando os conhecimentos expressos em suas falas e relatos.

Na sequência, em aula expositiva, sugerimos que você apresente aos estudantes o Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH), instância do poder executivo federal que tem a função de elaborar e implementar políticas públicas que assegurem os direitos humanos no Brasil. É importante destacar que os direitos da família se incluem neste contexto e que o MMFDH conta com uma secretaria específica para tratar da pasta, a Secretaria Nacional da Família. Professor, a apresentação do MMFDH é uma oportunidade de disponibilizar aos estudantes a página do site oficial do órgão (Disponível em: <https://cutt.ly/0C2puaL>. Acesso em: 14 set. 2022). Dessa forma, os estudantes podem investigar e analisar dados relacionados aos direitos da família enquanto processo de natureza social, em âmbito nacional, considerando dados e informações disponíveis no site disponibilizado.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, recomendamos que esta Atividade se desenvolva de maneira integrada com a Atividade 1 do Componente Curricular 2, que proporciona a ampliação dos entendimentos acerca da formação dos Estados Nacionais. A discussão das ideias de pensadores sobre as teorias de organização do Estado pode estar articulada à compreensão da estrutura dos ministérios brasileiros, a exemplo do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH).

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 12: 2 aulas

Professor, para a sistematização das aprendizagens ocorridas nesta Atividade, solicite aos estudantes que desenvolvam uma produção textual acerca da temática do direito da família, de modo articulado aos conhecimentos trabalhados ao longo da Atividade. A ideia é que os estudantes mobilizem o gênero textual de sua preferência, seja ele verbal ou não verbal, em uma produção voltada para a difusão de saberes sobre os direitos da família. A produção pode ser construída, por exemplo, no formato de uma publicação para as redes sociais do estudante ou mesmo para as redes sociais da escola, se existirem.



AVALIAÇÃO

Professor, para a avaliação da Atividade, considere os registros feitos nos cadernos dos estudantes a partir da pesquisa desenvolvida previamente. Além disso, há dois aspectos a serem observados: o primeiro deles é a interação com a temática durante a condução das discussões em sala de aula, e o segundo é o envolvimento do estudante na produção textual proposta. Observe se os estudantes mobilizam recursos criativos articulando os conhecimentos sobre direito da família no texto verbal ou não verbal produzido para a difusão de saberes.

ATIVIDADE 4

INTRODUÇÃO

Semana 13: 2 aulas

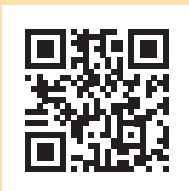
Professor, a Atividade 4 propõe um olhar sobre a Declaração dos Direitos Humanos recorrendo às noções de "justiça", "igualdade" e "fraternidade" a partir da análise de seu primeiro e quinto artigos que determinam respectivamente que "Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade" e "Ninguém será submetido à tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante" (Disponível em: <https://cutt.ly/bC9nmCk>. Acesso em: 14 set. 2022).

A Atividade propõe também que os estudantes sejam estimulados a identificar os progressos e entraves à concretização dos direitos previstos nos Artigos 1º e 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos nas diversas sociedades contemporâneas e a promover ações concretas diante da desigualdade e das violações desses direitos em diferentes espaços de vivência, respeitando a identidade de cada grupo e indivíduo.

Sugere-se que a etapa de introdução seja desenvolvida em aula expositiva dialogada apresentando aos estudantes o documento da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Eles deverão realizar a leitura do preâmbulo e dos artigos 1 e 5. Na sequência, sensibilize-os com as seguintes perguntas: "**Como vocês analisam a efetivação dos direitos previstos nos artigos 1 e 5 da Declaração Universal dos Direitos Humanos no nosso país?**", "**E em outros países?**". Informe aos estudantes que a pena de morte não é parte do Código Penal brasileiro, sendo proibida no Artigo 5º da Constituição Federal de 1988 (Disponível em: <https://cutt.ly/bC9On6O>. Acesso em: 14 set. 2022) e se configurando como uma violação do direito à vida e do fundamento da dignidade, inerente a todos os seres humanos.

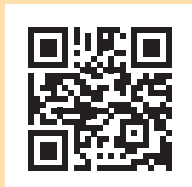
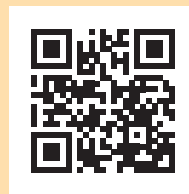


SAIBA MAIS



Politize!. **O que são os Direitos Humanos?** Disponível em: <https://cutt.ly/xC45e0s>. Acesso em: 15 set 2022.

Polítize!. **Direito Penal: o que é?** Disponível em: <https://cutt.ly/IC45Dj2>. Acesso em: 15 set. 2022.



Polítize!. **Abolicionismo penal: entenda esse debate.** Disponível em: <https://cutt.ly/WC46hg0>. Acesso em: 15 set. 2022.

DESENVOLVIMENTO

Semanas 14 e 15: 4 aulas

Ao início do desenvolvimento indica-se a condução de uma discussão sobre os marcadores culturais, religiosos e políticos atrelados à adoção desse tipo de medida em determinados países e sua relação com correntes de pensamento e perspectivas de justiça. Sendo a pena de morte considerada como o tipo de punição mais cruel e desumana, a medida já não é praticada em mais da metade dos países. Entretanto, no ano de 2021, foram registradas 579 execuções por pena de morte em 18 países, segundo o Relatório Anual Sobre a Pena de Morte de 2021, disponibilizado pela Amnistia Internacional (Disponível em: <https://cutt.ly/DC99hPm>. Acesso em: 14 set 2022). Este e outros relatórios produzidos pela organização podem subsidiar o desenvolvimento da atividade.

Professor, sugere-se que após a discussão a turma seja dividida em grupos que trabalharão a partir da metodologia ativa de aprendizagem entre pares. Eles desenvolverão uma atividade de pesquisa, e indicamos que sejam distribuídas entre os grupos três diferentes temas: 1) Direito Penal Máximo; 2) Abolicionismo Penal; 3) Garantismo Penal. Explique que cada tema recebido trata de uma corrente de pensamento distinta do direito penal. Cada uma tem suas especificidades e os grupos devem investigar e analisar situações problema envolvendo a temática da pena de morte, sob a perspectiva recebida pelo grupo e considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.

Sugere-se que os estudantes sejam orientados a pesquisar práticas consideradas criminosas pelo código penal brasileiro, bem como as punições previstas para elas. Nesse momento, os estudantes têm a oportunidade de compreenderem que os crimes e as penas são variáveis conforme o contexto social e histórico. Ao final da atividade, cada grupo deve destacar ao menos uma prática criminosa, procurando analisá-la à luz da corrente de direito penal pesquisada.

DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, a Atividade 4 do Componente Curricular 3 - *Conhecendo Meus Direitos* apresenta uma rica possibilidade de integração com a Atividade 2 do Componente Curricular 1 - *Entre o Direito e a Justiça*, durante a qual os estudantes compreenderam o papel do contrato social ante o estado de natureza. As discussões propostas pela atividade do Componente Curricular 1 tratam sobre a organização social, o uso das forças políticas, econômicas, sociais e culturais. Dessa forma, o diálogo com o professor do componente pode ser uma oportunidade de fomentar as discussões aqui desenvolvidas.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 16: 2 aulas

A partir das investigações feitas ao longo da Atividade, sugere-se a realização de uma roda de conversa sobre o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à vida, na qual ao menos um representante de cada grupo deve expor sobre o trabalho desenvolvido na etapa anterior. A ideia é que os estudantes possam compartilhar as situações problema e as análises feitas a partir das correntes teóricas mobilizadas de modo a desenvolver sobre os avanços e entraves relacionados à concretização dos artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos tratados ao longo da atividade. Ainda em formato de roda de conversa, os estudantes devem construir coletivamente um texto informativo sobre a importância da garantia dos direitos à vida e da dignidade da pessoa humana a ser compartilhado entre as outras turmas da escola.

AVALIAÇÃO

Para a avaliação da Atividade 4, observe o envolvimento de cada estudante nas discussões e na investigação propostas. Considere a apropriação pelos estudantes dos Artigos 1º e 5º da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da temática desenvolvida no interior dos grupos.



ATIVIDADE 5

INTRODUÇÃO

Semana 17: 2 aulas

Professor, a última Atividade do Componente Curricular 3 - *Conhecendo os Meus Direitos* é dedicada ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), documento que prevê os direitos pertencentes a todas as pessoas menores de 18 anos de idade. Sendo elemento central na discussão acerca dos direitos de crianças e adolescentes brasileiros, o ECA existe desde 1990 como fruto da mobilização de movimentos sociais, e é um marco histórico visto que até seu estabelecimento, o documento vigente era o Código de Menores, voltado para a punição de crianças e adolescentes tratadas no referido documento como “menores em situação irregular”. O ECA, portanto, é o documento que marca o reconhecimento de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direito e, por isso, é fundamental para pensar a cidadania dessa parcela da sociedade.

Professor, tendo em vista o contexto em que o ECA é instituído no Brasil pela Lei nº 8.069 de 1990, sugerimos que seja feita uma exposição sobre a luta pelos direitos de crianças e adolescentes que se relaciona ao documento, bem como a revogação do Código de Menores. Essa é uma oportunidade de mobilizar os conhecimentos trabalhados nas aulas de Sociologia e demais Componentes Curriculares da Formação Geral Básica que desenvolvem os conceitos de "ação coletiva" e "movimentos sociais", favorecendo a compreensão da forma pela qual a população se organiza e expressa suas demandas.

O ECA define a proteção integral e prioritária que o Estado, a família e a sociedade devem garantir aos sujeitos menores de idade. Os direitos em questão se apresentam ao longo de 267 artigos sobre direito à convivência familiar e comunitária, à educação, à cultura, à saúde, dentre outras temáticas. São, portanto, muitas as possibilidades para se abordar o documento. Para um primeiro momento, sugerimos os Artigos 16, 53 e 58, que versam sobre o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade e sobre o direito à liberdade, ao respeito, à dignidade, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer:

“Capítulo II - Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos:

I - ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II - opinião e expressão;

III - crença e culto religioso;

IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;

V - participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação;

VI - participar da vida política, na forma da lei;

VII - buscar refúgio, auxílio e orientação.

Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

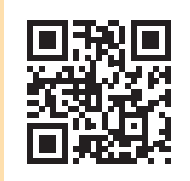
III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.”

Além da apresentação expositiva do objeto de conhecimento e o contexto histórico de sua criação, é interessante que o documento seja disponibilizado para os estudantes, seja em sua versão impressa ou digital, estando disponível para download no site do Ministério da Família, Mulheres e Direitos Humanos (Disponível em: <https://cutt.ly/8Jkrsvt>. Acesso em: 30 maio 2022). A apropriação do documento por parte dos estudantes é fundamental para o desenvolvimento desta Atividade, que nas aulas seguintes, se dedicará à construção de uma proposta de intervenção no espaço escolar desenvolvida a partir da aprendizagem baseada em projetos.

 SAIBA MAIS



BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**. 1990. Disponível em: <https://cutt.ly/SJkewMU>. Acesso em: 27 maio 2022.

TV Senado. **Código de Menores: os crimes e os castigos na adolescência brasileira**. Youtube, 7 abr. 2017. Disponível em: <https://cutt.ly/MJk9ZjG>. Acesso em: 1 jun. 2022.



SILVA, Afrânio *et al.* **Sociologia em movimento**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2016.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2011.



DESENVOLVIMENTO

Semanas 18 e 19: 4 aulas

Professor, o desenvolvimento da Atividade é proposto em dois momentos. O primeiro deles consiste na realização de pesquisa acerca da temática e o segundo na realização de uma chuva de ideias. Oriente os estudantes à realização de uma pesquisa individual ou em duplas acerca do ECA. A ideia é que, por meio de pesquisa desenvolvida no material na íntegra, em estudos publicados sobre o tema, em notícias e/ou reportagens que tratem sobre os direitos de crianças e adolescentes no Brasil, eles possam reconhecer a si mesmos e a seus pares enquanto sujeitos de direitos, além ampliar seus entendimentos acerca da efetivação de tais direitos.

A pesquisa pode ser realizada em computadores da escola (quando disponíveis), dispositivos móveis, livros e/ou revistas, e é fundamental o acompanhamento do professor durante o processo de modo a garantir que as fontes de informação utilizadas sejam sérias e confiáveis. Professor, é muito importante que nesta etapa da Atividade os estudantes acessem o ECA para que possam explorá-lo e conhecê-lo melhor. Além disso, pode ser interessante orientar a pesquisa a partir de algumas perguntas como, por exemplo: **"Quais os direitos previstos no ECA que mais chamam a sua atenção?"**, **"O que significa ser sujeito de direito? O que é o princípio da prioridade absoluta?"**, **"Os direitos das crianças e adolescentes brasileiras têm sido respeitados?"**, **"Quais são as principais violações sofridas pelas crianças e adolescentes?"**

Professor, caso seja possível, recomendamos que para a realização da roda de conversa seja considerada a ideia de levar para a sala de aula um convidado referência no campo dos direitos de crianças e adolescentes no município, após a realização da pesquisa. É uma oportunidade de estabelecer diálogos entre a escola e a comunidade externa e de garantir que os estudantes tenham contato com a realidade da efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes no seu território, podendo também conhecer mais sobre os equipamentos de proteção que existem na sua cidade. Caso a ideia seja considerada, sugerimos o tempo de uma aula completa para a realização de uma roda de conversa com o convidado, organizada pelos estudantes, a partir do tema "Os direitos das crianças e adolescentes na nossa cidade", enquanto proposta de ação coletiva na escola de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural baseadas no respeito às diferenças, na escuta e na empatia.

Não havendo a possibilidade de contar com um convidado, a roda de conversa pode ser realizada entre os estudantes de modo a analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, sob a ótica dos Direitos Humanos de crianças e adolescentes, momento subsidiado pela pesquisa realizada anteriormente e compartilhado com as demais turmas da escola.

DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, recomendamos que a Atividade 5 deste Componente Curricular aconteça de maneira integrada à Atividade 5 do Componente Curricular 2 - *Desbravando a Constituição*. O desenvolvimento da proposta de intervenção no espaço escolar dialoga fortemente com a importância do envolvimento de todos os indivíduos na busca pela efetivação da cidadania na coletividade. Uma vez que a discussão passa não só pelos direitos da criança e do adolescente, vale a pena o estabelecimento de um diálogo com os professores dos demais componentes, de modo a considerar elementos que possam enriquecer a proposta de intervenção.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 20: 2 aulas

Para a sistematização da Atividade, indicamos que sejam respondidas pela turma algumas perguntas a respeito da proposta de intervenção desenvolvida no espaço escolar, a saber: "**Qual é a importância do ECA na defesa dos direitos da criança e do adolescente?**", "**Quais são os desafios enfrentados na efetivação dos direitos de crianças e adolescentes?**", "**Qual é a importância de informar crianças e adolescentes sobre os seus direitos?**". Professor, você poderá seguir utilizando o espaço do quadro para registrar as perguntas e respostas dadas pelos estudantes, informações que também deverão ser registradas no caderno de cada estudante seguindo o modelo de um mapa mental.

AVALIAÇÃO

Na avaliação da Atividade 5, sugerimos que seja observado o envolvimento dos estudantes com a pesquisa científica realizada e a articulação dos conhecimentos produzidos a partir da realização da roda de conversa. Avalie ainda a postura da turma na dinâmica da roda a partir da interação com os pares e com a temática no desenvolvimento das discussões coletivas. Por fim, é importante que o estudante tenha se envolvido no processo de sistematização da Atividade de modo a expressar a apropriação dos conhecimentos trabalhados.



ACESSO À JUSTIÇA

DURAÇÃO: 30 horas

AULAS SEMANAIS: 2

QUAIS PROFESSORES PODEM MINISTRAR ESTE COMPONENTE: Língua Portuguesa ou Filosofia ou História.

INFORMAÇÕES GERAIS

O componente curricular 4, “Acesso à Justiça”, tem como objetivo principal desenvolver habilidades que permitam uma percepção ampla sobre a proteção e concretização dos direitos garantidos pela ordem jurídica. Por meio das investigações será possível que o estudante identifique, em diferentes espaços e contextos vivenciados, os direitos e garantias previstas pela Constituição. Os conteúdos presentes no componente potencializam ações de ensino e aprendizagem que se articulam diretamente com o empreendimento acadêmico, pessoal, profissional e/ou cidadão, despertando reflexões por meio das quais o estudante se reconhece enquanto protagonista de sua própria vida. Além disso, oportuniza a promoção da empatia, a responsabilidade e a ética, gerando valores individuais e coletivos, mobilizando projetos que promovem mudanças em seu dia a dia em sociedade. O Componente Curricular está estruturado, principalmente, no eixo da Investigação científica. Ainda contempla determinadas habilidades dos eixos de Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

Objetos de conhecimento: Alternativas judiciais; alternativas extrajudiciais; análise e compreensão dos discursos produzidos por sujeitos e instituições; discussão crítica da assimetria de acesso à justiça; tópicos do Direito Penal: audiências de custódia, prisão preventiva e provisória; prisão em segunda instância.

Competências e Habilidades da Formação Geral Básica a serem aprofundadas: Competências 1 e 3.

EM13LGG105	Analisar e experimentar diversos processos de remediação de produções multissemióticas, multimídia e transmídia, desenvolvendo diferentes modos de participação e intervenção social.
EM13LGG303	Debater questões polêmicas de relevância social, analisando diferentes argumentos e opiniões, para formular, negociar e sustentar posições, frente à análise de perspectivas distintas.

Eixos Estruturantes e suas Competências e Habilidades: Investigação Científica, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

EMIFCHS03	Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.
EMIFLGG07	Identificar e explicar questões socioculturais e ambientais passíveis de mediação e intervenção por meio de práticas de linguagem.
EMIFCHS08	Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ ou global, baseadas no respeito às diferenças, na escuta, na empatia e na responsabilidade socioambiental.
EMIFLGG12	Desenvolver projetos pessoais ou produtivos, utilizando as práticas de linguagens socialmente relevantes, em diferentes campos de atuação, para formular propostas concretas, articuladas com o projeto de vida.

Os Eixos estruturantes de cada etapa das atividades são indicados pelos seguintes ícones:

	Investigação Científica		Empreendedorismo
	Processos Criativos		Mediação e Intervenção Sociocultural



ATIVIDADE 1

INTRODUÇÃO

Semana 1: 2 aulas

Professor, a Atividade 1 deste Componente abordará alternativas extrajudiciais, que são possibilidades de resolução de conflitos não impostas pelo Poder Judiciário. Está pautada no eixo de Investigação Científica e se apoia em metodologias e estratégias didáticas que fazem com que o estudante assuma função ativa no processo de desenvolvimento.

Sugerimos que inicie com uma sensibilização sobre o assunto, perguntando à turma **“quais são as formas de resolvermos os nossos conflitos entre cidadãos?”**, citando como exemplos de conflito: discussões no trânsito, difamação nas redes sociais, direitos autorais em composições musicais etc. Espera-se que eles citem algumas ações práticas, mas também a alternativa judicial. Caso nenhuma abordagem judicial seja levantada, sugerimos que instigue a reflexão sobre ela a partir de perguntas, como: **Recorrer aos mecanismos da justiça é a forma ideal para resolvermos nossos conflitos? Dentre as alternativas que vocês citaram, quais acreditam serem as mais eficazes para a resolução dos conflitos?** Professor, é um momento oportuno para fortalecer os conhecimentos e habilidades prévias dos estudantes, construídas na Formação Geral Básica e, também, em suas vivências cotidianas.

Logo após esse momento, sugerimos que questione os estudantes sobre as alternativas judiciais. Para isso, a ideia é que você peça para que os estudantes pensem em uma palavra que lhes vêm à mente quando ouvem esse termo. A partir disso, sugerimos a criação de uma nuvem de palavras, que pode ser feita virtualmente através da ferramenta sugerida no campo “Saiba Mais”, em que as palavras mais frequentes ficam em evidência na nuvem. Caso não seja possível, a tarefa pode ser adaptada de acordo com a realidade da sua turma. Pode-se utilizar caderno, papel sulfite, cartolinas, canetas e lápis para realizar a nuvem de palavras na folha, para, em seguida, discutir de maneira coletiva as expressões mais mencionadas pelos estudantes. Sugerimos também que você proponha uma análise morfológica do termo para instigar ainda mais os estudantes a trazerem suas ideias a respeito do que pode se tratar o tema, mediando o compartilhamento.

SAIBA MAIS



Aplicativo para nuvem de palavras. Disponível em: <https://cutt.ly/njsj6UI>. Acesso em: 30 maio 2022.

Politize! **O que são meios alternativos de resolução de conflitos.** Disponível em: <https://cutt.ly/eLh2YBg>. Acesso em: 08 jul. 2022.



Universidade Federal Fluminense. **Meios Alternativos de Resolução De Conflitos.** Disponível em: <https://cutt.ly/WLkSaA9>. Acesso em: 08 jul. 2022.

Direito Profissional. **O que são métodos adequados de solução de conflitos.** Disponível em: <https://cutt.ly/5LlqtCy>. Acesso em: 08 jul. 2022.



DESENVOLVIMENTO

Semanas 2 e 3: 4 aulas

Após o compartilhamento, sugerimos que a sala de aula seja organizada em quatro grupos para a dinâmica de rotação por estações. A ideia é que cada grupo seja uma estação e cada estação corresponda a uma alternativa extrajudicial: **autocomposição, conciliação, mediação e arbitragem**. Sugerimos também que, em cada estação, tenha um material teórico sobre a alternativa judicial a que ela se refere. Para isso, sugerimos a consulta do material disponível no campo “Saiba Mais” (Politize! **O que são meios alternativos de resolução de conflitos.** <https://cutt.ly/eLh2YBg>. Acesso em: 08 jul. 2022), que aprofunda as ideias resumidas abaixo:

Autocomposição: é um modo de as próprias partes, sem o auxílio de um terceiro imparcial, ajustarem a desavença entre elas;

Conciliação: as partes litigantes buscam, por meio de uma terceira pessoa imparcial, chamada de conciliador, obter um acordo que seja benéfico aos dois lados;

Mediação: é muito semelhante à conciliação, porém o terceiro imparcial neste caso não interfere em uma possível saída, apenas ajuda as partes a restabelecerem a comunicação entre elas, as quais deverão encontrar sozinhas uma solução plausível. É aplicada para casos mais complexos, enquanto a conciliação em casos mais simples;

Arbitragem: as partes litigantes estabelecem que o conflito será decidido de forma impositiva por um terceiro, que será um árbitro. Isso torna a arbitragem muito semelhante a um processo judicial, mas ao invés da morosidade do Judiciário, as partes dependem de uma Câmara Arbitral, uma espécie de “tribunal privado”, no qual o julgador não necessariamente é um bacharel em



direito, podendo ser também alguém com experiência na área relacionada ao conflito (por exemplo, engenharia civil, engenharia mecânica, contabilidade, medicina, administração, etc.).

A **conciliação** é usada em situações mais simples, de conflitos eventuais, em que não há continuidade de vínculo entre as pessoas envolvidas, como: acidentes de trânsito, dívidas em banco, questões trabalhistas etc. O profissional conciliador pode, inclusive, propor soluções e interferir ativamente. Na **mediação**, há um profissional responsável por mediar a situação entre as partes envolvidas, facilitando o diálogo, mas mantendo-se imparcial e sem propor soluções. Essa alternativa é recomendada em casos de conflitos mais complexos, como casos relacionados à família (divórcio, alienação parental) e vizinhança. Na **autocomposição**, as próprias partes envolvidas buscam restabelecer a comunicação. Um exemplo dessa alternativa é um casal sem filhos, que pretende de comum acordo se divorciar, sem pontos conflitantes, e é capaz de efetuar o divórcio em cartório, extrajudicialmente. A **arbitragem** é processada na Câmara Arbitral, como se fosse um tribunal particular, e o profissional não precisa, necessariamente, ser uma pessoa da área do Direito. Por exemplo, em um caso de defeito em uma obra, o árbitro pode ser um engenheiro civil ou arquiteto.

A ideia é que os estudantes ocupem esses grupos e tenham um tempo determinado para analisar o conteúdo disponível. Recomendamos que incentive os estudantes a fazerem suas anotações sobre os pontos que consideram principais sobre a temática. Depois desse tempo, sugerimos que os estudantes façam a rotação para a estação seguinte, ou seja, caminhem até lá, e assim por diante, passando por todas as quatro estações.

DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, como a metodologia ativa utilizada nesta atividade é a mesma da Atividade 1 do Componente Curricular *Entre o Direito e a Justiça*, torna-se desnecessária uma orientação aprofundada. Aproveite o momento apenas para direcionamentos mais específicos deste componente, caso necessário.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 4: 2 aulas

Após a rotação por estações, a ideia é que cada grupo produza um vídeo informativo curto, semelhante à proposta dos vídeos virais de redes sociais, sobre uma das alternativas estudadas no momento anterior. Para isso, sugerimos um sorteio para definir qual grupo ficará responsável por cada alternativa. Uma sugestão é conversar com o professor do componente curricular *Direitos em Pauta*. Na Atividade 5 deste componente será produzido um espaço virtual público. Nesse sentido, as atividades podem ser integradas, aprofundando as temáticas e ampliando as possibilidades de discussões entre os estudantes e de mobilização da comunidade acerca dos assuntos tratados.

Ao finalizarem a produção do vídeo, sugerimos que reserve um momento para que os estudantes apresentem o resultado para a turma. Caso você ache necessário, o debate pode ser ampliado para a comunidade escolar, converse com a gestão sobre os materiais produzidos e discuta as possibilidades de divulgação.



AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser feita através do acompanhamento do engajamento dos estudantes nas discussões propostas, além do empenho na produção dos vídeos. Também é importante considerar, antecipadamente, se o conteúdo proposto para os vídeos está de acordo com aquele compartilhado na introdução da atividade, a fim de perceber como ele foi compreendido por todos.



ATIVIDADE 2

INTRODUÇÃO

Semana 5: 2 aulas

Professor, esta atividade está pautada nos eixos de Investigação Científica e Mediação e Intervenção Sociocultural, e tem como objetivo aprofundar as ideias sobre alternativas judiciais (também chamadas de extrajudiciais), o motivo pelo qual elas são relevantes e como podem ser aplicadas em determinadas situações.

Para iniciar esse momento, sugerimos que proponha uma retomada do que foi proposto na atividade anterior, perguntando aos estudantes o que eles se lembram sobre as alternativas estudadas, questionando-os se, após terem se aprofundado sobre, acreditam que elas são relevantes e por quê. A proposta é realizar uma verificação de aprendizagem sobre o que foi trabalhado até aqui e, para apoiar nesse processo, algumas questões podem ser retomadas, já outras podem ser aperfeiçoadas, verificando a particularidade de cada estudante e as suas percepções sobre o assunto.

A partir do que for compartilhado pela turma, a ideia é que um mapa mental seja elaborado coletivamente. Se possível, sugerimos que disponibilize aos estudantes uma folha A4 e algumas canetas ou lápis coloridos para esse momento.

Você, professor, pode iniciar trazendo ao centro do quadro o termo “Alternativas judiciais” e, a partir disso, chamar estudantes para completar o mapa com informações a respeito, como: o motivo de sua existência, quais são elas, em que situações são aplicadas etc. Para complementar as reflexões sobre o assunto, alguns dos dados do material sugerido no campo “Saiba Mais” podem ser trazidos à tona também.

SAIBA MAIS



Politize! **3 motivos que fazem o judiciário brasileiro ser lento**. Disponível em: <https://cutt.ly/VClYz6a>. Acesso em: 08 set. 2022.

DESENVOLVIMENTO

Semanas 6 e 7: 4 aulas

O objetivo desse momento é colocar os estudantes em contato com alguns casos para que identifiquem soluções baseadas nas alternativas judiciais. Para isso, a metodologia será a de aprendizagem baseada em problemas.

Sugerimos que a turma seja dividida em 6 grupos e que cada grupo receba um dos casos abaixo. A ideia é que dois grupos fiquem com o mesmo caso para que, no momento da apresentação, as ideias sejam compartilhadas e debatidas. Com os casos em mãos, a proposta é que os estudantes leiam, pensem em alternativas e criem uma simulação da situação com a solução proposta. Ou seja, com base nas habilidades do Eixo Estruturante de Mediação e Intervenção Sociocultural, farão uma dramatização do caso, considerando a alternativa escolhida como forma de solucioná-lo, identificando e explicando soluções para questões onde ocorram conflitos, por meio de práticas de linguagem.

CASO 1	CASO 2	CASO 3
<p>Carlos acordou atrasado para o trabalho. Tomou uma xícara de café, se vestiu e saiu rapidamente. O trânsito não estava colaborando, então Carlos resolveu tentar contornar os carros para evitar ficar parado por muito tempo. Em uma dessas manobras, Carlos bateu levemente na traseira do carro de Jorge. Ambos estacionaram para conversar sobre o ocorrido. Jorge estava bastante estressado com a situação e disse que iria na justiça resolver o problema. Carlos, tentando acalmá-lo, disse que poderiam resolver de outra forma, mas Jorge estava irredutível. Qual método alternativo cabe nessa situação? Como Carlos pode convencer Jorge de não abrir um processo a respeito do caso?</p>	<p>Flávia e Arthur estão casados há 2 anos, mas o relacionamento não anda bem. Construíram um apartamento juntos e possuem um cachorro, mas não possuem filhos. Em uma conversa, decidiram que era o momento de colocar fim no relacionamento, mas estão confusos sobre como fazer isso. Decidem acionar a advogada Adriana para entrar com um processo, mas ela diz que há uma alternativa para a situação. Qual seria a alternativa? Como podem resolver a situação e quais são as sugestões para lidar com o apartamento e com o cachorro?</p>	<p>Sônia e Rui são casados há 20 anos e têm dois filhos, um de 10 e uma de 14. Há 2 meses, ambos têm percebido que o relacionamento não está andando tão bem e, em uma conversa, decidem se divorciar. Por ser um processo inédito na vida de ambos e por terem dois filhos, ficam confusos sobre a forma de acionar a justiça. Qual seria a melhor alternativa para esse caso? Quais são as sugestões para a relação dos dois com os filhos, após o divórcio?</p>



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, diante da proposta de debate em relação às alternativas propostas, sugerimos que considere que essa dinâmica aconteceu na Atividade 1 do Componente Curricular *Conhecendo Meus Direitos*, logo, é possível reforçar a importância de trazer à tona as habilidades de diálogo e escuta mobilizados anteriormente.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 8: 2 aulas

Sugerimos que esse momento seja dedicado às apresentações. A ideia é que os grupos que ficaram com o mesmo caso se apresentem em sequência e, depois, haja um debate sobre as alternativas escolhidas por ambos, em que o restante da turma pode opinar se faria da mesma forma ou proporia algo diferente.

AVALIAÇÃO

Professor, sugerimos que a avaliação leve em consideração o engajamento e a organização dos estudantes em cada etapa da atividade. Além disso, é importante considerar o resultado final e a maneira como os estudantes se manifestam diante da apresentação do grupo e do debate de ideias, garantindo que seja um espaço respeitoso e democrático.

ATIVIDADE 3

INTRODUÇÃO

Semana 9: 2 aulas

Professor, essa atividade é baseada no eixo de Investigação Científica e tem como principal objetivo ampliar a bagagem de conhecimento dos estudantes acerca de alguns tópicos do Direito Penal, como: audiências de custódia, prisão preventiva e provisória; prisão em segunda instância. Para isso, a metodologia ativa proposta é a sala de aula invertida.

Para sensibilização sobre o conteúdo, sugerimos que pergunte à turma: **Quais tipos de prisão existem no Brasil? Quais vocês acham que são as principais diferenças entre elas? Para vocês, existe uma mais eficaz do que a outra?** As respostas podem ser usadas para que você analise o quanto próximos os estudantes estão desse conteúdo e, a partir disso, propor um desafio.

Sugerimos que a turma seja dividida em 4 grupos e que cada grupo receba um desses temas para pesquisa: **audiências de custódia, prisão preventiva, prisão provisória e prisão em segunda instância**. Essa definição pode ser feita através de um sorteio. Em seguida, a ideia é que materiais de pesquisa sejam disponibilizados para cada grupo. Para isso, sugerimos alguns deles no campo “Saiba Mais”, porém sugerimos também que a sala de informática da escola seja disponibilizada para que os próprios grupos possam protagonizar o processo de pesquisa. Para auxiliá-los a respeito de quais pontos merecem mais atenção, a ideia é que algumas perguntas sejam propostas, como: **O que é esse tipo de prisão? Em quais casos ela se aplica? Quanto tempo ela pode durar?** ou **O que é audiência de custódia?** e **Para que ela serve?**



SAIBA MAIS



Politize!. **Audiências de custódia: o que são?** Disponível em: <https://cutt.ly/jLjTyH>. Acesso em: 10 jul. 2022

Politize!. **Tipos de prisão no Brasil**. Disponível em: <https://cutt.ly/GLjSRE>. Acesso em: 10 jul. 2022





Anchor - A maneira mais fácil de criar um podcast. Disponível em: <https://cutt.ly/OKJdDSe>. Acesso em: 28 jun. 2022

Canaltech. **4 aplicativos para criar podcasts no celular.** Disponível em: <https://cutt.ly/qKJdCfZ>. Acesso em: 28 jun. 2022



DESENVOLVIMENTO

Semanas 10 e 11: 4 aulas

Após a pesquisa, a ideia é que cada grupo produza um episódio de *podcast* sobre o tema. Professor, uma sugestão é iniciar a atividade anunciando aos estudantes que, com base nos conhecimentos trabalhados ao longo das atividades do Componente Curricular *Entre o Direito e Justiça*, eles deverão se debruçar sobre a construção de um *podcast*, integralizando os conhecimentos das atividades. Desse modo, sugerimos que faça uma breve exposição dialogada acerca do passo a passo necessário para essa produção.

Para isso, é interessante verificar se, ao menos, um estudante do grupo possui um celular com gravador de voz e com espaço para *download* do aplicativo responsável pela edição de áudio, como o que está sugerido no campo “Saiba Mais”, pois é uma ferramenta de celular que potencializa o processo de criação e edição de áudios para *podcasts*, o principal material desta atividade.

Para auxiliar na organização do grupo, sugerimos que cada integrante seja responsável por uma etapa do processo, como: roteiro (sistematização das principais ideias a serem compartilhadas), gravação e edição. Enquanto isso, é importante que você, professor, seja responsável por configurar um espaço virtual único para garantir que todos os áudios sejam enviados para ele.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, essa é uma excelente oportunidade de integrar o conteúdo dessa atividade ao conteúdo da Atividade 4 do Componente Curricular *Conhecendo os meus Direitos*, em que os estudantes se debruçam sobre o conceito de Direito Penal. Eles podem mobilizar os conhecimentos adquiridos a partir da pesquisa que fizeram nessa atividade e relacioná-los à pesquisa sobre os temas aqui propostos.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 12: 2 aulas

Com o espaço virtual criado e os episódios prontos, a ideia é propor um momento de apresentação das produções. Seria interessante que todas as gravações fossem ouvidas pela turma toda, pois isso facilita a mediação, uma vez que você, professor, pode complementar o que foi compartilhado.

Por fim, a fim de garantir que todos os estudantes compreenderam do que se trata cada tema, sugerimos que faça uma verificação de aprendizagem oral ou escrita, em que os estudantes expliquem com suas palavras os temas dos outros grupos, a partir das mesmas perguntas orientadoras:

O que é esse tipo de prisão? Em quais casos ela se aplica? Quanto tempo ela pode durar? ou O que é audiência de custódia? e Para que ela serve?



AVALIAÇÃO

Professor, sugerimos que a avaliação seja processual e qualitativa. Você pode analisar o engajamento dos estudantes nas atividades, a responsabilidade com as entregas esperadas, bem como avaliar se a pesquisa e o produto final estão atendendo ao que foi proposto. Para isso, sugerimos que se mantenha atento e disponível para dúvidas ao longo de todas as etapas, além de estabelecer combinados com a turma em relação ao tempo disponível para cada uma delas.



ATIVIDADE 4

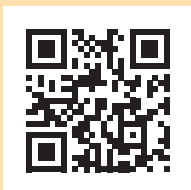
INTRODUÇÃO

Semana 13: 2 aulas

Professor, essa atividade está baseada nos eixos de Investigação Científica e Mediação e Intervenção Sociocultural, e tem como objetivo auxiliar os estudantes a reconhecerem discursos produzidos por sujeitos e instituições sobre justiça. Para isso, a metodologia ativa proposta é o debate.

Para sensibilização sobre o tema, sugerimos que inicie a aula perguntando à turma: **O que vocês entendem por “justiça”?**, seguindo para outras questões como: **Vocês acham que existe justiça para todos no Brasil?** A partir da perspectiva compartilhada, você pode introduzir o assunto sobre acesso à justiça e, para isso, sugerimos o compartilhamento do vídeo disponível no campo “Saiba Mais”.

SAIBA MAIS



Politize! **Artigo Quinto | Inciso XXXV | Princípio constitucional do acesso à justiça.**
Disponível em: <https://cutt.ly/oLlnOls>. Acesso em: 10 jul. 2022.

DESENVOLVIMENTO

Semanas 14 e 15: 2 aulas

O acesso à justiça é um dos pilares do Estado Democrático de Direito, em que todas as pessoas respondem igualmente à lei para que a ordem seja mantida. A fim de propor uma reflexão sobre como isso acontece na realidade brasileira, sugerimos que apresente à turma dois casos que envolvem o acesso à justiça e, a partir deles, instigue um debate sobre o motivo pelo qual as medidas judiciais foram distintas.

Os casos sugeridos são os seguintes:

CASO 1	CASO 2
<p>Carla e Juliana são amigas e colegas de trabalho. Ambas são corretoras de imóveis renomadas na cidade. Em um sábado à noite, decidiram ir para um barzinho. Lá, consumiram bebida alcoólica e alguns petiscos. Ficaram cerca de 4h no local e resolveram ir para casa. Como foram de carro, voltaram dirigindo. No trajeto até sua casa, Juliana acabou ultrapassando o sinal vermelho e atingiu uma ciclista que atravessava na faixa de pedestre. Desesperada e embriagada, a moça decidiu não prestar socorro, mas, diante da fatalidade registrada por câmeras de segurança, ela foi encontrada pela polícia, levada até a delegacia e recebeu voz de prisão em flagrante.</p> <p>Foi autuada por embriaguez ao volante com fiança arbitrada em R\$5 mil reais. Como não pagou, foi encaminhada ao presídio para passar pela audiência de custódia. Dois dias depois, a moça pagou R\$3 mil reais e foi liberta. Familiares da vítima fizeram uma manifestação contra essa decisão.</p> <p>Baseado em: A GAZETA. Ciclista morre após ser atropelada por carro na avenida Dante Michelini. Disponível em: https://cutt.ly/HLnPpVg. Acesso em: 10 jul. 2022</p>	<p>Daniela é estudante de Pedagogia e trabalha em uma creche. Suas aulas são no período noturno, então ela sempre pega o último ônibus em direção à sua casa, cerca de 22h30. O ônibus está sempre vazio, mas, naquela noite, um homem subiu e ficou em pé próximo a ela. Alguns minutos depois, ambos desceram no mesmo ponto e o homem, com um objeto cortante nas mãos, pediu que a moça lhe passasse o aparelho celular. Ela entregou e ele saiu correndo, derrubando o objeto cortante no chão.</p> <p>Uma viatura da polícia, que passava pelo local, percebeu a movimentação e levou o indivíduo até a delegacia, que foi reconhecido pela vítima, e devolveu o celular. Ele ficou detido para responder ao processo e, na audiência de custódia, foi liberado, mediante condição de usar tornozeleira eletrônica e não se aproximar da vítima. O processo seguirá e, se condenado, ele pode retornar à prisão. Ao receber a notícia de que seria solto, o rapaz pediu para ficar mais algumas horas detido para conseguir se alimentar naquela noite. O rapaz disse morar com o pai em um bairro da periferia, estar desempregado e possuir Ensino Fundamental incompleto, vivendo de bicos esporádicos como servente de pedreiro.</p> <p>Baseado em: TERRA. ‘Posso continuar preso para jantar?’: o pedido que acendeu debate sobre Justiça para pobres. Disponível em: https://cutt.ly/XLnPRf6. Acesso em: 10 jul. 2022</p>

A ideia é que o debate parta de algumas perguntas, como: **“o que mais chamou a atenção de vocês nos casos?”** e **“ambos responderam igualmente à lei?”**. O objetivo desse momento é lançar luz sobre o impacto que, muitas vezes, na prática, o prestígio social pode ter em decisões judiciais.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, essa é uma oportunidade interessante de dialogar com a Atividade 2, do Componente Curricular *Desbravando a Constituição*, em que os estudantes tiveram a oportunidade de se aprofundar no conceito de Estado Democrático de Direito através da sala de aula invertida. Esses conhecimentos são muito importantes para o desenvolvimento da temática do Acesso à Justiça, então é interessante que os estudantes sejam constantemente instigados a relembrem o que estudaram e relacionarem ao que terão contato na atividade deste Componente. Pode ser mobilizado também os conhecimentos da Atividade 2 do Componente curricular *Entre o Direito e Justiça*, onde realizaram uma produção textual sobre o uso da lei, considerando dois tipos de violações das regras sociais.



SISTEMATIZAÇÃO

Semanas 16: 2 aulas

Dando continuidade à reflexão, a ideia é compartilhar alguns discursos que circulam em casos como os exemplificados, a fim de promover uma troca de ideias a respeito do que eles sugerem e de como isso se relaciona com a realidade brasileira. As sugestões abaixo são baseadas em alguns comentários de redes sociais a respeito dos casos acima, que foram baseados em fatos reais:

Comentário 1 sobre o caso 1: “Uma fatalidade o que aconteceu, mas, não podemos negar que ela cumpriu com as medidas que lhe foram propostas. Se pagou menos do que R\$5 mil e foi liberada, é porque a autoridade liberou. Fazer o quê? Que ela tenha mais cuidado para não repetir esse erro.”

Comentário 2 sobre o caso 1: “Um absurdo! Justiça para quem? A vida de alguém vale R\$3 mil reais?”

Comentário 1 sobre o caso 2: “Nada justifica pegar algo que não é seu. Se quer se alimentar, se alimente em casa”

Comentário 2 sobre o caso 2: “O susto que a vítima levou deve ter sido grande mesmo. Que bom que ela conseguiu recuperar o celular! O que não entendo é pensarem em condenar e manter preso esse indivíduo, enquanto as cadeias estão lotadas e ainda com tantos outros mais perigosos por aí”

Após o compartilhamento, sugerimos que peça aos estudantes que elaborem um *tweet*, analisando ambos os casos e considerando o que foi debatido. “Tweet” é o termo utilizado para as publicações feitas em uma rede social específica, que limita os comentários a até 280 caracteres, no entanto, nesta dinâmica, a turma não precisa postar a sua produção, apenas ter o cuidado com o limite de palavras. Para auxiliá-los, sugerimos que instigue-os com perguntas, como: **“qual comentário está mais próximo da sua percepção sobre cada caso?”**, **“como você relacionaria ambos ao tema de acesso à justiça?”**.



AVALIAÇÃO

Professor, sugerimos que a avaliação seja qualitativa, analisando o engajamento dos estudantes no debate proposto e a maneira como se colocam enquanto ouvintes das reflexões dos colegas. Inclusive, sugerimos que haja combinados a respeito do momento de fala e de escuta de cada estudante, promovendo um espaço de diálogo respeitoso e acessível a todos. Além disso, na avaliação do *tweet*, sugerimos que sejam consideradas questões ortográficas, de coesão e coerência, e também o respeito aos direitos humanos.

ATIVIDADE 5

INTRODUÇÃO

Semana 17: 2 aulas

Professor, nesta quinta e última atividade do Componente Curricular 4, a ideia é que sejam retomados os conhecimentos e habilidades desenvolvidos nas atividades anteriores, de forma que seja produzido um projeto final baseado nos eixos estruturantes Empreendedorismo, Investigação Científica e Mediação e Intervenção Cultural, que utilizará *cultura maker* como metodologia ativa.

Para isso, sugerimos que a turma seja dividida em grupos de até 5 integrantes. É interessante que, ao menos, 1 a 2 integrantes do grupo tenham um aparelho celular com acesso à internet ou que essa atividade possa ser desenvolvida em uma sala de informática, se possível.

Nesse primeiro momento, sugerimos que proponha uma reflexão com a turma, a partir de questões como: **Qual é a importância de saber o que são alternativas judiciais, os tipos de prisão e o que significa acesso à justiça? Saber sobre isso contribui para uma visão um pouco mais ampliada sobre a nossa atuação enquanto cidadãos? Esse tipo de conhecimento é acessível? Conseguimos encontrar com facilidade em qualquer lugar? Como podemos tornar o acesso a essas informações mais fácil, para garantir que todos saibam dos seus direitos?** Essa reflexão pode ser feita a partir de compartilhamentos em voz alta ou registro individual.



SAIBA MAIS



Ferramenta gratuita de design gráfico. Disponível em: <https://cutt.ly/XJskpQK>. Acesso em: 10 out. 2022.

DESENVOLVIMENTO

Semanas 18 e 19: 4 aulas

Após as reflexões, sugerimos que a turma se mantenha em grupos para a criação de uma página virtual em uma rede social de fotos ou vídeos. O objetivo desta atividade é criar um espaço virtual público, em que os estudantes publiquem informações sobre o que aprenderam ao longo desse componente curricular, bem como o que lhes veio à mente a partir das reflexões propostas anteriormente. A ideia é que esse espaço seja uma proposta de conscientização da comunidade acerca dos temas aqui tratados. Vale ressaltar que a proposição pode ser ampliada, é possível mobilizar os conhecimentos construídos nos outros componentes curriculares, se possível convide os professores responsáveis para colaborarem com a atividade. Desse modo, será possível realizar uma discussão em conjunto e difundir as percepções dos estudantes acerca do Direito e acesso à justiça para mais pessoas.

É interessante que determine um tempo para criarem um nome e uma descrição para essa página. Em seguida, a ideia é que produzam uma identidade visual e, para isso, sugerimos que utilizem sites de *design* gratuitos, como o indicado no campo "Saiba Mais". Nesse mesmo *site*, propomos que os estudantes elaborem uma publicação de apresentação, contando brevemente o objetivo da página e quem está por trás dela. Para isso, é importante citar que lembrem que essa publicação será acessada por pessoas da escola e da comunidade e, por essa razão, é importante refletir sobre a linguagem utilizada e como abordar os assuntos de forma que o público se sinta representado também.

Esse momento de produção mobiliza as habilidades de comunicação, argumentação e escuta ativa dos estudantes, bem como a valorização da democracia nas tomadas de decisão. Se possível, professor, sugerimos que compartilhe isso com os estudantes e reforce continuamente a importância de manterem o cuidado para que o trabalho em equipe esteja baseado nessas premissas.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Essa é uma ótima oportunidade de integração com a Atividade 5 do Componente Curricular *Desbravando a Constituição*, uma vez que os estudantes podem usar a rede social criada para compartilhar a campanha de sensibilização elaborada anteriormente e relacionar o conteúdo ao tema de acesso à justiça, reforçando a importância do conhecimento a respeito dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 20: 2 aulas

Com a página criada e identificada, sugerimos que os estudantes elaborem uma segunda publicação já com foco na questão reflexiva sobre a importância de estar ciente sobre o acesso à justiça. A ideia aqui é seguir uma linha de publicações como de um perfil em uma rede social de fotos. A primeira publicação objetiva apresentar a página/perfil, trazendo à tona respostas para perguntas como “o que é essa página?” e “qual é sua finalidade?”, enquanto a segunda conta com esse conteúdo também informativo, porém mais voltado para a temática em si. Ao finalizarem as produções, sugerimos que cada grupo apresente à turma a sua rede social e as principais ideias que tiveram ao produzirem os conteúdos para ela.



AVALIAÇÃO

Professor, o seu acompanhamento será muito importante para que os grupos desenvolvam um trabalho em equipe, democrático e dentro da proposta. Desta forma, sugerimos que avalie o engajamento de cada estudante dentro do grupo e o resultado final, analisando se está adequado à atividade proposta e se os desafios e propostas estão alinhados aos conteúdos trabalhados ao longo do Componente Curricular.



DIREITOS EM PAUTA

DURAÇÃO: 30 horas

AULAS SEMANAIS: 2

QUAIS PROFESSORES PODEM MINISTRAR ESTE COMPONENTE: Geografia ou Sociologia ou História.

INFORMAÇÕES GERAIS

O presente material se refere ao componente curricular “Direitos em pauta” e tem como principal objetivo a reflexão sobre a atuação de diferentes ramos do direito frente a cenários e espacialidades, no que tange a relação entre países e sua ligação com os direitos humanos e os direitos fundamentais. Espera-se que os conteúdos e atividades que serão desenvolvidos nesse componente favoreçam o desenvolvimento do olhar crítico dos estudantes frente à atuação de organismos multilaterais e demais instituições, a partir de demandas sociais, políticas e econômicas, nas inter-relações existentes em múltiplas escalas. Dessa maneira, refletir sobre as ações de órgãos responsáveis irá ajudar no desenvolvimento do processo de protagonismo e liderança dos estudantes por meio de situações que demandam o diálogo e associação de diferentes formas de conhecimento na resolução de problemas no campo dos direitos.

Objetos de conhecimento: Acordos internacionais; Direitos Humanos e direitos fundamentais; A Organização das Nações Unidas e os Direitos Humanos; Direito internacional e justiça global; Justiça ambiental e crimes contra o meio ambiente; Acordos climáticos e aquecimento global.

Competências e Habilidades da Formação Geral Básica a serem aprofundadas: Competências 1, 2, 3 e 6

EM13CHS102	Identificar, analisar e discutir as circunstâncias históricas, geográficas, políticas, econômicas, sociais, ambientais e culturais de matrizes conceituais (etnocentrismo, racismo, evolução, modernidade, cooperativismo/desenvolvimento etc.), avaliando criticamente seu significado histórico e comparando-as a narrativas que contemplem outros agentes e discursos.
EM13CHS103	Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).
EM13CHS202	Analisar e avaliar os impactos das tecnologias na estruturação e nas dinâmicas de grupos, povos e sociedades contemporâneos (fluxos populacionais, financeiros, de mercadorias, de informações, de valores éticos e culturais etc.), bem como suas interferências nas decisões políticas, sociais, ambientais, econômicas e culturais.

EM13CHS305	Analisar e discutir o papel e as competências legais dos organismos nacionais e internacionais de regulação, controle e fiscalização ambiental e dos acordos internacionais para a promoção e a garantia de práticas ambientais sustentáveis.
EM13CHS604	Discutir o papel dos organismos internacionais no contexto mundial, com vistas à elaboração de uma visão crítica sobre seus limites e suas formas de atuação nos países, considerando os aspectos positivos e negativos dessa atuação para as populações locais

Eixos Estruturantes e suas Competências e Habilidades: Investigação Científica, Mediação e Intervenção Sociocultural e Empreendedorismo.

EMIFCHS01	Investigar e analisar situações problema envolvendo temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando dados e informações disponíveis em diferentes mídias.
EMIFCHS02	Levantar e testar hipóteses sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, contextualizando os conhecimentos em sua realidade local e utilizando procedimentos e linguagens adequados à investigação científica.
EMIFCHS03	Selecionar e sistematizar, com base em estudos e/ou pesquisas (bibliográfica, exploratória, de campo, experimental etc.) em fontes confiáveis, informações sobre temas e processos de natureza histórica, social, econômica, filosófica, política e/ou cultural, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, identificando os diversos pontos de vista e posicionando-se mediante argumentação, com o cuidado de citar as fontes dos recursos utilizados na pesquisa e buscando apresentar conclusões com o uso de diferentes mídias.
EMIFCHS08	Selecionar e mobilizar intencionalmente conhecimentos e recursos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para propor ações individuais e/ou coletivas de mediação e intervenção sobre problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, baseadas no respeito às diferenças, na escuta, na empatia e na responsabilidade socioambiental.
EMIFCHS09	Propor e testar estratégias de mediação e intervenção para resolver problemas de natureza sociocultural e de natureza ambiental, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.
EMIFCHS10	Avaliar como oportunidades, conhecimentos e recursos relacionados às Ciências Humanas e Sociais Aplicadas podem ser utilizadas na concretização de projetos pessoais ou produtivos, em âmbito local, regional, nacional e/ou global, considerando as diversas tecnologias disponíveis, os impactos socioambientais, os direitos humanos e a promoção da cidadania.

Os Eixos estruturantes de cada etapa das atividades são indicados pelos seguintes ícones:

	Investigação Científica		Empreendedorismo
	Processos Criativos		Mediação e Intervenção Sociocultural



ATIVIDADE 1

INTRODUÇÃO

Semana 1: 2 aulas

Professor, a divisão das atividades da Unidade Curricular está dividida em três partes: 1ª - introdução (sensibilização e contextualização), 2ª - desenvolvimento e 3ª - sistematização e fechamento da temática que foi trabalhada.

Sugerimos que no primeiro momento seja feito a apresentação do componente curricular “Direito em pauta”, introduzindo a organização do material bem como os objetivos, o aprofundamento, principais conceitos e habilidades que serão desenvolvidas a partir do desenvolvimento dos temas que serão analisados.

Orientamos a sensibilização a partir das seguintes indagações: **o que são acordos internacionais? Por que eles são importantes? Como eles são definidos?** Indicamos que você, Professor, a partir das respostas dos estudantes, direcione a atividade para a reflexão sobre como seria a “divisão” de ações entre os países. É relevante trazer algumas definições para dar início à associação entre causas e responsabilidades compartilhadas dentro de acordos internacionais. Esse conjunto de questões será importante para diagnosticar a percepção dos estudantes frente a noção de interesses geopolíticos que influenciam tanto na elaboração de propostas bem como na execução de ações que podem influenciar nos campos sociais, políticos, econômicos e/ou ambientais.

A partir dessa avaliação inicial, propomos que seja feito um levantamento sobre situações de acordos internacionais que aconteceram no mundo ao longo do tempo, para isso, a lousa pode ser dividida em dois lados, um indicando o “Passado” em que podem ser indicados acontecimentos como o “Tratado de Versalhes” ou o “Partilha da África”, e outro correspondendo a “Atualidade”, onde podem ser citados acordos climáticos ou militares (como no caso da OTAN, por exemplo).

Com essa exposição, sugerimos que, juntamente com os estudantes, seja analisado que por meio de contextos históricos é possível notar que a união de países sempre foi algo comum, tendo em vista a inexistência de nações que sejam autossuficientes, e que frente a globalização, onde os fluxos econômicos, políticos e sociais se intensificaram, surgem novas demandas que influenciam na criação, execução e até mesmo na pressão exercida em determinados países a adotarem determinado tipo de acordo.

+ SAIBA MAIS

GABSCH, Rodrigo D'Araújo. **Aprovação de tratados internacionais pelo Brasil**: possíveis ações para acelerar o seu processo. Fundação Alexandre de Gusmão: Brasília, 2010.



Definição: **O que são tratados internacionais?** Disponível em: <https://cutt.ly/6GLxcHA>. Acesso em: 02 mai. 2022.

Vídeo: **Acordos internacionais e economia**. Disponível em: <https://cutt.ly/UJNaGH9>. Acesso em: 11 jun. 2022



DESENVOLVIMENTO

Semanas 2 e 3: 4 aulas

Para esta atividade, sugerimos a elaboração de uma tabela, na lousa ou impressa, que irá possuir quatro colunas, cada uma delas indicando as seguintes categorias: Social, Político, Econômico e Ambiental. A depender da quantidade de estudantes, a turma pode ser dividida em cinco grupos, onde em conjunto eles terão que levantar e classificar as causas que podem levar os países a estabelecerem acordos internacionais. Caso seja possível, pode ser realizada pesquisas na internet para aprofundamento dessa investigação.

Nesse momento, é importante circular entre os grupos para verificar e esclarecer não somente dúvidas sobre as causas que podem levar aos acordos, mas também em relação à classificação das mesmas, tendo em vista que dependendo do que for levantado pelos estudantes, é possível que a causa em questão possa ser encaixada em mais de uma categoria.

Ao final da atividade, orientamos o compartilhamento das causas por categoria, sendo viável a sistematização no quadro por um estudante a partir da orientação do professor. Em seguida, sugerimos que oriente aos estudantes que escolham uma categoria e causa que mais chamou a atenção para aprofundamento assim, indicamos as para as seguintes etapas:

1º Etapa: Exponha aos estudantes que cada grupo irá escolher e representar um país que apontará uma ou mais propostas para solucionar a causa escolhida pela turma.

2ª Etapa: os grupos apresentam a proposta de ação definida por meio da exposição oral de dois ou mais estudantes.



3ª Etapa: a turma define a melhor proposta e levanta três ações complementares (que podem ser elementos presentes nas sugestões dos outros grupos).

Ao término dessa aula pode ser discutido que a definição de um acordo internacional envolve além de uma tomada de decisão um consenso e um pacto para que as medidas possam entrar em vigor e o objetivo possa ser atingido em curto, médio ou longo prazo.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, sendo os acordos internacionais ligados a decisões que se relaciona na atuação entre as nações para a resolução de questões complexas, a Atividade 5 do Componente Curricular 2, “Desbravando a Constituição”, problematiza o papel dos países frente ao alcance e busca de soluções de problemas globais. Estimule estudantes a compreenderem qual papel pode ser adotado dentro de campo de atuação o enquanto cidadãos para o estímulo ou efetivação no cumprimento de tratados internacionais. As campanhas que foram produzidas nessa atividade sugerida também podem ser utilizadas como material de aprofundamento nas discussões.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 4: 2 aulas

Para sistematizar o conteúdo abordado, sugerimos que os grupos elaborem um resumo no caderno sobre as discussões que foram realizadas, para isso, pode ser retomado novamente as questões de sensibilização colocadas na primeira semana, podendo elas serem complementadas com algum questionamento que surgiu durante as aulas.

Essa é uma forma de ajudar os estudantes a organizarem os debates e discussões que aconteceram durante os encontros, elencando os tópicos que foram mais significativos em cada momento.



AVALIAÇÃO

Professor, sugerimos que durante a execução de cada atividade proposta seja verificado o aprofundamento nas discussões pelos estudantes, se buscaram novas informações e esclarecimentos de dúvidas bem como o exercício de uma escuta ativa e debates respeitosos.

ATIVIDADE 2

INTRODUÇÃO

Semana 5: 2 aulas

Professor, nessa Atividade 2 do componente curricular será proposto alguns dos campos de atuação da ONU no que se refere a proteção e garantia dos direitos humanos associado a questão dos problemas ambientais. Desse modo, por meio de uma aula expositiva dialogada, sugerimos a retomada da discussão sobre as diferentes razões que levam aos acordos internacionais buscando retratar que, a depender do tipo de causa, a aliança entre diferentes países se mostra como uma forma efetiva de buscar e aplicar soluções.

A partir disso, orientamos a apresentação da ONU relacionada ao seu contexto de surgimento e principais atribuições e, caso seja possível, o vídeo indicado no Saiba Mais, que apresenta de forma didática essas informações, pode ser exibido para os estudantes para nortear a discussão.

SAIBA MAIS

LAFER, Celso. A ONU e os direitos humanos. **Estudos Avançados**, vol. 9, núm. 25, 2017, pp. 169-285. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.



Definição: **ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <https://cutt.ly/pHyH1bv>. Acesso em: 10 mai. 2022

Vídeo: **O que é e como funciona a ONU?** Disponível em: <https://cutt.ly/tHyVUGK>. Acesso em: 10 mai. 2022



DESENVOLVIMENTO

Semanas 6 e 7: 4 aulas

Para dar início a atividade, propomos que os estudantes sejam divididos em 5 grupos para executar a elaboração de um mapa mental (sobre sua composição, ver Saiba Mais da Atividade 1 no componente 2), sendo ele colaborativo onde será evidenciado as diferentes formas de atuação da



ONU dentro do contexto de proteção aos direitos humanos. Assim sendo, cada grupo irá receber uma palavra-chave de onde irão organizar as informações sugeridas a seguir:

1. **ONU:** contendo informações que foram explicitadas no início da atividade relacionadas a fundação e suas principais funções.
2. **Imigração:** definir o conceito e as garantias de proteção de direitos humanos que podem ser aplicadas nos países que recebem os imigrantes.
3. **Vulnerabilidade social:** indicar elementos que tornam uma dada população vulnerável (fome, saúde deficiente, exposição a violência) e práticas que podem auxiliar na melhora da qualidade de vida.
4. **Desastres naturais:** definição sobre o conceito, exemplos e consequências que podem ocorrer dentro de um dado território.
5. **Poluição:** listar formas de poluição e associar aos impactos no meio físico e humano.

Aqui, professor, é possível desenvolver a reflexão crítica a partir da produção e seleção das informações que irão compor o mapa mental, sugerimos que durante o desenvolvimento circule entre as mesas para incentivar questionamentos sobre exemplos reais relacionados principalmente às palavras-chaves dos pontos 2 a 5, bem como, caso seja possível, o uso do livro didático, biblioteca e/ou celular para pesquisa e incrementarão da produção.

Ao final da aula, propomos a exposição e fixação das produções no quadro ou na parede da sala, com cada grupo apresentando o resultado das suas discussões. Sobre a disposição, orientamos que o mapa mental referente ao ponto 1 esteja centralizado entre os outros mapas para facilitar no fechamento da atividade, onde pode ser indicado pelo professor além da associação das ações que foram indicadas, o levantamento de outros campos de atuação que a ONU pode ter influência dentro da geopolítica global.

DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Professor, o Componente Curricular “Desbravando a Constituição” traz na atividade 2 a discussão sobre o Estado Democrático de Direito que trabalha com a noção da garantia, atendimento e participação da população no atendimento das demandas sociais pelo Estado. Sugerimos que seja feita a ligação desse modelo com a temática da garantia dos direitos humanos proposta nesta atividade.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 8: 2 aulas

Professor, para essa atividade orientamos a retomada e associado os pontos 4 e 5 da atividade anterior, para uma breve exposição sobre como determinadas ações humanas podem impactar fenômenos naturais do nosso planeta. Dado a isso, pode ser exposto que as altas taxas de queimadas e desmatamento que são motivadas tanto pelo avanço do agronegócio como também pelo crescimento urbano.

No dia 5 de junho de 2020 foi realizado o lançamento oficial da Década das Nações Unidas da Restauração de Ecossistemas, que propõem 10 ações que podem favorecer o processo de restauração ambiental. Orientamos para que sejam impressas essas ações (10 anos para restaurar o planeta, 10 ações que contam. Disponível em: <https://cutt.ly/GHut8Gq>. Acesso em: 10 mai. 2022) sendo distribuído para cada grupo duas delas para a discussão a partir das questões norteadoras sugeridas a seguir: O que sugere essas ações? Como elas podem ser aplicadas? As reflexões podem ser anotadas pelos grupos e entregues para o professor para uma futura retomada.



AVALIAÇÃO

Professor, é fundamental que os estudantes exponham as suas ideias, respeitando os diferentes pontos de vista, e opinando sobre as diferentes propostas. Verifique também sobre como o resultado das discussões são sistematizadas e organizadas, bem como se as apresentações serão feitas de maneira coerente, fundamentada e clara.



ATIVIDADE 3

INTRODUÇÃO

Semana 9: 2 aulas

Professor, propomos que nessa atividade 3 seja introduzida, a partir de uma aula expositiva dialogada, a atuação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), que lidera e facilita a formação de parcerias na proteção do meio ambiente, sendo a principal autoridade global que define a agenda global (Ver Saiba Mais).

Partindo desde ações relacionadas aos desastres ambientais até a degradação do meio ambiente, quando se trata de situações ecossistêmicas, a ação do ser humano podem intensificar determinados fenômenos em diferentes escalas, podendo ocorrer grande interação dentro delas por mais que as espacialidades estejam geograficamente distantes. Nesse momento podem ser levantadas para os estudantes as seguintes perguntas sensibilizadoras: **Quais tipos de impactos ambientais que acontecem no nosso bairro afetam outras localidades? Como isso acontece?**

A partir das respostas, aproveite o momento para incentivar e verificar a narrativa contada a partir da associação entre a identificação do problema e a forma que será direcionado para a reflexão das perguntas de sensibilização, podendo ser traçado na lousa alguns desses percursos que serão citados. Essa etapa poderá servir como base para o desenvolvimento da metodologia ativa storytelling, sugerida no desenvolvimento.

SAIBA MAIS

ALVES, Armando Nunes. **Digital storytelling nas aulas de Geografia**: um estudo com alunos do 10º ano. II Congresso Internacional TIC e Educação, Portugal: Universidade de Lisboa, 2012; p. 1484 - 1497.

BORGES, W. J.; GOIS, P. H.; TATTO, L. **Storytelling e Estratégia**: a cognição como forma de integração. Saber Acadêmico, n. 11, Jun 2011.



ONGs ambientais. Disponível em: <https://cutt.ly/FHUKBEq>. Acesso em: 17 mai. 2022

PNUMA. Disponível em: <https://cutt.ly/rKis4W9>. Acesso em: 17 jun. 2022.



Vídeo: **Storytelling na Educação**. Disponível em: <https://cutt.ly/kHULt6j>. Acesso em: 17 mai. 2022

DESENVOLVIMENTO

Semanas 10 e 11: 4 aulas

Professor, nessa etapa será proposto o desenvolvimento de um roteiro para a elaboração do storytelling, que terá como produto final um mini documentário, com duração de cerca de 15 minutos, que irá abordar a temática ambiental relacionada aos impactos em diferentes escalas e também a apresentação de uma ONG ou organização internacional que possui atuação no Brasil.

Para isso, a turma pode ser dividida em 5 grupos e solicitado para que façam um levantamento sobre problemas ambientais que acontecem no bairro ou na cidade, escolhendo um deles para aprofundamento.

Para auxiliar na organização dessa produção podem ser indicadas na lousa da sala as seguintes etapas:

1. **Roteiro** : escolha do problema, definição das funções de cada membro do grupo, escolha sobre os pontos que serão filmados, e escolha da ONG ou da organização internacional (sugestões apresentadas no Saiba mais da Atividade 2 e 3) que possui atuação no problema retratado em outras espacialidades – Pode ser entregue para os grupos post-its para auxiliar na organização desse roteiro.
2. **História**: o que será contado durante o documentário? Quais recursos serão utilizados? (imagens, texto, fotografias, entrevistas, entre outros).
3. **Discussão**: compartilhamento da ideia do documentário para a sala e coleta de sugestões para melhora da ideia pensada pelo grupo.
4. **Filmagem**: nos espaços escolhidos no bairro/cidade e entrevistas (em caso de opção do grupo).
5. **Edição**: alocação das transições de imagens e outros elementos para o vídeo (música, narração e legenda) de acordo com a opção feita pelos grupos.
6. **Apresentação**: exibição dos vídeos para a turma na semana seguinte.



Professor, durante a etapa 1, circule entre os grupos para auxiliar nas dúvidas, propondo ideias e sugestões para os estudantes, sugerindo possibilidades mas ao mesmo tempo permitindo a criatividade dos estudantes no desenvolvimento da história que será contada.

DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Na atividade 1 do Componente Curricular “Conhecendo os meus direitos” é discutido sobre os direitos dos cidadãos que são previstos na Constituição Federal. Sendo a garantida de um meio ambiente saudável presente dentro dos direitos sociais, essa atividade também possibilita o olhar sobre a temática ambiental de forma mais ampla, podendo ser evidenciada nas pesquisas que foram realizadas dentro das temáticas de cada grupo.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 12: 2 aulas

Aqui, sugerimos que a aula seja iniciada com a exibição dos mini documentários produzidos, onde o grupo pode fazer uma breve introdução, tendo em sequência, a sala organizada em formato de roda para a discussão dos problemas que foram levantados dentro da escala local.

No próximo momento, peça que os estudantes façam observações sobre as ONGs e organizações internacionais que foram citadas e o seu processo de contribuição para a melhora das causas ambientais que foram apresentadas. Pode ser levantado, a partir de um mapa-múndi no centro da roda, sobre a identificação de outros pontos críticos ao redor do Brasil e do Mundo e como a atuação e maior quantidade de organizações internacionais estão localizadas em grandes centros urbanos ou em áreas de forte risco ambiental, o que torna necessário também a conscientização da população e Estados para a solução de diferentes problemáticas ambientais que acabam interferindo no sistema-mundo.

AVALIAÇÃO

Professor, é importante observar se os estudantes atenderam às orientações das tarefas, mantendo o foco durante a elaboração dos momentos propostos. Além disso, será importante observar se a produção do storytelling atendeu aos objetivos levantados bem como a postura de respeito, escuta ativa e participação nas discussões feitas durante as atividades.

ATIVIDADE 4

INTRODUÇÃO

Semana 13: 2 aulas

Professor, propomos que para nessa atividade seja selecionado grupos populacionais que possuem ligação com as questões relacionadas à conservação e práticas sustentáveis do meio ambiente como forma de garantir a continuidade dos seus modos de vida. Assim, por meio de uma aula expositiva dialogada, sugerimos que seja discutido sobre a definição de “povos da floresta”, que abrange os habitantes da floresta amazônica, sendo compostos pelas diversas etnias indígenas, seringueiros, castanheiros, entre outros.

Pode ser aproveitado esse momento para fazer a retomada sobre dois conceitos importantes relacionados à relação existente entre grupos populacionais e meio ambiente a partir da diferenciação e associação entre os conceitos de povos originários/tradicionais (descendentes dos primeiros habitantes dentro de uma dada localidade) e comunidades tradicionais, que de acordo com o inciso I Art. 3º do Decreto 6.040 / 2007, são considerados grupos que são e se reconhecem como culturalmente diferenciados, que usam os territórios e recursos naturais como forma de reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica a partir de saberes tradicionais transmitidos de geração em geração.

A partir da sugestão dos estudantes, sugerimos que seja colocado no quadro exemplos de povos e comunidades tradicionais, sendo discutido também sobre quais são os usos da natureza que esses grupos possuem em comum, para dar início à importância da preservação dos recursos naturais dentro de variadas práticas.

SAIBA MAIS

BALÉE, W. “Cultura na vegetação da Amazônia brasileira”. In: NEVES, W. (org.) **Biologia e ecologia humana na Amazônia**: avaliação e perspectivas SCT/PR/CNPq - Museu Paraense Emílio Goeldi. Coleção Eduardo Galvão, Belém, 1989.

FERREIRA, L. Chico Mendes e os povos da Floresta: uma pedagogia em construção. In: STRECK, D. (org.). **Fontes da Pedagogia Latino-americana**: uma ontologia. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



Vídeo: Histórias dos povos das florestas do Norte do Brasil. Disponível em: <https://cutt.ly/2JNghL4>. Acesso em: 11 jun. 2022.

Populações tradicionais. Disponível em: <https://cutt.ly/TH2QbGA>. Acesso em: 25 mai. 2022.



DESENVOLVIMENTO

Semanas 14 e 15: 4 aulas

Professor, após a introdução da temática, proponha aos estudantes a criação de uma espécie de “jogo da memória” que também terá como objetivo a discussão de problemáticas relacionadas a questões da relação entre povos da floresta e conflitos ambientais. Nessa metodologia ativa de gameificação analógica, os estudantes serão capazes de associar e construir argumentos para uma análise reflexiva mais crítica dos problemas propostos.

Assim sendo, antes do jogo em si, é importante a realização de uma pesquisa acerca dos grupos que compõem os povos da floresta, bem como os principais problemas que os envolvem, como por exemplo, as ameaças sociais e territoriais que esses povos estão sujeitos por conta do avanço do agronegócio, mineração e outras formas de apropriação da terra. Pode ser levado algumas notícias impressas ou, caso seja possível, a pesquisa na escola, utilizando o laboratório de informática ou os celulares.

Sugerimos que a turma seja dividida em duplas que inicialmente irão montar os cards para o jogo que pode ser composto por 10 cartas, contendo então 5 pares, que serão organizados da seguinte maneira:

- Os pares de cards terão o “título” correspondendo ao mesmo povo da floresta.
- Um dos pares trará algum tipo de informação sobre o grupo escolhido*, já o outro card terá um problema que ameaça a existência ou continuidade de seu modo de vida (cultura, produção) podendo ser usado até mesmo a manchete de alguma notícia,

*sugestão de coleta de informações sobre comunidades indígenas (**Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://cutt.ly/NH8IQMK>. Acesso em: 30 mai. 2022) demais povos da floresta (**Portal Ypadê**. Disponível em: <https://cutt.ly/VH8OIm0>. Acesso em: 30 mai. 2022.).

Jogabilidade: cada participante na sua vez deve virar duas peças deixando que o parceiro as veja. Caso o título dos cards seja igual, ambos devem ser lidos, havendo uma discussão na dupla sobre o porquê a problemática existe e levantando possibilidades de resolução.

Propomos que os cards produzidos sejam trocados entre as duplas e que o professor circule pela sala acompanhando a discussão, podendo fazer perguntas para mediar e facilitar a discussão entre os estudantes, propondo também que eles pensem em medidas políticas que podem auxiliar não somente os povos da floresta nas medidas de preservação e conservação, mas também em como os grupos/instituições que afetam a sobrevivência desses povos e impactam o meio ambiente podem ser conscientizados e penalizados sobre as suas ações.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Estando os direitos dos povos da floresta assegurados pela Constituição de 1988, a atividade 3 do Componente Curricular “Desbravando a Constituição” discute sobre o desenvolvimento desse texto-base que determina os direitos e os deveres dos entes políticos e dos cidadãos do Brasil.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 16: 2 aulas

Com base na compreensão da importância dos povos da floresta dentro das causas ambientais, nesse momento pode ser feita uma roda de conversa para coletar as impressões das discussões que foram debatidas durante o jogo. Indicamos para que seja feita a pergunta norteadora “Por quais razões os povos da floresta são uma importante fonte de resistência frente a possibilidade de impactos ambientais?”, que pode ser direcionado sobre a importância de parcerias de ONGs e instituições internacionais no que tange o suporte e pressão sobre políticas públicas e governos. Por fim, utilizando a lousa ou um cartaz, peça que cada estudante escreva uma frase ou uma palavra que represente a necessidade de manutenção das culturas e existências dos povos da floresta.



AVALIAÇÃO

Professor, é importante observar se os estudantes atenderam a orientação de pesquisa acessando apenas as páginas que contribuíssem para o desenvolvimento da atividade. Além disso, os estudantes fazem questões e dialogam dentro do tema proposto, respeitando a fala do outro e demonstrando escuta ativa.



ATIVIDADE 5

INTRODUÇÃO

Semana 17: 2 aulas

Professor, a última atividade do Componente Curricular “Direitos em pauta” traz como temática ações de mitigação frente às mudanças climáticas, que podem ser entendidas como um conjunto de intervenções que reduzam ou compensem os impactos ambientais produzidos pelas atividades humanas.

Para introduzir a temática, exponha oralmente que a atuação da ONU no campo ambiental, por meio do PNUMA e da Organização Meteorológica Mundial (OMM) organizaram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, mais conhecido pela sigla IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*). Sugerimos que seja feita a apresentação expositiva dessa organização científico-política que, a partir do financiamento feito por diferentes governos, possui como principal objetivo a divulgação de conhecimentos científicos, técnicos e socioeconômicos produzidos acerca das causas, efeitos e consequências das mudanças climáticas no nosso planeta, bem como a sugestão de ações que combatam os problemas associados a esse fenômeno.

Como exemplo dos relatórios que são produzidos pelo IPCC, no dia 28 fevereiro de 2022 foi lançada a sexta edição (ver Saiba Mais) que apresenta uma ampla avaliação dos impactos, riscos e adaptação das mudanças climáticas nas cidades. Sugerimos que sejam apresentados aos estudantes os principais tópicos deste relatório e também, caso seja possível, a exibição do vídeo do secretário-geral das Nações Unidas (Disponível em: <https://cutt.ly/yJgWv4L>. Acesso em 31 mai. 2022), que marcou o lançamento do mesmo para contextualizar a atividade que será desenvolvida em grupo.

SAIBA MAIS

OLIVEIRA, Tobias Espinosa de; ARAUJO, Ives Solano; VEIT, Eliane Angela. Crenças de autoeficácia em aprender Física e trabalhar colaborativamente: um estudo de caso com o método Team-Based Learning em uma disciplina de Física Básica. **Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia**, v. 12, n. 1, p. 29-54, 2019.



Grupos de trabalho no IPCC. Disponível em: <https://cutt.ly/TJhwjsl>. Acesso em: 31 Mai. 2022.

Sexto Relatório de Avaliação do IPCC. Disponível em: <https://cutt.ly/IJg9L1a>.
Acesso em: 31 mai. 2022



DESENVOLVIMENTO

Semanas 18 e 19: 4 aulas

Dentro da organização das pesquisas e estudos do IPCC, existem diferentes grupos de trabalho que possuem enfoque específico (ver Saiba Mais). Dessa forma, utilizando a metodologia de Aprendizagem Baseada em Equipes, sugerimos turma seja distribuída em 5 grupos que terão objetivos associados às ações da organização, assim como é proposto a seguir:

Grupo de Trabalho I: avaliarão os aspectos científicos dos sistemas climáticos e suas mudanças. Para isso, orientamos que esse grupo colete informações sobre a mudança do nível do mar e o derretimento das calotas polares, trazendo definição desses conceitos, a relação entre esses dois acontecimentos e os problemas ambientais que podem surgir frente a continuidade de aquecimento do nosso planeta.

Grupo de Trabalho II: analisará exemplos de territórios vulneráveis diante das consequências das mudanças climáticas juntamente com a proposta de possibilidades de adaptação. Orientamos aqui que seja escolhido um local que pode correr risco de diminuição da sua área devido ao aumento do nível do mar, trabalhando assim com a temática de sistemas costeiros.

Grupo de Trabalho III: coleta de alternativas para limitar ou evitar emissões de gases estufa. Sugerimos que sejam apontadas ações de curto, médio e longo prazo para o setor industrial e agrícola.

Força-Tarefa: serão os responsáveis pela coleta de dados dos Grupos de Trabalho I, II e III. Orientamos aqui para que os dados quantitativos dos grupos sejam representados de forma sistêmica por meio do uso de gráficos e tabelas, bem como análise e representação de dados gerais sobre mudanças climáticas.

Unidade de Apoio Técnico: os estudantes dessa equipe estarão distribuídos nos outros grupos e terão como função auxiliar na organização e esquematização das informações/dados que serão coletados. Orientamos para que esses elementos sejam feitos em uma folha de cartolina que podem ser expostos na sala de aula ou algum outro espaço da escola.

Durante a elaboração dos trabalhos, circule entre os grupos para auxiliar em possíveis dúvidas e auxiliando os estudantes nas escolhas das informações centrais que podem ter maior destaque. Ao final, sugerimos que a sala esteja organizada com os estudantes sentados em semicírculo tendo os cartazes produzidos expostos na lousa ou na parede para apresentação de todas as equipes.



DE OLHO NA INTEGRAÇÃO

Essa é uma ótima oportunidade de integração com a Atividade 5 do Componente Curricular “Acesso à Justiça”, uma vez que essa atividade tem como objetivo a criação de uma página virtual em uma rede social de fotos ou vídeos. O objetivo é criar um espaço virtual público, em que os estudantes publiquem informações sobre o que aprenderam ao longo dos componentes curriculares. Professor, essa é uma ótima oportunidade de integração, onde pode ser apresentada a proposta de um plano de ação para diminuição de impactos ambientais. Fique à vontade também, para dialogar com os outros quatro componentes curriculares, em que, a partir de diferentes abordagens relacionadas à questão de direitos e deveres dos cidadãos, fortalecem a ideia de como a nossa atuação pode promover e fortalecer ações voltadas para a sociedade e o meio ambiente.

SISTEMATIZAÇÃO

Semana 20: 2 aulas

Sendo uma das propostas do IPCC a comunicação dos resultados para a sociedade, propomos que seja feito um curta-metragem para a sistematização da discussão e levantamento de dados das semanas anteriores que poderá ser compartilhado em outros componentes da Unidade Curricular. Para isso, distribua os estudantes que estavam na atribuição de Força Tarefa na semana anterior nos Grupos de Trabalho I, II e III e solicite a elaboração de um vídeo de até 10 minutos apresentando as principais conclusões das temáticas que foram abordadas, onde esses vídeos podem ser compilados em um único arquivo, para exibição em outras turmas, servindo como material complementar para outros componentes curriculares.

AVALIAÇÃO

Na avaliação dessa atividade sugerimos que seja observado o envolvimento dos estudantes em todas as etapas de produção do trabalho, bem como o foco na discussão e exposição de ideias para o melhor andamento do grupo. Por fim, é importante analisar sobre a organização do material produzido bem como a linguagem de exposição das conclusões e resultados a partir do pressuposto de compreensão da linguagem científica.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO COORDENADORIA PEDAGÓGICA – COPED

Coordenadora

Viviane Pedroso Domingues Cardoso

Diretora do Departamento de Desenvolvimento Curricular e de Gestão Pedagógica – DECEGEP

Valeria Tarantello de Georgel

Diretora do Centro de Ensino Médio – CEM

Ana Joaquina Simões Sallares de Mattos Carvalho

Coordenadora de Etapa do Ensino Médio

Helena Cláudia Soares Achilles

Assessor Técnico de Gabinete para Ensino Médio

Maria Adriana Pagan

Diretora do Centro de Projetos e Articulação de Iniciativas com Pais e Alunos – CEART

Deisy Christine Boscaratto

Equipe Técnica e Logística

Aline Navarro, Cassia Vassi Beluche, Eleneide Gonçalves dos Santos, Felipe Oliveira Santos, Isabel Gomes Ferreira, Isaque Mitsuo Kobayashi, Priscila Gomes de Siqueira Salvático, Renata Nunes Gomes, Silvana Aparecida de Oliveira Navia e Simone Vasques.



Colaboração

Instituto de Educação Política - Politize!

Diretor Geral

Gabriel Marmentini

Gestora de Educação Básica, Programa Escola da Cidadania Ativa - Politize!

Kamila Nunes da Silva

Coordenador da área de conhecimento

Joelmir Cabral Moreira

Analista Pedagógica da área de conhecimento

Carolina Nunes Diniz

Redatores da área de conhecimento

**Beatriz Souza Ramos dos Santos; Camila Souza da Silva; Carolina Nunes Diniz;
Édino de Almeida Grama; Joelmir Cabral Moreira**

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS

Coordenação de área: Tânia Gonçalves, equipe curricular de Filosofia - COPED..

Leitura crítica SEDUC: Clarissa Bazzanelli Barradas, equipe curricular de História - COPED; Edi Wilson Silveira, equipe curricular de História - COPED; Emerson Costa, equipe curricular de Sociologia - COPED; João Roberto Bort Júnior, equipe curricular de Sociologia - COPED; Marcelo Elias de Oliveira, equipe curricular de Sociologia - COPED; Milene Soares Barbosa, equipe curricular de Geografia - COPED; Sergio Luiz Damiaty, equipe curricular de Geografia - COPED; Tânia Gonçalves, equipe curricular de Filosofia - COPED; Ana Joaquina Simões Sallares de Mattos Carvalho - CEM-COPED

LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS

Coordenação de área: Marcos Rodrigues Ferreira - Equipe Curricular de Língua Portuguesa

Organização e redação SEDUC:

LINGUAGENS E SUAS TECNOLOGIAS

Elisangela Vicente Primit - Equipe Curricular de Arte - COPED; Priscila de Souza e Silva Alves Canneiro - Equipe Curricular de Arte - COPED; Luiz Fer-

nando Vagliengo - Equipe Curricular de Educação Física - COPED; Marcelo Ortega Amorim - Equipe Curricular de Educação Física - COPED; Marcos Rodrigues Ferreira - Equipe Curricular de Língua Portuguesa - COPED, Mirna Léia Violin Brandt - Equipe Curricular de Educação Física - COPED; Emerson Thiago Kaishi Ono - Equipe Curricular de Língua Estrangeira Moderna - COPED; Pamella de Paula da Silva Santos - Equipe Curricular de Língua Estrangeira Moderna - COPED; Michel Grellet Vieira - Equipe Curricular de Língua Portuguesa - COPED; Teônia de Abreu Ferreira - Equipe Curricular de Língua Portuguesa - COPED; Ana Joaquina Simões Sallares de Mattos Carvalho - CEM-COPED.

Colaboração: Carlos Eduardo Povinha - Equipe Curricular de Arte - COPED; Daniela de Souza Martins Grillo - Equipe Curricular de Arte - COPED; Leandro Henrique Mendes - Equipe Curricular de Língua Portuguesa - COPED; Liana Maura Antunes da Silva Barreto - Equipe Curricular de Língua Estrangeira Moderna - COPED; Marcelo Ortega Amorim - Equipe Curricular de Educação Física - COPED; Mary Jacomine da Silva - Equipe Curricular de Língua Portuguesa - COPED.

Colaboração:

Consultor Maria Adriana Pagan

O material Currículo em Ação é resultado do trabalho conjunto entre técnicos curriculares da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, PCNP atuantes em Núcleos Pedagógicos e professores da rede estadual de São Paulo.

Amparado pelo Currículo Paulista, este caderno apresenta uma pluralidade de concepções pedagógicas, teóricas e metodológicas, de modo a contemplar diversas perspectivas educacionais baseadas em evidências, obtidas a partir do acúmulo de conhecimentos legítimos compartilhados pelos educadores que integram a rede paulista.

Embora o aperfeiçoamento dos nossos cadernos seja permanente, há de se considerar que em toda relação pedagógica erros podem ocorrer. Portanto, correções e sugestões são bem-vindas e podem ser encaminhadas através do formulário <https://forms.gle/1iz984r4aim1gsAL7>

ATENÇÃO! Este formulário deve ser acessado com e-mail institucional SEDUC-SP.





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria da Educação